

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

KEILA HELENA GARCEZ ABREU

TECNOLOGIA SOCIAL: tecendo novos caminhos para a prática interventiva do Serviço
Social

São Luís
2022

KEILA HELENA GARCEZ ABREU

**TECNOLOGIA SOCIAL: tecendo novos caminhos para a prática interventiva do
Serviço Social**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Cultura e Sociedade.

Orientador: Dr. João Batista Bottentuit Junior.

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Abreu, Keila Helena Garcez.

Tecnologia Social : tecendo novos caminhos para a prática
interventiva do Serviço Social / Keila Helena Garcez Abreu. -
2022.

150 p.

Orientador(a): João Batista Bottentuit Junior. Dissertação
(Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís -
MA, 2022.

1. Inovações. 2. Intervenções. 3. Serviço Social. 4.
Tecnologia Social. I. Bottentuit Junior, João Batista.
II. Título.

KEILA HELENA GARCEZ ABREU

TECNOLOGIA SOCIAL: tecendo novos caminhos para a prática interventiva do Serviço Social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Cultura e Sociedade.

Orientador: Dr. João Batista Bottentuit Junior.

Aprovada em: 26/05/2022

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Batista Bottentuit Junior (Orientador)

Doutor em Educação - Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho (Portugal)

Prof. Dr. Luís Miguel Dias Caetano (Membro Externo)

Doutor em Educação - Tecnologia Educativa pela Universidade dos Açores (Portugal)

Prof.^a Dr.^a Thelma Helena Costa Chahini (Membro Interno)

Doutora em Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

AGRADECIMENTO

Neste exato momento, fim de tarde estou concluindo a versão final para encaminhar a coordenação do programa. Com o coração aliviado depois de tantas leituras e produção pelas madrugadas e até mesmo durante o meu trabalho, sinto a sensação de dever cumprido. Os sacrifícios típicos que todo e qualquer mestrando precisa fazer e ter que conciliar tantas outras atividades do cotidiano, não é pra qualquer um. Agora mesmo, respiro fundo e posso olhar para atrás e dizer que valeu a pena as renúncias e rotinas exaustivas para assim finalizar mais uma etapa tão especial em minha vida. Esse mesmo gás me inspira a ingressar ao doutorado e dar continuidade a essa temática apaixonante para mim. Assim, o meu primeiro agradecimento vai para Aquele que me sustentou mesmo quando eu não acreditava mais. O meu maior suporte foi permanecer com Ele nessa jornada que me proporcionou forças necessárias quando já não mais existia. Grata a Deus que esteve presente no processo do início ao fim.

O segundo agradecimento que caminha ao lado do primeiro (citado acima), sem sombras de dúvidas, vai para meu marido Luiz Phelipe. Costumo chama-lo de Boaz, meu Boaz, teólogos entenderão. Ao contrário de muitos homens e maridos por aí, o meu Boaz sempre foi o meu maior incentivador e investidor. Desde o princípio acreditou até mais do que eu, quando tudo de repente parecia perdido, ele dizia: “vai dar certo”. Não precisei de mais ninguém, porque tive e tenho ele. Quando recordo-me de tantas noites em claro, de diversos “nãos” que fui obrigada a dizer, de pendências domésticas, de estresses diários e humor alterado descontados nesse mesmo homem que tanto investiu em mim, fico sem palavras para dizer, a expressão “muito obrigada” é tão pequenininha perto do sentimento que tenho por ele. Tanto houve sacrifícios da minha parte, quanto houve da parte dele enquanto marido e provedor. Nunca me esquecerei da sua dedicação a sonhar comigo, a lutar comigo e a festejar comigo. Te amo, meu amor.

Gratidão ao casal filhos que Deus me presenteou a 15 anos atrás, Giovanna e Davi. Quando eles chegaram, eu tinha apenas 18 anos, estava concluindo o ensino médio e sem expectativas de entrar na universidade. Não graduei onde sempre sonhei, devido a demanda da maternidade que exigia um cuidado maior, mas minha especialização e mestrado com muito esmero consegui pela Universidade Federal do Maranhão, que para mim, é superior as demais. Os meus filhos são fonte de inspiração e motivação para buscar conhecimento e

condições melhores de vida. A maternidade tem seus desafios e limitações, mas há também possibilidades de rever o mundo de outra forma. Eles me ensinaram uma outra ótica da vida, desta forma, não parei e não pretendo para de estudar por mim, por eles (nossa família) e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Obrigada a rede de apoio, meus pais Joelcio e Silvana, que graças a eles tive estrutura para voltar aos estudos depois de quatro anos exercendo a maternidade exclusiva. Embora algumas limitações cercavam-me constantemente na luta para estudar, eles também fizeram parte da cooperação da minha formação. Os meus pais foram e são as pessoas mais confiáveis em possibilitar assistência aos meus filhos enquanto estudava. Muito grata por me ajudarem desta forma, sem dúvida vocês são os melhores avós que algum neto(a) poderia ter.

Gratidão ao meu estimado orientador João Batista Bottentuit Junior que foi um parceiro indo e voltando, nos conselhos e orientações durante todo o processo. Usou de sensibilidade a afim de acreditar que esse tema inovador é uma das tendências do futuro. No meio do caminho, tive alguns percalços normais e anormais que a vida apresenta, no entanto, houve a troca humana e respeitosa. Acreditou, cobrou, puxou a orelha e no final deu certo. Nossas áreas de conhecimento distintos não nos impediram de interagir e construir, que é exatamente a proposta interdisciplinar deste mestrado. Conseguimos. Grata também ao professor doutor Luís Miguel Dias Caetano (no país de Portugal) que esteve na banca de qualificação e fez excelentes contribuições que enriqueceu o trabalho significativamente, assim como, esteve na defesa provocando questionamentos curiosos que me estimulam até hoje para o contínuo desejo desse trabalho com as Tecnologias Sociais. Existe muito sentido!

Aos caros colegas e parceiros da turma 2020.1 que a pandemia não deixou termos o contato físico, mas na medida do possível fomos nos relacionando e nos ajudando em meio aos desesperos de prazos, artigos, seminários, tantos relatórios e dentre outros. Obrigada a Lene, Francyhélia, Ariana Kelly, Sheila e Alice que fora do comum assumiram um lugar especial no meu coração. Tão bom poder caminhar e conquistar ao lado de vocês! Parabéns para todos nós que iniciamos e concluímos essa turma diferenciada no período pandêmico e caótico, vencemos. Grata a todos que de maneira direta e indiretamente influenciou a minha aprendizagem e evolução acadêmica.

RESUMO

A Tecnologia Social (TS) é uma ferramenta inovadora aplicada nas comunidades em vulnerabilidade social para responder às expressões latentes da questão social. O viés deste trabalho interdisciplinar perpassa pelos conhecimentos da tecnologia e do Serviço Social. Esta produção científica tem a finalidade central de difundir a categoria TS como possibilidades para a prática interventiva do Serviço Social a partir da interação com a tecnologia. Partiu-se do seguinte questionamento: O fenômeno da tecnologia se encaixa no discurso desenvolvimentista, no entanto, como o Serviço Social pode se associar ao trabalho interventivo da TS? Em vista disso, abre-se espaço com fundamental importância do estudo sistematizado para novas possibilidades da TS no campo acadêmico e profissional. Para o processo metodológico, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, análise documental, aplicação de questionário semiestruturado com a OSC (Organização da Sociedade Civil) Avante, que desenvolve a TS em seus projetos comunitários. Concluiu-se com a produção do ebook com o título “Tecnologia Social: uma conexão entre a Tecnologia e o Serviço Social”, produto deste trabalho. Buscou-se construir um material de apoio base para o conhecimento e utilização desta ferramenta, que servirá de auxílio para estudiosos e profissionais, especialmente o Serviço Social, com o objetivo de desenvolver intervenções inovadoras na sua instrumentalidade profissional.

Palavras-chave: Tecnologia Social; intervenções; Serviço Social; inovações.

ABSTRACT

Social Technology (TS) is an innovative tool applied in socially vulnerable communities to respond to the latent expressions of the social issue. The bias of this interdisciplinary work permeates the knowledge of technology and Social Work. This scientific production has the central purpose of disseminating the ST category as possibilities for the interventional practice of Social Work from the interaction with technology. It started with the following question: The phenomenon of technology fits the developmentalist discourse, however, how can Social Work be associated with the interventional work of ST? In view of this, a space with fundamental importance of the systematized study opens up for new possibilities of TS in the academic and professional field. For the methodological process, it started with a bibliographic research, document analysis, application of a semi-structured questionnaire with the CSO (Civil Society Organization) Avante, which develops the TS in its community projects. It concludes with the production of the ebook entitled "Social Technology: a connection between Technology and Social Service", product of this work. We sought to build a base support material for the knowledge and use of this tool, which will serve as an aid for scholars and professionals, especially Social Work, with the aim of developing innovative interventions in their professional instrumentality.

Keywords: Social Technology; interventions; Social service; innovations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Síntese das Revoluções Industriais	14
Figura 2: Teoria U	64
Figura 3: Design Thinking	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Privações interligadas em 107 países	40
Gráfico 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.....	41
Gráfico 3: Grau de desigualdade brasileira em 2020	42
Gráfico 4: Taxa de desocupação, por grupo de idade – Brasil (2012-2019).....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 METODOLOGIA.....	8
2 TECNOLOGIA SOCIAL	10
2.1 Construção histórica.....	11
2.2 Marco conceitual e analítico	16
2.3 Tecnologias: apropriada, intermediária e social.....	18
2.4 Rede de Tecnologia Social.....	20
3 AS REPERCUSSÕES DA TECNOLOGIA NA ESFERA SOCIAL	24
3.1 Inovações para a vida social.....	24
3.2 Procedimentos técnicos e sociais	26
3.3 A tecnologia como construção social.....	28
3.4 Interatividade.....	30
3.5 Movimento Social	31
3.6 Devir Tecnológico.....	35
4 SERVIÇO SOCIAL E TECNOLOGIA.....	37
4.1 Expressões da questão social e indicadores.....	38
4.2 Mediações para as questões sociais.....	43
4.3 Intersetorialidade.....	45
4.4 Competências do Serviço Social	48
4.5 Instrumentalidade do Serviço Social.....	53
5 METODOLOGIAS INOVADORAS DE INTERVENÇÃO.....	60
5.1 Teoria U possibilidades de intervenção.....	62
5.2 Design Thinking.....	65
5.3 A OSC “Avante” e a Tecnologia Social.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	74
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICE - Questionário.....	83
ANEXO – Ebook.....	85

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a tecnologia como proposta de desenvolvimento social. É notório, no decorrer da história um elo entre o homem e a máquina – vínculo que tende estreitar-se cada vez mais. Os elementos históricos estruturantes compõem o eixo social que abrange a contínua evolução tecnológica e suas influências na sociedade, sendo assim, esta categoria recebeu um significativo ponto de investigação.

O senso comum afirma que os aparelhos tecnológicos trabalham para o homem; no entanto, o trabalho só pode ser realizado eminentemente pelo próprio homem. Veloso (2011) fala sobre isso quando diz que a análise da tecnologia não se inicia por ela, mas pelo homem que a cria, seu antecedente. Com o aparecimento dos primeiros dispositivos eletrônicos, manifesta-se, sobretudo o processo evolutivo intectivo do ser humano.

Conforme as pontuações teóricas de Dagnino (2009), as práticas tecnológicas abrem caminhos para pesquisadores que investigam e trabalham com os fenômenos sociais; suas análises possibilitam o aprofundamento a partir de um tratamento globalizante que abrange diversos elementos do eixo tecnológico envolvido no processo e suas inter-relações. O filósofo americano Feenberg (1991) levanta uma teoria crítica da tecnologia, que por sua vez, empenhou-se em reconciliar muitos conflitos e reflexões conceituais acerca do fenômeno tecnológico.

A tecnologia se manifesta nos exórdios da revolução industrial, traz a concepção da modernização na sociedade e, por conseguinte, o desenvolvimento no país. Esse projeto de desenvolvimento desencadeou a questão social, gerando grandes impactos na sociedade, como o desemprego e pobreza. Segundo Iamamoto (2001), a questão social é um agrupamento de expressões da desigualdade social e disparidades entre as classes sociais. A questão social é o objeto de estudo do Serviço Social, e implica intervir com sua instrumentabilidade profissional e execução de políticas públicas no cenário das desigualdades sociais.

A vida social no século XXI está sendo nutrida por transformações e vasta acessibilidade à tecnologia, a forma que o homem organiza sua vida é tocada e acompanhada diariamente pelos artefatos tecnológicos. Toda praticidade e agilidade que a tecnologia oferece permite ao ser humano significativas contribuições e a quebra de antigos paradigmas. A prática tecnológica, nesse sentido, requer atenção e investigação.

O Serviço Social enxerga as desigualdades sociais no cenário histórico de exclusão; porém, as ações inovadoras alcançam o coletivo e isso cabe às TS. Estas ações geram conhecimentos e o acesso criativo pela interatividade. De acordo com Lévy (1999), o aspecto

da interatividade aponta a participação ativa do beneficiário na operação de informações. O Serviço Social, nesse contexto, apresenta a sua instrumentalidade de trabalho, permite apreender a totalidade dos processos sociais (tecnologia) e atuar sobre eles. Guerra (2005) enfatiza que a prática profissional não deve se limitar ao desencadeamento de ações instrumentais e atividades imediatas, mas abrir-se para possibilidades emergenciais. Encontra-se, então, abertura para novas estratégias para a instrumentalidade e metodologia da profissão.

Dessa forma, a relevância deste trabalho refere-se ao estudo sistematizado entre as áreas de conhecimento do Serviço Social e a tecnologia para novas possibilidades da Tecnologia Social (TS) no campo acadêmico e profissional; também se refere ao levantamento de embasamento teórico no ângulo inovador e criativo para a releitura do Serviço Social e suas possíveis práticas com o uso da TS, e serve essencialmente para buscar uma análise e efetivação das ações tecnológicas nas comunidades em vulnerabilidade social.

Compreender a lógica de vulnerabilidade é apropriar-se da questão multifatorial, que levam o indivíduo a permanecer em condições instáveis de vida. Para Vignoli (2001), a vulnerabilidade concerne na visível insuficiência de acesso à oportunidade do mercado, Estado ou sociedade; nesse sentido, se apresenta como uma somatória de necessidades. Para identificar a conjuntura da vulnerabilidade social no Brasil é crucial não se limitar à concepção do modo de produção capitalista (universalidade), pois ainda existe como análise o nível da particularidade cultural, geo-político e nacional, e Netto (2001) ressalta a necessidade deste conhecimento. Para identificar as distintas formas, são citados os indicadores como caracterização e acompanhamento das questões sociais que expressam tais vulnerabilidades.

Como problemática desta pesquisa, partiu-se da seguinte questão: Se o fenômeno da tecnologia se encaixa no discurso desenvolvimentista, como o Serviço Social pode se associar ao trabalho interventivo da TS? O objetivo geral deste trabalho foi difundir a categoria TS como possibilidades para a prática interventiva do Serviço Social a partir da interação com a tecnologia. Como objetivos específicos, temos: analisar a categoria TS e suas relações entre o aspecto social e tecnológico; apresentar as bases estruturantes do Serviço Social para a construção de novas alternativas com o uso da TS; e delinear o Serviço Social e a TS para propostas de desenvolvimento nas comunidades em vulnerabilidade social com metodologias inovadoras de intervenção. Nesse sentido, este trabalho diz respeito à compreensão da conjuntura social e o processo evolutivo da tecnologia, e como ambas podem caminhar juntas para responder às demandas das expressões da questão social.

Em vista disso, o trabalho divide-se em seis capítulos, além desta introdução. O primeiro

destina-se a expor a metodologia utilizada neste trabalho. O segundo faz uma contextualização da TS, abordando questões históricas dessa categoria. No terceiro capítulo, são feitas considerações sobre a repercussão da tecnologia na área social. O quarto capítulo traz a relação entre tecnologia e Serviço Social. Por sua vez, no quinto capítulo são trazidos alguns exemplos de metodologias inovadoras como possibilidades de complemento para a prática profissional, como a OSC AVANTE. Por fim, são feitas as considerações finais deste trabalho, além de apresentar o ebook (Anexo) e o questionário (Apêndice).

1 METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa é de cunho bibliográfico, a partir das fontes clássicas e contemporâneas nas quais os autores aprofundam a temática em estudo: a TS. Busca-se também manter a presença consciente e atuante do pesquisador crítico no processo de verificação e coleta de informações. Para Fonseca (2002, p. 32), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de *web sites*”. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, o que permite ao investigador conhecer o que já se estudou sobre o assunto e verificar o que há de mais atual.

Durante o processo de trabalho, também faz-se uso da análise documental, sobretudo o que consta na Rede de Tecnologia Social com a qual será verificadas suas contribuições para a sociedade. Os documentos são usados como fontes de esclarecimentos, indicações e informações que possuem conteúdos compreensíveis a determinadas questões, e servem de prova para outras, conforme a busca específica do pesquisador Figueiredo (2007). Ou seja, elencar as produções e registros que possibilitam a utilidade para a sistematização do trabalho, mas também para auxiliar no presente e vislumbrar tendências futuras no detalhamento e finalidades da TS.

Para compreender sobre o funcionamento da TS foi enviado por e-mail o questionário semiestruturado para a OSC Avante. Sabe-se que essa categoria de estudo é inovadora, por isso, nesse momento da pesquisa, buscou-se identificar uma organização que utiliza TS no seu contexto a fim de analisar o funcionamento metodológico. Recebemos pelo e-mail o retorno da Avante, com o questionário devidamente respondido pela equipe de trabalho.

No percurso deste trabalho interdisciplinar com o diálogo entre a Tecnologia da Informação e o Serviço Social, descobriu-se algumas bibliografias no que concerne à TS. A partir da necessidade de amplificar a interação da TS com o Serviço Social, buscou-se construir um material de apoio para o conhecimento e utilização desta ferramenta: um ebook (ANEXO A). A finalidade é possibilitar novos caminhos de prática interventiva do assistente social frente a demandas das comunidades em vulnerabilidade social. Cabe ressaltar que a TS pode estar relacionada com as diversas áreas de conhecimento e que servirá tanto para os pesquisadores, assistentes sociais, quanto outros profissionais afins, para que tenham acesso e auxílio na execução de trabalhos voltados a essas comunidades.

O ebook aborda a compreensão de como a área do Serviço Social pode se relacionar com a TS, a partir do seguinte questionamento: Seria um mecanismo ideológico

desenvolvimentista ou um procedimento interventivo para responder às expressões das questões sociais? Embora este fenômeno seja relativamente novo, o ebook prima levantar fundamentações teóricas e experiências de aplicações existentes. Tratam-se de pontos fundamentais que permitem sustentação para o campo científico, execução na gestão de órgãos públicos, possibilidade de empreendedorismo e protagonismo, assim como, uma infinidade de ações criativas e resolutivas estruturais.

Portanto, a intenção é expandir a conexão entre a TS e o Serviço Social através da coleção de conteúdos selecionados e sistematizados para o conhecimento tendencial dos últimos tempos, com metodologias de trabalhos interventivos e uma abordagem humanitária dinâmica que visa a transformação social. Este livro em formato digital obtém inúmeras ilustrações, recomendações literárias e variados links para a captação do conhecimento prático e aplicável. Em face das várias tentativas de mudanças no contexto comunitário, a Tecnologia Social surge para abrir novos caminhos imprescindíveis conforme as demandas territoriais.

2 TECNOLOGIA SOCIAL

De início, faz-se necessário entender a TS como uma ferramenta válida e útil para responder estrategicamente aos problemas sociais encontrados no século XXI. É cabível defini-la como um composto de produtos, técnicas e/ou metodologias que sejam reproduzidas e executadas na relação com a comunidade, e que se destina a ações voltadas para a transformação social (DAGNINO, 2009); são instrumentos de inclusão social que expõem a tecnologia para a coletividade de forma inteligível, sistemática e técnica. A TS surge na perspectiva de acessibilidade para contrapor a Tecnologia Convencional (TC) e, deste modo, a TS nasce historicamente por uma ligação direta com a sociedade referente ao conhecimento e autonomia do indivíduo.

Precisamente na década de 1980, a TS toma forma e caminha para o conceito divergente ao modelo industrial, configurando-se no conhecimento interativo baseado no saber técnico-científico e popular, assim como na organização social. Trata-se de uma categoria relativamente nova, visto que houve uma gradual compreensão sobre como ela vem se estabelecendo na construção histórica e econômica da sociedade – o que será visto detalhadamente no decurso deste trabalho.

Atualmente, observa-se que as TS têm se consolidado como estratégia de desenvolvimento social no Brasil. No entanto, o seu processo de visibilidade e funcionamento está sobretudo ligado ao empenho da construção conceitual, analítica e funcional que a configura. Nesse sentido, procura-se mapear as concepções no contexto brasileiro que sustentam sua significância, finalidade e influência na esfera social.

As TS são vistas como proposta de auxílio na resolução das problemáticas sociais encontradas em comunidade em vulnerabilidade social e de fatores que estão esquecidos ou abandonados pelo Estado, como o próprio desenvolvimento comunitário. Muitas famílias carecem de política assistencial¹ que responda às condições de fragilidades e suas demandas (consequências da desigualdade social). A conjuntura da pobreza é marca registrada para caracterizar a comunidade vulnerável, e isso não pode ser naturalizado, mas sim deve ser compreendido como um fruto da desigualdade social.

Para reforçar essa discussão, Sposati (1988) critica que, ao invés de naturalizar a pobreza, é preciso observá-la como resultante do desenvolvimento econômico e social

¹ A política que funciona conjuntamente às políticas setoriais, para mediações e enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, na perspectiva da garantia dos direitos sociais e, assim, atender às demandas das condições insatisfatórias encontradas na comunidade

assumido: o aumento significativo das comunidades e famílias pobres vulneráveis acarretou o quadro social de submoradias – o que gerou diversos problemas voltados ao planejamento urbanístico territorial, afetando diretamente as esferas ambiental, econômica e educacional e a saúde da população comunitária.

Nesse cenário precário, no qual a comunidade em vulnerabilidade social está inserida, as iniciativas organizacionais utilizam as TS para possibilitar ações interventivas² executadas por projetos sociais em comunidades em vulnerabilidade social; ações que visam ao conhecimento do indivíduo e famílias, alcançando a convivência comunitária. A oferta dessas ações apresenta conhecimentos inovadores e criativos, em que o sujeito se apropria e os aplica em seu território, promovendo o desenvolvimento da comunidade pela tecnologia da informação.

A utilidade da apropriação e funcionamento da TS é de premência desmistificadora para que os eixos da tecnologia e do social caminhem juntas – o que se apresenta como um grande desafio, pois notam-se resistências e concepções tradicionais, além da impossibilidade de dialogar harmonicamente sem mensurar transformações positivas que alcancem a sociedade. Dessa forma, neste trabalho será detalhado o processo da construção desse fenômeno, sua demarcação conceitual, as formas históricas e as redes que o configuram, baseado em documentos e na revisão sistemática.

2.1 Construção histórica

As TS podem ser conhecidas como ações interventivas direcionadas à comunidade de vulnerabilidade social na tentativa de sanar expressões da questão social apresentadas no território. A questão social surgiu na Europa exatamente no final do século XIX, com a difusão da sociedade industrial emergente (ROSANVALLON, 1998). Assim, a partir do conjunto das expressões que refletem a desigualdade social no modo de vida, exigiram-se, relações entre a sociedade civil e o poder estatal, como bem conceitua Iamamoto (2001, p. 17):

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes

² Soluções alternativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida comunitária. A sociedade civil organizada interfere no contexto social da comunidade para a executar projetos segundo as demandas locais.

sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

A categoria de estudo da questão social está associada aos elementos do discurso capitalista – atualmente, com a predominância do Estado neoliberal, que se omite em garantir direitos sociais e políticas públicas, o que gera diversas expressões da questão social, tais como: desigualdade, desemprego, fome, doenças e uma série de escassez que demandam uma política de assistência. Conforme aponta Yamamoto (2010), a questão social é indissociável dos padrões capitalistas, e não há como tratar dela sem mencionar a interferência capitalista na sociedade.

Por sua vez, a perspectiva das TS trabalha com ações que possibilitam a inclusão social dos sujeitos residentes em comunidades que expressam elementos da questão social. Para compreender como a TS se apresenta, o contexto histórico expõe o processo de construção desenhada pelas revoluções industriais que, por sua vez, geraram inúmeras alterações nos eixos estruturantes da sociedade.

Pode-se pontuar historicamente a “Primeira Revolução Industrial” como situada na segunda metade do século XVIII, entre os anos 1760 e 1840, quando o modelo agrícola e artesanal de produção deu lugar ao modelo industrial, ou seja, a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, com a utilização de maquinárias. Almeida (2005) afirma que a Primeira Revolução Industrial presenciou a transformação da energia em força mecânica na configuração de caldeiras e máquinas a vapor.

Os moldes da produção europeia desenvolvida num primeiro momento na Inglaterra alcançou a Europa Ocidental e os Estados Unidos com a inserção de máquinas, confecção de produtos químicos e amplitude de transportes, através de ferrovias e navios. O recurso do carvão alavancou a produção de aço, o que propiciou o fortalecimento da indústria na construção civil; consequentemente, centros industriais ganharam maior destaque e relevância no desenvolvimento econômico; uma série de criações modificaram a indústria do algodão na Inglaterra, originando o novo modo de produção no sistema fabril (CONCEIÇÃO, 2012).

A “Segunda Revolução Industrial” (ou “Indústria 2.0”), ocorrida entre 1850 e 1945, estabeleceu-se pelo progresso científico e tecnológico em países europeus como França e Alemanha. Observa-se, então, o crescimento da indústria de química, petróleo, elétrica e aço. Almeida (2005) declara que ao longo da Segunda Revolução Industrial, o objetivo das transformações ocorridas na economia mundial considerava, sobretudo, a eletricidade e a química. Não menos importante, a notabilidade dos meios de comunicação foi sobremaneira, assim como os meios de transporte, que passaram a ter valor principalmente em centros

urbanos.

Esse cenário social e econômico foi intitulado como “Capitalismo Industrial” ou “Industrialismo”, sendo fruto das inovações primordiais que remodelaram a configuração do sistema industrial. As novas descobertas repercutiram no novo modelo de sistema tecnológico (BERG; HUDSON, 1992). O desenvolvimento da “Segunda Revolução Industrial”, para Noble (1979), se dá pela transformação da ciência, que focaliza a acumulação de capital pelas descobertas e aplicações no terreno da física e química inseridas na produção.

Na “Terceira Revolução Industrial” (ou “Indústria 3.0”), sucedida em meados de 1950 e 2010, ocorreu a transição progressiva da mecânica analógica para a digital. Assim, a utilização do microcomputador foi perceptível como marco inicial do desenvolvimento tecnológico, bem como a introdução da internet, sobretudo a invenção da robótica. Os estudos construídos frente a essa nova forma acentuaram o sistema produtivo em menos tempo e com tecnologias mais avançadas, assim como a qualificação da mão de obra para comercialização, administração de empresas envolvidas no processo de fabricação e comercialização da construção de seus bens (TAVARES; METRI, 2020).

O século XX foi notado por grandes avanços da genética e biotecnologia. Para Hobsbawm (2010), essa fase é caracterizada pelo progresso de baterias recarregáveis, baterias de hidrogênio e alternativas tecnológicas para armazenar energia; a produção informatizada abre inovações metodológicas de agricultura. A chegada do aparelho celular, construído em 1973, perpassa por fases inovadoras, inclusive Almeida (2005) destaca o desenvolvimento de circuitos eletrônicos e integrados, conhecidos posteriormente como *microchips*. Esses instrumentos criativos abriram procedências para diversas inovações que possibilitaram a próxima revolução.

A “Quarta Revolução Industrial” (ou “Indústria 4.0”), inaugurada em 2011, consiste no modelo empresarial que utiliza a tecnologia e que se torna fundamental para promover a produtividade. Na declaração de Gaia (2016), o momento das empresas atualmente é considerado como “Indústria 4.0”, pois sua capacidade de aperfeiçoamento e sua gestão dos processos produtivos industriais é gigantesca. A era da “Internet das Coisas”³ no Brasil cresceu consideravelmente na produção de novas tecnologias, através de um sistema em que tudo pode se conectar a partir do acionamento, conforme mencionado no trecho abaixo:

³ Procedimento através de sensores inteligentes e *softwares* que transmitem dados para uma rede; assim, os objetos físicos estão conectados e se comunicando entre si.

[...] sem a necessidade da presença física na fábrica ou na própria residência, poderemos acionar máquinas, interligar equipamentos e seus acessórios, ligar a cafeteira para deixar um café preparado no momento de chegar a casa, adiantar tarefas domésticas, gerenciar o estoque de alimentos da despensa e saber quando é preciso ir ao supermercado, entre outras possibilidades (GAIA, 2016, p. 1).

Tal momento recebe outros títulos como “Manufatura avançada”, “Indústria inteligente”, ou seja, o aparecimento de máquinas e conjuntos inteligentes que determinam a comunicação entre si, quando a intervenção humana não é necessária na sua execução. São diversos avanços no processo produtivo, visto que a sua estrutura é mais avançada e de conectividade mais rápida. Observe a imagem referente à consolidação histórica das revoluções (FIG. 1):

Figura 1: Síntese das Revoluções Industriais



Fonte: <https://vxm.com.br/blog/industria-4-0-revolucao-que-esta-acontecendo-no-momento/>

O relatório da União Internacional de Telecomunicações (ITU, 2016) – agência da Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em tecnologias de informação e comunicação – apresenta dados de que a conexão à internet nos países industrializados alcança cerca de 81% da população, mas em países em desenvolvimento alcança 40%, enquanto que nos países mais pobres, apenas 15%.

Com a otimização desse processo de produção, abre-se uma nova rota para o percurso econômico acelerado e autônomo, por conta da comunicação e consideráveis modificações estruturais. As tecnologias convencionais entram nesse contexto, visto que funcionam como aliadas do modelo industrial, alimentando o discurso da produtividade; muito embora surjam

com a proposta de gerar uma infinidade de avanços tecnológicos e maior facilidade no acesso, a contrariedade e complexidade envolve o contexto empresarial que visa nada mais do que a produção lucrativa, sem mensurar o contexto social. Logo, a tecnologia convencional funciona para atender empresas privadas responsáveis pela produção de bens e serviços para a sociedade. Por outro lado, os estudos referentes às TS abordam outra perspectiva baseada na conjuntura do século XXI: as TS se amolda para atender o aspecto social, firmadas em políticas públicas e no processo de construção sociotécnica que abarca “os artefatos tecnológicos por meio de uma negociação entre grupos sociais, com preferências e interesses diferentes”, (DAGNINO; BRANDÃO; NOVAES, 2004, p. 40).

No portal do Senado Federal, é exposta pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) a aprovação do Projeto de Lei (PL) que institui a Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS), detalhada da seguinte forma:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Tecnologia Social com o objetivo de promover, potencializar, organizar, desenvolver, fomentar e fortalecer as atividades de tecnologia social.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

- tecnologia social: conjunto de atividades desenvolvidas mediante processo coletivo de organização, desenvolvimento e aplicação, que podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico, voltadas para a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida e geradoras de efetiva transformação social, relacionadas ao planejamento, pesquisa, desenvolvimento, criação, aplicação, adaptação, difusão e avaliação de:

- a) técnicas, procedimentos e metodologias;
- b) produtos, dispositivos, equipamentos e processos;
- c) serviços;
- d) inovações sociais organizacionais e de gestão.

- inovação em tecnologia social: criação de novas tecnologias sociais, assim como a introdução de melhorias, avanços e aperfeiçoamentos em tecnologias sociais existentes (BRASIL, 2019).

Apesar de visar promover e potencializar o tratamento semelhante às demais políticas desenvolvidas no Brasil, o projeto ainda está em tramitação, e consta remetido à Câmara dos Deputados no seu estado atual.

Sabe-se que a situação brasileira quanto à efetivação da inclusão social tem relação com o perfil de pessoas historicamente excluídas da socioabilização; em outros termos, aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A fundamentação brasileira que trata a garantia da inclusão social como prioritária é a Declaração Universal de Direitos Humanos e a própria Constituição Federal de 1988, que elecam uma série de direitos que abrangem todo e qualquer perfil de pessoas, e não apenas o de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, a efetivação da transformação social perpassa pela compreensão de como se estabelece a

desigualdade social. Veremos posteriormente que essa discussão é ampla e complexa, visto que uma problemática gera outra.

2.2 Marco conceitual e analítico

Ao discutir esta categoria, é imprescindível destacar a corrente filosófica fundamentada em Feenberg (1991), com sua teoria crítica da tecnologia. No que tange à prática da TS, cita-se Dagnino (2004), professor titular na Universidade Estadual de Campinas, referência em várias universidades latino-americanas nas áreas de estudos sociais da ciência e tecnologia, atuando desde 1979. Ele afirma que a demarcação legitimada pela TS está atenta ao processo de configuração sociotécnica, sendo uma espécie de adequação nas dimensões *hardware* e *orgware* (a maneira que se organiza o processo de trabalho) e o *software* (padrões mentais concebidos para propiciar as outras duas formas).

Nesse sentido:

Trata-se de promover uma adequação (ou reprojeto) do conhecimento tecnocientífico, incorporado em equipamentos e insumos (*hardware*), formas de organização da produção (*orgware*), ou sob a forma intangível e mesmo tácita de modelos mentais (*software*), não apenas aos requisitos e finalidades de caráter técnico- econômico, como tem sido usual nos ambientes em que se concebe o conhecimento para a produção das (e nas) empresas, mas a aspectos de natureza social e ambiental até agora considerados nesse processo como externalidades (DAGNINO, 2012, p. 190-191).

As classificações das modalidades de adequação sociotécnica visam ao uso da tecnologia de forma simples (com seus específicos equipamentos), à apropriação coletiva dos meios de produção, à revitalização das máquinas e equipamentos, ao ajuste do processo de trabalho, às alternativas tecnológicas, à incorporação de conhecimento científico-tecnológico e seus novos processos de inovação incremental. Essa atribuição autogestionária está fundamentada no associativismo e autogestão para a construção da identidade e autonomia do indivíduo, família e comunidade envolvida:

O conceito que proponho parte de uma ideia simples, que reconhece de modo pragmático e ideologicamente orientado a intencionalidade política das ações humanas. De acordo com ela, Tecnologia Social é aquela que visa à inclusão social. E é, por isso, que ela passa por cima ou cruza ortogonalmente, transcendendo, todas as classificações usuais (DAGNINO, 2014, p. 157).

Esse fenômeno surge como estratégia dentro do território comunitário e se transforma conforme as demandas particulares. A priori, o entendimento acerca da TS consiste no caminho

que é trilhado para o desenvolvimento de práticas na comunidade, favorecendo a transformação social e seus artefatos, integrando todo o ambiente territorial; portanto, gira em torno da construção social. A TS foi incluída nos programas da Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (SECIS)⁴. Nesse cenário, ela era compreendida como produto, técnica, metodologia reaplicável desenvolvidas na interação com a comunidade no intuito de ofertar soluções eficazes em prol da transformação social.

Dagnino (2004) destaca três amplas vertentes analíticas: a Sociologia da Ciência e da Inovação, com olhar mertoniano na interpretação da conjuntura social – elementos determinantes inerentes ao contexto sócio-histórico; a Economia da Tecnologia, relacionada às variáveis de capital e trabalho e às transformações socioeconômicas; e a Teoria Política do Progresso Técnico, com o sentido marxista tradicional até a visão crítica por Feenberg.

Pelo artifício de um processo dialético⁵, a tecnologia modifica os grupos sociais, medeia e a todo tempo se molda. Desse modo, Dagnino (2004), em conformidade à teoria crítica de Feenberg (1991), afirma que a tecnologia “emolduraria” (encaixilharia) não somente o modo de viver do ser humano, como também vários estilos diferentes do indivíduo com escolhas diferentes de design e extensões da mediação tecnológica. Além disso, encontra-se uma vasta facilidade com relação à receptividade da sociedade às inovações tecnológicas de forma acrítica, ao poder que ela exerce, como enfatiza Feenberg (2005, p. 2):

A sociedade é organizada ao redor da tecnologia, o poder tecnológico é a fonte de poder desta sociedade. Isto fica claro nos designs de equipamentos tecnológicos que estreitam a escala dos interesses e preocupações que podem ser representados pelo funcionamento normal da tecnologia e das instituições que dependem dela.

No posicionamento de Bava (2004), o conceito da TS está relacionado ao típico desenvolvimento local por meio de métodos ou técnicas a serem trabalhadas. O referido autor declara que as TS estão baseadas em tecnologias para as necessidades sociais; nessa perspectiva, elas estão articuladas aos programas em espaços comunitários como forma de

⁴ Historicamente criada pelo decreto 4.724 em 2003, decisão do governo Lula e articulada pelo envolvimento de entidades da sociedade civil, no decorrer dos anos houve alterações significativas, inclusive na sua nomenclatura. Durante o governo de Michel Temer, este presidente decidiu que o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações deveria ser unificado com a Secretaria de Inclusão Social (Secis), que ficou responsável hoje por executar políticas para comunidades pobres com a Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (Seped).

⁵ Corrente filosófica que utiliza a concepção de dialética para fazer a leitura dos processos sociais durante toda a história. Pensamento da realidade que vive em constante mudança através de termos contrários, originando um terceiro termo. A dialética marxista é conhecida como um movimento natural da história e aceita uma concepção estática e definitiva.

proporcionar melhorias:

[...] Mais do que a capacidade de implementar soluções para determinados problemas, podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento de representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das majorias e pela distribuição de renda (BAVA, 2004, p. 116).

As práticas das TS conduzem ao conhecimento e à autonomia dos líderes e sujeitos comunitários que exercem cidadania através de experiências inovadoras com as tecnologias. A inclusão social é imprescindível para a condição existencial da TS, para a perspectiva da qualidade de vida, a estimulação de emprego e renda, o desenvolvimento sustentável, através da disseminação e conhecimento desse fenômeno.

Por sua vez, Tenório (2004) afirma que o sistema de mobilizações em prol do desenvolvimento para qualidade de vida social possui um discurso ideológico por trás, no qual as empresas parceiras obtêm o respeito, admiração geral e, dessa forma, mantêm a durabilidade de seus negócios a longo prazo. A crítica de Tenório (2004) aponta para a ideologia capitalista construída por trás de “boas ações”: é como se fosse o “canto da sereia”, mito da Grécia Antiga, na qual a sedução da sereia se dava através do canto que atraía os marinheiros pelo belo som, mas os levavam a naufragar – a própria estrutura do discurso neoliberal.

Além disso, existe a diversidade de temáticas que a TS se concentra em aplicar na perspectiva da intervenção social em comunidades em vulnerabilidade social como, por exemplo, o desenvolvimento, a sustentabilidade, o aspecto sociotécnico – considerados fundamentais para alicerçar o seu marco conceitual e analítico. Há, sobretudo, a necessidade no espaço acadêmico brasileiro de se trabalhar continuamente estas discussões referentes às TS, pois vai além de conceitos teóricos: sua representatividade inovadora, suas dimensões e o comprometimento com a comunidade, tal como o processo reflexivo entre os sujeitos envolvidos, reflete a transformação social de uma economia eficiente com técnicas cabíveis para a implementação de projetos; não sendo dessa forma, mantém-se em perigo por não fazer parte da transformação social que se almeja.

2.3 Tecnologias: apropriada, intermediária e social

Para chegar à TS, é necessário apontar a trajetória de outros formatos desenvolvidos antes dela com algumas semelhanças. A veia embrionária que deu início à tecnologia apropriada

foi estabelecida pelo indiano Mahatma Gandhi, no final do século XIX. Esse movimento acarretou a consciência política, e inúmeros habitantes de vilarejos buscavam uma necessidade da autodeterminação e da renovação da indústria nativa hindu.

Segundo Goldemberg (1978), a tecnologia apropriada estabelece efeitos sociais e ambientais e incorpora possíveis elementos vantajosos. Para ser considerada tecnologia apropriada, deve estar pautada em aspectos econômicos e sociais como, por exemplo, o atendimento aos territórios mais pobres, a preservação ambiental, a adequação na utilização dos recursos naturais e a execução com base na fonte de energia local.

A partir de todo o processo de trabalho para desenvolver a tecnologia apropriada arquitetado por Gandhi, Schumacher (1977) manipulou e remodelou para o conceito de Tecnologia Intermediária (TI), caracterizada como uma tecnologia de custo baixo, em pequena escala e de forma mais simples para alcançar os países pobres. Ele criou o Grupo de Desenvolvimento de TI, em 1966, com profissionais experientes do Reino Unido, para configurar e executar essa ferramenta. Devido ao desemprego alastrado que atingiu boa parte dos países gerando miséria, criou-se uma companhia sem fins lucrativos, no intuito de promover alternativas de enfrentamento às condições de pobreza.

A Tecnologia Intermediária é composta de três eixos: execução e implantação de programas de assistência e desenvolvimento focalizados em áreas rurais; o acesso à chamada “tecnologia da autoajuda”, com o auxílio na sua utilização; e a inexistência de conhecimento necessários sobre tecnologias dos parceiros doadores para amparar o desenvolvimento rural. Nesse sentido, foi realizado um projeto de construção para desenvolvimento, projetos hidráulicos, ferramentas e equipamentos agrícolas, a pequena indústria, tecnologiaalimentícia, consultoria, assim como grupos de trabalho e documentação. Herrera (1983) faz um pequeno apanhado sobre estes conceitos, afirmando que TI foi a proposta apresentada por Schumacher em que se exige menos investimento do capital para o trabalho e para a sua utilização.

Nesse processo de construção e distinção dos conceitos da tecnologia e suas especificidades, nasce, posteriormente, a funcionalidade da TS no modelo mais contemporâneo. Muito embora seja uma categoria recente, ela está interligada na herança histórica deixada pela Tecnologia Apropriada (TA) e TI, sendo que ambas se empenharam em estratégias de soluções tecnológicas para atender expressões da questão social em comunidades totalmente vulneráveis.

A TS é um conceito proposto para caracterizar uma tecnologia oposta à tecnologia convencional (DAGNINO, 2009). Para Dagnino (2009), a TS destina-se à participação e emancipação, proporciona inclusão social do sujeito, enquanto a Tecnologia Convencional,

como mencionado anteriormente, trabalha na perspectiva de nutrir a lucratividade:

Segundo Dagnino (2008), o conceito de tecnologia social é novo, "revolucionário" (transformador social) e será cada vez mais incorporado às políticas públicas, às ações de governo, ao mercado e ao meio acadêmico. De acordo com esse autor, essa tecnologia visa promover a inclusão social e surgiu para contestar a tecnologia convencional, que causou altos índices de desemprego. (BONILHA; SACHUK, 2011, p. 414).

Dessa forma, a lucratividade se inclina para gerar a exclusão social como aspecto desfavorável; no entanto, é primordial pesquisar as probabilidades do trânsito no sentido inverso, da Tecnologia Convencional para a TS, o trânsito da economia informal para a economia solidária⁶, diz Dagnino (2010). O ideal da inclusão dos sujeitos comunitários na economia solidária, na qual a TS precisa ser o objetivo nos campos econômico-produtivos e tecnológicos enquanto políticas públicas. É importante ressaltar que a economia solidária, apesar de ser uma peça desejada e projetada pela esquerda partidária, não alcançou seu alvo e se encontra no processo lento de se tornar plano estrutural tecnológico econômico-produtivos e tecnológicos enquanto políticas públicas.

2.4 Rede de Tecnologia Social

A gênese da Rede de Tecnologia Social (RTS) foi fruto de um encontro, em abril de 2005, em Brasília, entre instituições governamentais e não-governamentais, e que buscou mecanismos de possibilidade da utilização de recursos tecnológicos como meio de intervenção no contexto social comunitário. O pensamento inicial brotou do consenso com diversas instituições que trabalham na execução de projetos sociais para a empregabilidade e incremento tecnológico; instituições envolvidas na mobilização social, pautadas na aprendizagem cooperativa, a fim de deliberar a inovação social por atores e agentes interessados no desenvolvimento do capital social e na forma de governar (DAGNINO; GOMES, 2000).

Na data de julho de 2004, em Brasília, discutiu-se a articulação sobre a categoria TS, que passou a ser objetivo principal da Rede, em que inúmeros segmentos da sociedade civil organizada, segmentos governamentais, universidades, empresas e institutos de pesquisa fizeram parte desse momento. A Rede de TS questionou em pauta os modos anteriores, as Tecnologias Convencionais, e pronunciou o interesse da utilização necessária do uso de novas

⁶ Atividades econômicas organizadas pela autogestão, acompanhadas por elementos estruturais de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito; seu alvo é na valorização humana e não somente no capital, entendida pela lógica da igualdade. É uma alternativa inovadora que visa à inclusão social, gerando trabalho.

propostas tecnológicas para responder às demandas sociais – o que seria com a TS.

Observa-se que a TS é capaz de dialogar e abranger o primeiro setor (Estado), o segundo (empresas) e o terceiro (organizações não-governamentais – ONGs), para atender às necessidades sociais e econômicas encontradas como expressões da questão social. Ela se responsabiliza para reunir, organizar, articular e integrar a totalidade de instituições para contribuir e ofertar o desenvolvimento sustentável com a difusão e multiplicação de TS.

Diante dessa concepção, os elementos de produtos, técnicas e metodologias estão diretamente voltados para o desenvolvimento e interação comunitária e revelam as ações tendenciosas à transformação social. Sua finalidade é estimular a adesão de TS como políticas públicas, adequação no uso comunitário, bem como a disseminação de tais tecnologias para aqueles de difícil acesso. Essa Rede tratou de um grande consórcio, ou seja, a construção de parceiros associados e entidades referentes ao âmbito público, privado e terceiro setor.

Um dos membros da Rede é a Fundação Banco do Brasil (FBB), que serviu para investigação e iniciativas de desenvolvimento de TS, principalmente na elaboração de políticas públicas para TS como fonte de desenvolvimento, e que promoveu transformações sociais pela participação de várias organizações financiadas pelo Banco do Brasil (BB). As instituições recebem investimento para reaplicação de TS que proporcionem soluções inovadoras e gerem impactos.

Outro membro é o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)⁷, que junto ao Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS)⁸, tem o objetivo de alcançar a vida de pessoas, suas empresas, órgãos públicos e privados, gerando bem-estar e a preocupação com o meio ambiente. Produziu e disponibiliza uma cartilha de aprendizagem sistemática sobre como os negócios podem transformar a comunidade, oferecendo alternativas inovadoras – ações interventivas que estão pautadas nos princípios da economia solidária, a oferta de tecnologias de baixo custo com alto potencial para resolução da expressão da questão social encontrada na comunidade.

Outro membro é o Instituto de Tecnologia Social (ITS)⁹, que focaliza o olhar no aprendizado e na execução do desenvolvimento com tecnologias ligadas à conjuntura social da

⁷ Trabalha na visão de corroborar para que a transformação social dos brasileiros seja efetivada com ênfase no desenvolvimento sustentável. Mantém múltiplos projetos no território brasileiro com articulação de parcerias no investimento social.

⁸ O CSS é composto por conquistas, produção e disseminação de conhecimento a nível internacional. Comprometido com o bem-estar das gerações do presente e futuras, assim a vida no planeta Terra.

⁹ Criado para atender demandas século XXI na sociedade brasileira, destina-se a edificar um novo modelo de desenvolvimento com o objetivo de aproximar a ciência, tecnologia, inovação e inclusão social a fim de caminharem juntas (TORRES, 2011).

comunidade.

O trabalho com o termo TS [tecnologia social] nasce, assim, na história do ITS [...], como o esforço de reconhecimento do tipo de produção e atuação específica das ONGs, que de modo geral revela uma relação diferenciada entre a produção e a aplicação de conhecimento (ITS, 2004, p. 123).

Com os procedimentos da construção de inovações e o empoderamento sobre elas, as relações sociais apresentam uma nova forma, pois alteram as relações de poder preexistentes e valorizam o conhecimento e emancipação dos indivíduos (ROCHA; FARFUS, 2007). Sua força de mobilização agrupa conhecimentos específicos na tentativa de responder às demandas da questão social relativa a comunidade e seu perfil de vulnerabilidade. A nível nacional, o ITS se concentrou na criação de propostas e experiências para sanar demandas da questão social. No decorrer do percurso, usufruiu de tecnologias adequadas de acordo com a produção de conhecimento; entre os anos de 2006 e 2010, em torno de 875.648 chegaram a ser beneficiados por projetos executados pelo ITS.

A TS estabelece quatro dimensões. A primeira diz respeito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia, tendo o dever de ter a ciência dos problemas sociais no território, organizar e sistematizar, assim como inovações em comunidades. A segunda tem a ver com a participação, cidadania e democracia, que estimulam a participação democrática frente aos processos de trabalho e sua metodologia que lança o sujeito a disseminar da categoria e sua utilidade. Outra dimensão é a educação, com seu conjunto de ações pedagógicas, oportuniza diálogo entre os diferentes saberes e evidencia a autonomia. A última dimensão é a própria relevância social, que busca solucionar as expressões da questão social com vistas à sustentabilidade, portanto, resulta na transformação social.

A Universidade Federal Fluminense (UFF) trabalha com a TS em diversas áreas como educação, meio ambiente, cultura, sustentabilidade e entre outros, e trás uma concepção direcionada às experiências tecnológicas que interagem com a comunidade; também prioriza investigar soluções para os problemas sociais e que levam ao desenvolvimento e à inclusão sociais. A universidade se responsabiliza para alavancar iniciativas com a articulação de estudantes, docentes, técnicos administrativos e participação do público externo. A forma de acompanhamento das mobilizações e práticas interventivas através da TS é acompanhar os registros encontrados no Catálogo de Tecnologias Sociais da UFF, cuja última edição foi em 2019, e detalha sistematicamente as experiências de TS e inovações para o desenvolvimento social durante o ano. O mapeamento, documentação e divulgação das informações busca dar visibilidade às experiências das TS desenvolvidas pela UFF; focaliza em produzir registros e

criar memórias a partir das iniciativas registradas, além de permitir que os produtos, processos, metodologias, serviços e técnicas mapeadas possam ser objeto de reaplicação e intercâmbio.

A RTS muito tem influenciado a pesquisa na área, gerando produções de conhecimentos e reflexões como instrumento democrático participativo, e enfatiza a política da geração de emprego e renda, sendo estes elementos relevantes para elaboração e implementação de políticas públicas. Para Rutkowski (2005), a RTS vai além de uma rede formada por interesse dos participantes para uma temática específica, pois se encaixa como uma rede composta de atores dispostos a integrar o modelo de governança de acordo com seus valores, referências analítico-conceituais, observando, sobretudo, o cenário socioeconômico que programam construir.

A Rede, portanto, realiza a difusão de programas com ações, coletas, divulgações, e desenvolve um portal na web que permite interconectividade, promove encontros regionais, produz publicações, executa ações em comunicação da rede, utiliza mídias como rádios comunitárias e está vinculada ao Programa Casa. As instituições mantenedoras – Fundação Banco do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), SEBRAE, Caixa Econômica Federal, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) – assumem o custeio para efetivar demandas administrativas como as reuniões do Fórum Nacional, desenvolvimento do portal, comunicação e mantêm o funcionamento da Secretaria Executiva na durabilidade de 2 anos.

3 AS REPERCUSSÕES DA TECNOLOGIA NA ESFERA SOCIAL

Diante dos processos de desenvolvimento do homem e suas épocas representativas, observa-se a profunda investigação em tornar a vida mais prática, havendo, para isso, inúmeras criações que formaram um conjunto de técnicas inovadoras. A tecnologia é construída pelo agrupamento de técnicas com iniciativas da ação do homem para o desenvolvimento. Conforme Pinto (2005, p. 288), para haver o desenvolvimento da sociedade por meio da tecnologia, é necessário observar a realidade dos recursos, compreensão técnica e trabalho para a evolução de cada sociedade, bem como investimento na pesquisa.

Cada país, seja ele desenvolvido ou subdesenvolvido, considera a inserção de tecnologias como parâmetros organizacionais e apresenta políticas de desenvolvimento para intensificar a estrutura econômica. A tecnologia, nessa circunstância, segue o arquétipo capitalista, típica estrutura social adotada pela grande maioria dos países; lógica essa que resulta na Tecnologia Convencional, não estando ligada às demandas das vulneráveis das comunidades, como já visto. Por sua vez, a TS carrega uma bagagem de técnicas, porém focaliza em nutrir os métodos que atendam às urgências das comunidades desprovidas de políticas assistenciais. O caminho trilhado para a execução do dispositivo tecnológico, aliado às demandas sociais no Brasil, teve como grande marco a criação da Rede de Tecnologia Social (RTS), com a finalidade de interação com a comunidade, resultando em transformação social (DIAS, 2011).

Esta categoria inovadora propõe-se a analisar e executar metodologias construídas socialmente para que os beneficiados, setores políticos e privados participem no formato e no conteúdo, como salientam Dias e Novaes (2009). Todo o processo envolve grupos sociais para intervir no próprio ambiente social da comunidade onde a tecnologia será constituída. Para abordar os impactos da TS, é importante, ressaltar a definição clara desta categoria, a fim de compreender suas repercussões na sociedade, visto que este fenômeno se destina à integração social como forma de gerar crescimento numa dada comunidade. Compreende-se que está intrinsecamente ligada à perspectiva de democratização, logo, o acesso e participação do coletivo é a marca registrada que bem define e se distingue das demais formas de aplicar tecnologias.

3.1 Inovações para a vida social

A sociedade vive correlacionada aos sistemas da tecnologia, à informação e aos valores, daí compete aos cientistas sociais investigarem e debruçarem-se em meio às potencialidades para os campos econômico, social, político, cultural e humano. É de fato proveitoso o estudo das

relações entre os aspectos tecnológico e social; são novas transformações na relação com o saber que surgem da interconexão por computadores ou dispositivos e a infraestrutura material da comunicação digital junto com o universo oceânico de informações. No entanto, é essencial que se permaneça receptivo em relação às inovações tecnológicas em benefício da coletividade, dentro do ponto de vista cultural humanista.

A TS, nesse contexto, colabora de forma significativa com a sociedade, pois a atividade humana possibilita o acesso às técnicas (materiais e intelectuais), em que os sistemas sociotécnicos¹⁰ estão presentes, como destaca Lévy (1999, p. 19-20):

[...] a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sociotécnicos globais, um ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria. As atividades humanas abrangem, de maneira indissolúvel, interações entre: pessoas vivas e pensantes, entidades materiais naturais e artificiais e ideias e representações.

Lévy (1999) fala acerca do fenômeno cibercultura¹¹, entretanto, é possível compreender que a TS carrega elementos do sistema sociotécnico, cuja interação estabelece impacto na sociedade. Interação esta na qual a comunicação é um elemento de construções, logo sendo impossível desassociar o homem de seu terreno material e vice-versa, como afirma Lévy (1999, p. 20):

É impossível separar o humano de seu ambiente material, assim como dos signos e das imagens por meio dos quais ele atribui sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material - e menos ainda sua parte artificial - das ideias por meio das quais os objetos técnicos são concebidos e utilizados, nem dos humanos que os inventam, produzem e utilizam. Acrescentemos, enfim, que as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições, são recicladas por grupos organizados e instrumentalizados, como também por circuitos de comunicação e memórias artificiais.

Frente às técnicas, manifestam-se as propostas de projetos sociais e estratégias com o interesse de responder às necessidades encontradas em comunidades vulneráveis. O

¹⁰ Desenvolvimento organizacional é uma abordagem do projeto de trabalho organizacional complexo que reconhece a interação entre as pessoas e a tecnologia nos locais de trabalho. O termo também se refere à interação entre as complexas infraestruturas da sociedade e ao comportamento humano.

¹¹ Reunião de padrões, produtos, comportamentos ou valores, que são compartilhados na Internet. Condição social influenciada pelo uso contínuo de computadores, para a comunicação, diversão, negócios e outros.

desenvolvimento das cibertecnologias¹² é encorajado por Estados que buscam potência e questões da competição econômica mundial da eletrônica e *software*, entre os grandes conjuntos geopolíticos. Essas implicações sociais e tecnológicas dizem respeito a encadeamentos cognitivos que ainda estão no início de sua trajetória, embora a extensão do ciberespaço¹³ encontra-se em ritmo acelerado. Os padrões de comunicação multimodal ganham espaço, pois são aplicados à inclusão de grupos nas dimensões auditivas, visuais e táteis, que permitem possibilidades interativas com agentes de *software* inteligentes ou *knowbots*¹⁴.

3.2 Procedimentos técnicos e sociais

No fim dos anos 1990, os fenômenos da interatividade pela tecnologia modificam a significação cultural e social aos moldes das cibertecnologias. Para Lévy (1999), as transformações provenientes após o ano 2000 atingem o universo digital, embora se prevejam as suas mutações. O autor propõe uma reavaliação contínua frente às novas interfaces que configuram os aspectos culturais e sociais:

Quando as capacidades de memória e de transmissão aumentam, quando são inventadas novas interfaces com o corpo e o sistema cognitivo humano (a “realidade virtual”, por exemplo), quando se traduz o conteúdo das antigas mídias para o ciberespaço (o telefone, a televisão, os jornais, os livros etc.), quando o digital comunica e coloca em um ciclo de retroalimentação processos físicos, econômicos ou industriais anteriormente estanques, suas implicações culturais e sociais devem ser reavaliadas sempre (LÉVY, 1999, p. 22).

Reavaliar o contexto da influência tecnológica na vida do homem não se limita apenas em identificar seus impactos, mas também a integrar-se da irreversibilidade que a tecnologia estabelece. A partir desse ponto de vista crucial, a utilização da tecnologia conduz o homem a formular projetos de exploração da categoria virtualidade e da capacidade de decisão sobre o que fazer com ela. Lévy (1999, p. 23) afirma que a técnica¹⁵ não é conceituada nem como positiva nem como negativa (pois os fatores irão depender do contexto, ponto de vista e uso), e nem considerada neutra, pois ela condiciona ou restringe, ora abre, ora fecha os aspectos de possibilidades. Enquanto ainda se questiona o uso tecnológico, outras novas tecnologias são

¹² Espaço altamente mutante, em constante transformação, em uma dinâmica temporal que define novas evidências sociais no campo das relações humanas.

¹³ Diz respeito à uma forma de virtualização informacional em rede. Por meio da tecnologia, os homens, mediados pelos computadores, passam a criar conexões e relacionamentos capazes de fundarem um espaço de sociabilidade virtual.

¹⁴ É um tipo de *bot* que obtém informações ao coletar automaticamente informações específicas de sites.

¹⁵ É o procedimento ou conjunto de procedimentos que visa obter um determinado resultado, seja no campo da ciência, da tecnologia, das artes ou em outra atividade qualquer. Segundo Lévy, a técnica, mesmo a mais moderna, é toda constituída de bricolagem, reutilização e desvio.

criadas e emergem para demarcar concepções e praticidade do indivíduo, sendo que muitas estão invisíveis ainda, podendo ou não desaparecer, assim como podem obter sucesso.

A repercussão da TS traz consigo o aspecto da coletividade: a inteligência coletiva, na qual a comunidade virtual e grupo de pessoas estão constantemente se correspondendo interconectados. Lévy (1999, p. 24-25) traz elementos conceituais que apresentam ligações e funcionamento técnico:

Hipertexto é um texto em formato digital, reconfigurável e fluido. Ele é composto por blocos elementares ligados por links que podem ser explorados em tempo real na tela. A noção de hiperdocumento generaliza, para todas as categorias de signos (imagens, animações, sons etc.), o princípio da mensagem em rede móvel que caracteriza o hipertexto. A World Wide Web é uma função da Internet que junta, em um único e imenso hipertexto ou hiperdocumento (compreendendo imagens e sons), todos os documentos e hipertextos que alimentam a sensação de impacto, de exterioridade, de estranheza que nos toma sempre que tentamos apreender o movimento contemporâneo das técnicas.

O contexto de movimentos técnicos diante das classes sociais não apresenta participação na construção e apropriação de ferramentas digitais, conseqüentemente soa como um elemento ameaçador. Lévy (1999, p. 25) aponta essa questão:

Para dizer a verdade, cada um de nós se encontra em maior ou menor grau nesse estado de desapossamento. A aceleração é tão forte e tão generalizada que até mesmo os mais “ligados” encontram-se, em graus diversos, ultrapassados pela mudança, já que ninguém pode participar ativamente da criação das transformações do conjunto de especialidades técnicas, nem mesmo seguir essas transformações de perto. Aquilo que identificamos, de forma grosseira, como “novas tecnologias” recobre na verdade a atividade multiforme de grupos humanos, um devir coletivo complexo que se cristaliza sobretudo em volta de objetos materiais, de programas de computador e de dispositivos de comunicação.

Ao se tratar da influência tecnológica na vida humana, o referido autor aborda filosoficamente os impactos positivos e negativos, bem como o sentimento de estranheza dos processos sociais:

Quando os “impactos” são negativos, seria preciso na verdade incriminar a organização do trabalho ou as relações de dominação, ou ainda a indeslindável complexidade dos fenômenos sociais. Da mesma forma, quando os “impactos” são tidos como positivos, evidentemente a técnica não é a responsável pelo sucesso, mas sim aqueles que conceberam, executaram e usaram determinados instrumentos. Neste caso, a qualidade do processo de

apropriação (ou seja, no fundo, a qualidade das relações humanas) em geral é mais importante do que as particularidades sistêmicas das ferramentas, supondo que os dois aspectos sejam separáveis. Resumindo, quanto mais rápida é a alteração técnica, mais nos parece vir do exterior. Além disso, o sentimento de estranheza cresce com a separação das atividades e a opacidade dos processos sociais. É aqui que intervém o papel principal da inteligência coletiva (LÉVY, 1999, p. 23).

A germinação dos processos de inteligência coletiva¹⁶ proporciona a apropriação das alterações das técnicas, conseqüentemente, menos sequelas de exclusão são identificadas. Esse método visa a coletividade e está interligado no que se encontra raramente em literaturas, o denominado “Movimento Tecnosocial” – ações sociais de interação com as comunidades, no intuito de criar e difundir efetivas tecnologias sociais inovadoras; as áreas de atuação alcançam a saúde, educação, meio ambiente, inclusão social, economia solidária e, sobretudo, a chamada “Tecnologia Social”.

3.3 A tecnologia como construção social

Os instrumentos próprios da inteligência coletiva que abarcam a esfera social são o ciberespaço, caracterizado por variados dispositivos de comunicação interativos e comunitários. O espaço cibernético acentuou transformações sociais no que diz respeito aos setores da atividade humana. O teórico Manuel Castells (1999) fala sobre a “sociedade em rede”, um novo espaço de sociabilidade, com impactos na concepção ética e moral, nas relações entre as pessoas, assim como na estrutura da produção de valor. O ciberespaço aponta uma forma de virtualização informacional através de rede, no qual os indivíduos, com o uso de computadores, criam conexões e vinculações hábeis para vivenciarem constantemente um espaço de sociabilidade virtual:

O ciberespaço como suporte da inteligência coletiva é uma das principais condições de seu próprio desenvolvimento. Toda a história da cibercultura testemunha largamente sobre esse processo de retroação positiva, ou seja, sobre a automanutenção da revolução das redes digitais (LEVY, 1999, p. 27).

Para Lévy (1999), este fenômeno é considerado complexo e ambivalente, visto que o crescimento do ciberespaço não é o elemento determinante, todavia, concede ambiente propício no que tange à inteligência coletiva, ao mesmo tempo que aparecem novas formas de vida do

¹⁶ Pierre Lévy é o principal responsável pela construção e disseminação do conceito. Segundo ele, a inteligência coletiva é o conjunto de saberes compartilhados pela memória, pela percepção e pela imaginação, resultando na aprendizagem coletiva e na troca de conhecimentos.

homem. Sendo assim, Lévy (1999, p. 28) aponta que:

De fato, também vemos surgir na órbita das redes digitais interativas diversos tipos de formas novas [...] – de isolamento e de sobrecarga cognitiva (estresse pela comunicação e pelo trabalho diante da tela) –, de dependência (vício na navegação ou em jogos em mundos virtuais), - de dominação (reforço dos centros de decisão e de controle, domínio quase monopolista de algumas potências econômicas sobre funções importantes da rede etc.), - de exploração (em alguns casos de teletrabalho vigiado ou de deslocalização de atividades no terceiro mundo), - e mesmo de bobagem coletiva (rumores, conformismo em rede ou em comunidades virtuais, acúmulo de dados sem qualquer informação, “televisão interativa”).

Dado que a relação dos processos de inteligência coletiva amplia-se em virtude do elemento ciberespaço, desta forma o movimento tecnosocial abre caminhos para a participação do homem em construções:

[...] um de seus principais efeitos é o de acelerar cada vez mais o ritmo da alteração tecnosocial, o que torna ainda mais necessária a participação ativa na cibercultura, se não quisermos ficar para trás, e tende a excluir de maneira mais radical ainda aqueles que não entraram no ciclo positivo da alteração, de sua compreensão e apropriação. Devido a seu aspecto participativo, socializante, descompartmentalizante, emancipador, a inteligência coletiva proposta pela cibercultura constitui um dos melhores remédios para o ritmo desestabilizante, por vezes excludente, da mutação técnica (LÉVY, 1999, p. 27).

A inteligência coletiva tem como objetivo a aceleração dessa mutação que reverbera no contexto social. Ela fornece a cibercultura, o que Lévy (1999, p. 27) chama de “veneno e remédio”: um veneno quando não há participação, sendo inviável a participação completa pela sua amplitude de multiformidade; um remédio para aqueles que se encontram imersos e sabem manter o controle. A repercussão da tecnologia na esfera social engloba a multimídia, conhecida como uma estrutura interativa, integrada e, sobretudo, digital. Informações digitais representadas por vários recursos reforçam a qualidade de laços sociais:

Enfim, a palavra “multimídia”, quando empregada para designar a emergência de uma nova mídia, parece-me particularmente inadequada, já que chama atenção sobre as formas de representação (textos, imagens, sons etc.) ou de suportes, enquanto a novidade principal se encontra nos dispositivos informacionais (em rede, em fluxo, em mundos virtuais) e no dispositivo de comunicação interativo e comunitários ou, em outras palavras, em um modo de relação entre as pessoas, em uma certa qualidade de laço social (LEVY, 1999, p. 66).

A forma que se estrutura a sociedade contemporânea está carregada das mais variadas formas de representações com o objetivo da transmissão de informações. Dessa forma, estreita-se o laço social entre os indivíduos, pois aquilo que outrora se apresentava de forma limitada e excludente, hoje faz perceber as vasta e constantes redes ativas e conectadas diariamente na vida do indivíduo.

3.4 Interatividade

O impacto provocado pela tecnologia na vida social destaca-se pela interatividade, que focaliza a participação ativa do indivíduo durante o processo da informação. Lévy (1999, p. 80) assevera que:

Como a interatividade é muitas vezes invocada a torto e a direito, como se todos soubessem perfeitamente do que se trata, gostaria de tentar, neste pequeno capítulo, uma abordagem problemática dessa noção. O termo “interatividade” em geral ressalta a participação ativa do beneficiário de uma transação de informação. De fato, seria trivial mostrar que um receptor de informação, a menos que esteja morto, nunca é passivo. Mesmo sentado na frente de uma televisão sem controle remoto, o destinatário decodifica, interpreta, participa, mobiliza seu sistema nervoso de muitas maneiras, e sempre de forma diferente de seu vizinho. Além disso, como os satélites e o cabo dão acesso a centenas de canais diferentes, conectados a um videocassete permitem a criação de uma videoteca e definem um dispositivo televisual evidentemente mais “interativo” que aquele da emissora única sem videocassete. A possibilidade de reapropriação e de recombinação material da mensagem por seu receptor é um parâmetro fundamental para avaliar o grau de interatividade do produto.

Para a linha sociológica, a interação social está situada nas relações sociais entre indivíduos e grupos, estado necessário para o desenvolvimento e organização das sociedades. Através dos processos interativos, o homem transforma-se em sujeito social. Enquanto a interatividade está associada frequentemente à presença da computação, deriva-se ao conceito mais sociológico para significar uma estrutura social.

A interatividade enquadra-se no processo das relações sociais, pois ela revela uma nova configuração de interação homem-máquina (LEMOS, 2002). Outro conceito clássico, segundo Jensen (2010), sobre a interatividade é a maneira de como o homem (enquanto usuário de computadores) utiliza frequentemente as máquinas nas quais os meios de comunicação se fazem presentes – definição ambígua, visto que a interatividade do homem se dá com o meio, tal como entre os homens através do meio que junta interações de níveis técnico e social.

A interatividade perpassa pela lógica das relações sociais digitais presentes no cotidiano do homem do século XXI; assim, observa-se que os formatos de ambientes digitais

proporcionam interação e integração do homem na comunicação e absorção de informações. Para Helena (2021), é notório que as ferramentas tecnológicas alcançaram as diferentes classes sociais e o manuseio delas reflete uma nova forma de estabelecer relações:

As relações sociais apresentam uma evolução considerável de possibilidades na comunicação aplicada as relações sociais, dentre elas destaca-se o chamado “MSN”, oferecido pela Microsoft, depois o Orkut em 2004, o Facebook nos anos 2005 e 2006 e o famoso Instagram em 2010 [...] (HELENA, 2021, p. 49).

É possível caracterizar a influência da interatividade nas relações sociais, as vivências entre os indivíduos e as suas múltiplas formas de se comunicarem. Diante desse modelo social de comunicação, observam-se os principais componentes que configuram a interatividade: comunicação entre o utilizador e o sistema, o que possibilita a troca de informações; *feedback*, no qual o sistema responde à inserção de dados; controle, com o qual o sistema regula e atua no ambiente virtual; tempo de resposta, pois há um intervalo entre a instigação do utilizador e as modificações no ambiente virtual; adaptabilidade, visto que o sistema se remodela conforme diversos estímulos; e co-criatividade, em que o utilizador possui controle sobre a sequência e o ritmo das ações. A coletividade desenvolve a comunicação dentro do espaço virtual, que forma novos modelos de interação.

Outro considerável aspecto mencionado por Lévy (1999) é o movimento social da cibercultura. A princípio, os movimentos sociais são constituídos por indivíduos que defendem e lutam por uma causa social e política, procedimentos com articulações e mobilizações – um modo da população se expressar para obter direitos. Mas onde exatamente a tecnologia está envolvida nesse contexto? Certo é que pode parecer estranho o diálogo do movimento social com o fenômeno considerado técnico. A tese que Lévy sustenta, nesse contexto, é de que a necessidade imediata do ciberespaço foi fruto do verdadeiro movimento social.

3.5 Movimento Social

Este movimento social corresponde à liderança da cibercultura apresentada por uma juventude metropolitana e escolarizada, com o discurso em torno da atualidade e inovações como, por exemplo, os formatos de interconexão, as comunidades virtuais, a inteligência coletiva e os interesses congruentes:

Pode parecer estranho falar de “movimento social” quando se trata de um fenômeno habitualmente considerado como “técnico”. Eis, portanto, a tese que vou tentar sustentar: a emergência do ciberespaço é fruto de um verdadeiro

movimento social, com seu grupo líder (a juventude metropolitana escolarizada), suas palavras de ordem (interconexão, criação de comunidades virtuais, inteligência coletiva) e suas aspirações coerentes (LÉVY, 1999, p. 125).

O movimento social historicamente se consolidou na Califórnia, e foi conhecido pela expressão “Computers for the People” (Computadores para o Povo). Assim, na década de 1970 foram criados os primeiros microprocessadores, o que permitiu a criação de computadores menores e potentes. A compreensão sobre computadores começou a tomar outra concepção ideológica entre um grupo de pessoas.

Nesse período, as máquinas enormes e pesadas eram para o uso exclusivo de renomados informatas, cientistas e de preferência máquinas à disposição para as guerras daquele período. Diante deste cenário monopolista da técnica, os computadores recebem uma ressignificação de uso, em que passam a ser introduzidos no dia a dia do homem e desempenham a função da chamada “tecnologia libertadora”. Muito embora o seu contexto histórico bélico¹⁷ tenha sido formado em favor do trabalho pela conquista da hegemonia política, existia um grupo de pessoas visionárias que disseminavam a utilidade do computador de forma socialmente justa.

O impacto social desse movimento se apresentou pela comunidade de jovens *hackers* californianos, que observaram a composição de microprocessadores na construção de microcomputadores e defendiam a concepção de paz frente à Guerra do Vietnã. Este mesmo grupo começou a produzir os primeiros computadores pessoais na Universidade de Berkeley, e por traz desta articulação havia um propósito: o de tornar os computadores acessíveis e a favor da população. Este grupo de *hackers* exploravam seus conhecimentos técnicos em virtude do conceito que tinham sobre liberdade da informação e dos homens, e logo a informática não deveria ser uma ferramenta de controle e inclusão.

O afamado projeto “Community Memory”, criado em 1973 pelo movimento social de *hackers*, foi construído para estruturar uma rede de informações que operasse de modo descentralizada, possibilitando terminais disponíveis por região, para que a sociedade tivesse acesso a ter e a produzir informações. Com essa articulação do movimento social em favor da acessibilidade à tecnologia de forma ampla, foi considerado motivo de reforçar a guerrilha contra a burocracia usando a tecnologia como instrumento principal. Verifica-se pela descrição a intenção dita pelo grupo em 1972:

Nossa intenção é introduzir a Community Memory em bairros e comunidades desta região, e torná-la acessível para que possam viver com ela, brincar com

¹⁷ Relação com a área militar, como a estratégia em uma batalha, os movimentos de tropas ou qualquer outra circunstância da tática de um exército.

ela, e formar o seu crescimento e desenvolvimento. A ideia é trabalhar com um processo por meio de ferramentas tecnológicas, como computadores, que são utilizados pelas próprias pessoas para moldar suas próprias vidas e as comunidades de uma maneira sadia e libertadora. Neste caso, o computador permite a criação de um banco de memória comum, acessível a qualquer pessoa da comunidade. Com isso, podemos trabalhar fornecendo a informação, os serviços, as habilidades, a educação e o apoio econômico que a nossa comunidade necessita. Temos uma ferramenta poderosa - um gênio - à nossa disposição, a questão é saber se podemos integrá-lo em nossas vidas, mantê-lo e usá-lo para melhorar nossa própria vida e a nossa capacidade de sobrevivência (COMMUNITY MEMORY *apud* TORRES, 2011, p. 04).

Os *hackers* do Community Memory afirmavam que a mudança era possível, e possibilitaram a leitura de formas diversificadas pela internet, na perspectiva de revolução do social, da liberdade e da justiça. A informática não seria uma ferramenta para apartar, segregar e dominar os homens, mas sim para conectar e gerar aprendizagem.

A tecnologia causou historicamente forte impacto social naquele território, a fim de defender o corpo social e as suas fragilidades quanto ao acesso e liberdade no uso. Como consequência desse movimento social, em busca do compartilhamento tecnológico, no final dos anos 1970, o custeio de computadores estava acessível para a compra, logo, podiam aprender a manusear sem a presença de terceiros; desse modo, o significado social da informática recebeu um novo olhar.

Já no final dos anos 1980, o vasto crescimento da comunicação através da informática foi inaugurado por uma ação de jovens metropolitanos e dedicados, entrando a internet em cena e gerando o universo informacional; esta que se tornou reconhecida como a mais notável e extraordinária construção da cooperativa internacional, e os assinantes cresceram sobremaneira. O movimento, que a princípio foi insignificante, conquistou o espaço e se destacou principalmente pela iniciativa de pensar nas necessidades do povo. Desencadeou o laço social, pois houve uma organização que unificou interesses comuns para o partilhar saberes. Lévy (1999, p. 130) aponta que:

A cibercultura é a expressão da aspiração de construção de um laço social, que não seria fundado nem sobre links territoriais, nem sobre relações institucionais, nem sobre as relações de poder, mas sobre a reunião em torno de centros de interesses comuns, sobre o jogo, sobre o compartilhamento do saber, sobre a aprendizagem cooperativa, sobre processos abertos de colaboração. O apetite para as comunidades virtuais encontra um ideal de relação humana desterritorializada, transversal, livre. As comunidades virtuais são os motores, os atores, a vida diversa e surpreendente do universal por contato.

O laço social faz uma espécie de vinculação com a cibercultura, indivíduos e instituições

que aderem às concepções de contribuição e ao compartilhar social; uma lógica essencialmente fundamentada em condições necessárias da universalização por contato, edificada com três pilares como Lévy elenca: a interconexão geral, a comunidade virtual e a inteligência coletiva, vistos como um processo contínuo:

Interconexão geral, comunidades virtuais e inteligência coletiva são aspectos de um universal por contato, um universal que cresce como uma população, que faz crescer aqui e ali seus filamentos, um universal que se expande como a hera. Cada um dos três aspectos constitui a condição necessária para isto: não há comunidade virtual sem interconexão, não há inteligência coletiva em grande escala sem virtualização ou desterritorialização das comunidades no ciberespaço. A interconexão condiciona a comunidade virtual, que é uma inteligência coletiva em potencial. Mas essas formas são a priori vazias, nenhuma finalidade externa, nenhum conteúdo particular vem fechar ou totalizar o programa da cibercultura que encontra-se por completo no processo inacabado de interconexão, de desenvolvimento de comunidades virtuais e de intensificação de uma inteligência coletiva fractal, reproduzível em todas as escalas e diferente em toda parte (LÉVY, 1999, p. 137).

A repercussão da tecnologia na esfera social é registrada também como o movimento contínuo de interconexão, caminhando sempre para a comunicação interativa de todos com todos. Essa relação é caracterizada por fontes heterogêneas e por meio de dispositivos mutagênicos, os quais irão se multiplicar incessantemente. A cada instante novos indivíduos adentram no universo da internet, novos computadores são interconectados e, por conseguinte, uma gama de novos conhecimentos são inseridos na rede. Esse protótipo do ciberespaço diminui a conceituação do mundo informacional, mas, por outro lado, aumenta e consolida o conceito totalizável. A universalização da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz, como afirma Lévy (1999). Observa-se que o fenômeno cibercultural provoca transformação nas condições de vida em sociedade, um universo que simultaneamente tende a manter sua indeterminação e, portanto, o caos. Destaca Lévy (1999, p. 110):

Este acontecimento transforma, efetivamente, as condições de vida em sociedade. Contudo, trata-se de um universo indeterminado e que tende a manter sua indeterminação, pois cada novo nó da rede de redes em expansão constante pode tornar-se produtor ou emissor de novas informações, imprevisíveis, e reorganizar uma parte da conectividade global por sua própria conta. O ciberespaço se constrói em sistema de sistemas, mas, por esse mesmo fato, é também o sistema do caos.

Duas perspectivas críticas e analíticas de como se estabelece a cultura da tecnologia nos múltiplos espaços de vida social do homem, um processo que até hoje estamos investigando para entender sua complexidade.

3.6 Devir Tecnológico

Devir é um termo originado do latim *devenire* (chegar), um conceito filosófico que designa as mudanças pelo processo onde as coisas passam; termo este que se firma na essência filosófica, com o sentido de “tornar-se”. Todavia, encontram-se interpretações variadas relativas ao devir desenvolvidas na filosofia ocidental. A concepção do devir para dois filósofos franceses, Deleuze e Parnet, diz respeito aos encontros dos distintos, é sobre um acontecimento com o outro que gera o outro. A concepção contundente dos referidos autores visa se distanciar da lógica estruturalista que procura explicações de modo sistemático, normativo e seriado:

Devir não é uma evolução, ao menos uma evolução por dependência e filiação. O devir nada produz por filiação; toda filiação seria imaginária. O devir é sempre de uma ordem outra que a da filiação. Ele é da ordem da aliança. Se a evolução comporta verdadeiros devires, é no vasto domínio das simbioses que coloca em jogo seres de escalas e reinos inteiramente diferentes, sem qualquer filiação possível (DELEUZE; PARNET, 1998, p. 19).

Consoante à definição de Lévy, a tecnologia também não é determinada pelo processo evolutivo das técnicas, assim como o destino da cibercultura não se encontra integralmente aberto para interpretação, considerada como impossível de controlar devido aos conflitos conceituais:

Por este ângulo os impactos das novas tecnologias, que, mesmo que a sociedade não seja determinada pela evolução das técnicas, o destino da cibercultura também não estava completamente à disposição para interpretações e projetos de atores soberanos. Por um lado, é impossível para um ator, mesmo que muito poderoso, dominar ou mesmo conhecer o conjunto dos fatores que contribuem para a emergência da tecnocultura contemporânea, até mesmo porque há novas ideias, novas práticas e novas técnicas que não param de surgir nos lugares menos esperados. Por outro lado, o devir da cibercultura simplesmente não é controlável porque, na maior parte do tempo, diversos atores, diversos projetos, diversas interpretações estão em conflito (LÉVY, 1999, p. 200).

Essas transformações aceleradas da tecnologia integram o raciocínio e decisão do homem, pois a universalização desse fenômeno é extensa, a ponto de incluir e impactar a vida econômica, política e social:

Mas o próprio fato de que haja conflito nos confirma o caráter aberto do devir tecnológico e de suas implicações sociais. Podemos implementar uma rede de comunicação informatizada em uma empresa de tal forma que seja mantido, ou mesmo reforçado, um funcionamento hierárquico e compartimentalizado. Mas podemos também aproveitar a ocasião para favorecer as comunicações transversais, valorizar as competências disponíveis, iniciar novas formas de

cooperação, encorajar o acesso de todos à expressão pública e implementar sistemas de "memória empresarial" que estimulem o acúmulo e compartilhamento de experiências. Enquanto ambos são tecnicamente realizáveis, os projetos opostos serão veiculados por grupos diferentes e irão gerar lutas de poder e acordos (LÉVY, 1999, p. 203).

Os conflitos levantados, devido às transformações tecnológicas, ratificam o que Lévy chama de “dever tecnológico”. Para aprofundar-se na consolidação da TS, é essencial salientar o aspecto filosófico que a envolve. As implicações da filosofia que fundamentam a forma do ser e seus efeitos onde a tecnologia está na movimentação e suas formações. Portanto, compreende-se como novas formas de vivências nas quais o dever tecnológico proporciona como novos caminhos.

4 SERVIÇO SOCIAL E TECNOLOGIA

A questão social é um tema permanente na sociedade brasileira, portanto, há necessidade que resgatar e aprofundar o estudo deste fenômeno. Ressalta-se que este assunto é objeto de trabalho para a prática profissional do assistente social frente os desafios e intervenções através das políticas públicas. Os clássicos autores mais conhecidos do Serviço Social como Castel (1998; 2000) e Rosanvallon (1998) afirmam que o conceito da questão social está interligado aos marcos históricos do capitalismo contemporâneo, que atualiza-se como “nova questão social”. Nessa perspectiva, define-se a questão social como fenômeno que corresponde à crise mediante o modo de produção.

O olhar do Serviço Social ao tratar da questão social é peculiar e fundamentado na historicidade socioeconômica, cultural e política que envolve as classes sociais. Dessa forma, Netto (2001, p. 43-44) apresenta esquematicamente como a questão social se configura:

Posta em primeiro lugar, com caráter de urgência, a manutenção e a defesa da ordem burguesa, a “questão social” perde paulatinamente sua estrutura histórica determinada e é crescentemente naturalizada, tanto no âmbito do pensamento conservador laico quanto no do confessional [...]. Entre os pensadores laicos, as manifestações imediatas da “questão social” (forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo frente a conjunturas econômicas adversas, etc.) são vistas como desdobramento, na sociedade moderna (leia-se: burguesa), de características inelimináveis de toda e qualquer ordem social, que podem, no máximo, ser objeto de uma intervenção política limitada [...], capaz de amenizá-las e reduzi-las através de um ideário reformista [...]. No caso do pensamento conservador confessional, se reconhece a gravitação da “questão social” e se apela para medidas sócio-políticas para diminuir os seus gravames, insiste em que somente sua exacerbação contraria a vontade divina (é emblemática, aqui, a lição de Leão XIII, de 1891).

A questão social está associada indiscutivelmente com o aumento do pauperismo da população. Assim, é necessário buscar entender as “novas” formas de pobreza, aquilo que conhecemos por exclusão social, consoante aos mecanismos de funcionamento do capitalismo. Nota-se que os processos históricos estruturais geram a desigualdades pelo desenvolvimento acelerado do capitalismo.

A concepção desse objeto de estudo para os assistentes sociais é pautada na dimensão teórico-metodológica; está relacionada ao pleno conhecimento das teorias e métodos que fazem relação na prática profissional. É fundamentada essencialmente na tradição marxista:

A questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, [...] apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o inverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. [...] A expressão questão social é estranha ao universo marxiano. [...] Entretanto, os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

A industrialização expande-se sobremaneira com o aumento das desigualdades sociais. A tecnologia aparece nesse contexto desde quando o homem é substituído por máquinas, quando estas têm a capacidade de tirar a oportunidade do trabalho humano. Compreendendo esta realidade socioeconômica, a tecnologia é demonizada, é vista com maus olhos, no sentido de apresentar inovações que muitas vezes não são bem aceitas.

A tecnologia e a questão social partem de uma análise histórica das revoluções industriais. Percebe-se, então, por um lado a tecnologia gera desenvolvimento e, por outro, abre caminhos para expressões da questão social, desigualdades etc. Nota-se o antagonismo na construção social: embora a tecnologia proporcione grandes avanços, ela também é um elemento para que a questão social esteja agravada. O que aparenta é que não há possibilidade de um diálogo consensual.

Para emergir no conhecimento entre a tecnologia e questão social com o diálogo qualificado da profissão de Serviço Social, partimos da premissa que abrange as expressões da questão social com destaque nos indicadores; estes revelam a conjuntura socioeconômica e resultados relacionados às condições e qualidade de vida da população brasileira.

4.1 Expressões da questão social e indicadores

A expressão “questão social” está empregada maciçamente a partir da separação do pensamento conservador entre o econômico e o social, da dissociação das questões econômicas das “questões sociais” (NETTO, 2001). Assim, o termo “social” pode ser entendido meramente como “fato social”, um elemento a-histórico, desarticulado e conseqüentemente sem interesses e conflitos sociais. Reconhecer as expressões da “questão social” no Brasil não significa limitar-se apenas à identificação do modo de produção capitalista (universalidade), pois ainda existe como análise o nível da particularidade cultural, geo-político e nacional enquanto formação da sociedade. Netto (2001, p. 48-49) ressalta a necessidade deste conhecimento:

O problema teórico consiste em determinar concretamente a relação entre as expressões emergentes e as modalidades imperantes de exploração. Esta determinação, se não pode desconsiderar a forma contemporânea da “lei geral

da acumulação capitalista”, precisa levar em conta a complexa totalidade dos sistemas de mediações em que ela se realiza. Sistemas nos quais, mesmo dado o caráter universal e mundializado daquela “lei geral”, objetivam-se particularidades culturais, geo-políticas e nacionais que, igualmente, requerem determinação concreta. [...] Em poucas palavras: a caracterização da “questão social”, em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.

É necessário compreender as particularidades que apontam as manifestações da questão social para identificar as distintas formas que se consolidam à medida do tempo. Portanto, evidenciar os indicadores sociais nesta perspectiva também é uma condição fundamental, uma forma de identificação e acompanhamento dos processos das questões sociais na sociedade.

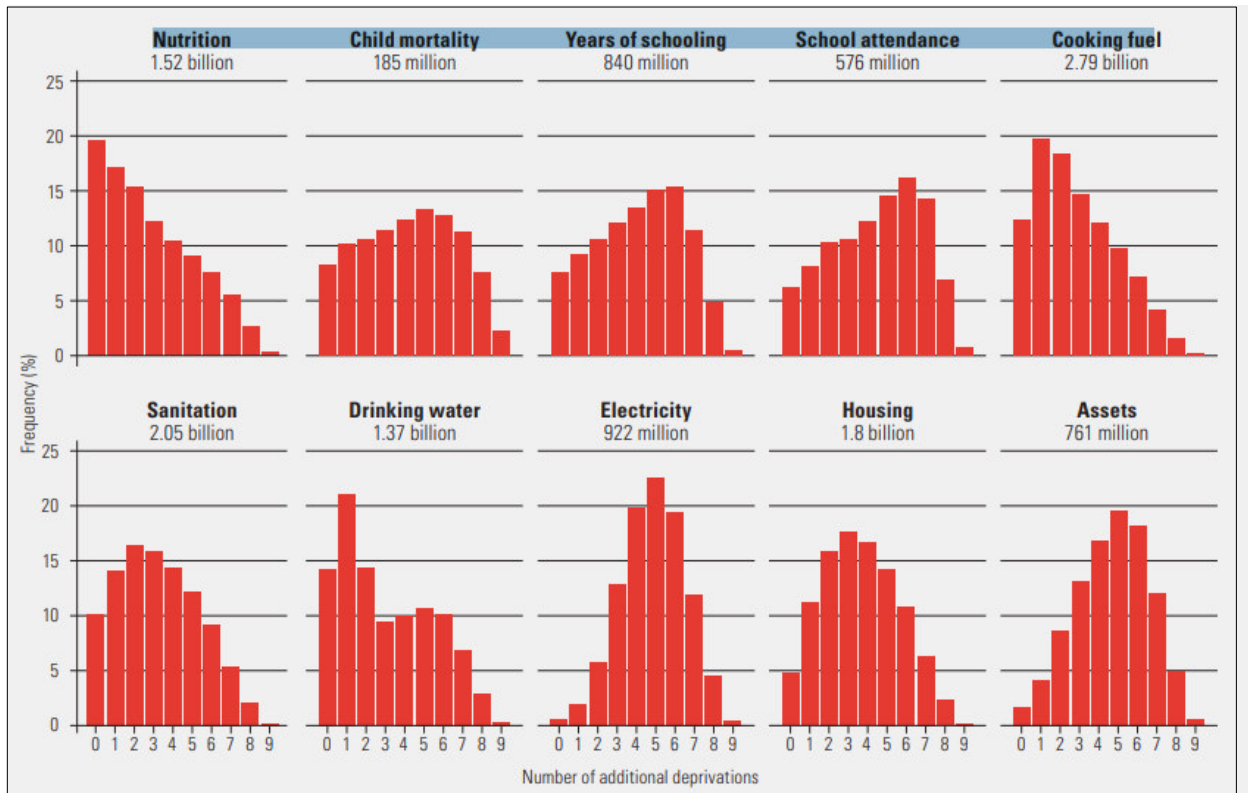
Por esse ângulo, o primeiro indicador para analisar a nível global é o conteúdo que consta no Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) construído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁸ e pelo Pobreza e Iniciativa de Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford – Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI)¹⁹. O Índice visa construir e desenvolver um quadro metodológico e econômico mais sistemático para a redução da pobreza multidimensional, baseado nas experiências das pessoas. Empenha-se para além das abordagens tradicionais unidimensionais e contempla dimensões como saúde, educação, padrões de vida, qualidade de trabalho e dimensões mais inovadoras. A OPHI proporciona cursos acadêmicos, programas de treinamento multidimensional, desenvolvimento humano e colabora com universidades, agências de desenvolvimento, governos e outras instituições de pesquisa.

Na Caderneta de Índice Global Multidimensional de Pobreza 2020, obtemos detalhadamente a multiplas identificações que compõem qualidade de vida do ser humano: aspectos multidimensionais e particularidades como nutrição, mortalidade infantil, frequência escolar, gás de cozinha, saneamento, água potável, energia elétrica, habitação e trabalho. Ao observar o gráfico a seguir, identifica-se exatamente os tais níveis que refletem o pauperismo global. Para entender a categoria da pobreza existencial, é necessário analisar os fatores que atingem e fere a dignidade do indivíduo em ter uma qualidade de vida, ou seja, o aspecto multidimensional. Deve-se, portanto, compreender a pobreza dentro desta perspectiva para não cair no senso comum de culpabilizar um fator que gera e consolida a pobreza, assim como, buscar saídas tradicionais paliativas de responder essa demanda social.

¹⁸ A PNUD (2018-2021) configura-se para responder à grande diversidade de países a que prestamos nossos serviços. Apresenta em três amplos âmbitos de desenvolvimento: erradicação da pobreza, transformações estruturais e construção de resiliência. <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/our-focus.html>

¹⁹ É o centro de pesquisa econômica do Departamento de Desenvolvimento Internacional na Universidade de Oxford, Inglaterra. Corroborar para a formulação de políticas no desenvolvimento de medidas multidimensionais de pobreza. Promove o uso de medidas para esforços de erradicação da pobreza mais eficazes a nível global.

Gráfico 1: Privações interligadas em 107 países



Nota: Dos milhões de pessoas carentes em cada indicador, as barras mostram qual a porcentagem delas são carentes em zero, um, dois e até nove dos outros indicadores do Índice de Pobreza Multidimensional simultaneamente.

Fonte: ALKIRE et al., 2020.

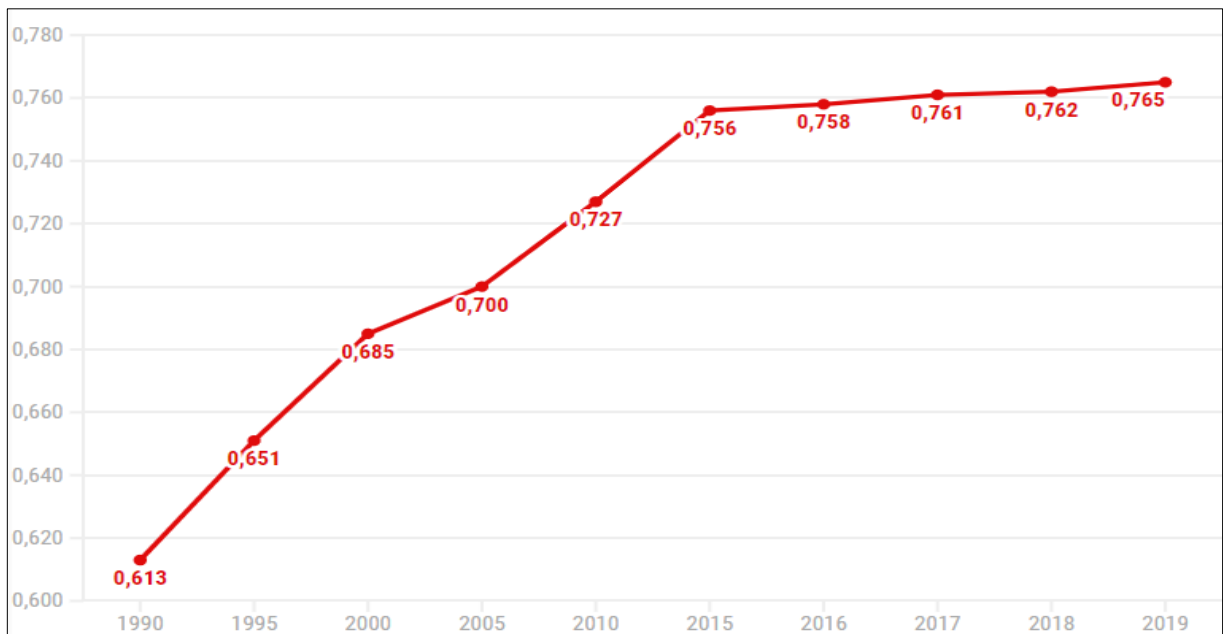
O gráfico multidimensional apresenta instabilidade relacionada às necessidades básicas na qualidade de vida da população global. É notório que os países presentes na pesquisa são carentes de políticas públicas que propiciam direitos à sociedade vulnerabilizada. É primordial a elaboração de programas eficazes desenvolvidos pelo Estado para efetivar e colocar em prática direitos sociais, medidas criadas pelos governos destinados ao bem estar da população. A criação de projetos sociais promovido pelo Estado devem responder às expressões da questão social demandadas no gráfico acima. Conforme o Índice Global Multidimensional de Pobreza 2020, entre as dez dimensões localizadas, o eixo trabalho (ou seja, a diminuição ou escassez do emprego) é ainda considerado o fator crucial que gera pobreza e precaridades em diferentes níveis na qualidade de vida populacional. É imprescindível apontar o enfrentamento à pobreza ao tratar de respostas às questões sociais, pois uma não pode negar a presença da outra, uma condiciona a outra.

O PNUD tem a incumbência de promover o desenvolvimento, tal como erradicar a pobreza mundial. Este divulgou no dia 15 de dezembro de 2021 o ranking do Índice de

Desenvolvimento Humano (IDH) com dados divulgados no final de 2020, que aponta a colocação de cada país mediante ao cálculo de 0 (pior) a 1 (melhor); O IDH é verificado anualmente baseado em três critérios: saúde, educação e renda, esferas que integram o perfil social do homem.

Atualmente o Brasil se encontra no 84º lugar das 189 nações, cinco posições abaixo comparado ao ano anterior. No Gráfico 2, a pesquisa revela o crescente desenvolvimento desde 1990; no entanto, ao analisar o ranking do IDH, a queda se apresenta em virtude de outros países assumirem posições acima da do Brasil.

Gráfico 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil



Fonte: PNUD, 2021.

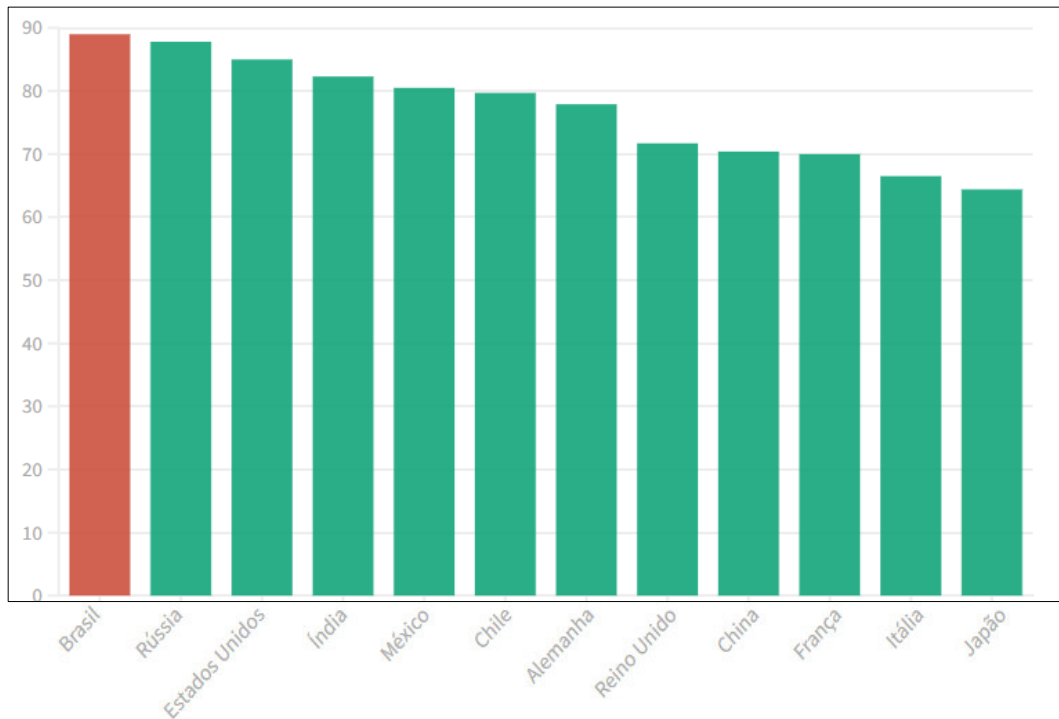
Embora o Brasil tenha revelado um “crescente desenvolvimento” (de acordo com o gráfico apresentado), não se pode afirmar que houve um desenvolvimento significativo; assim, além de cair no ranking do IDH quando outros países subiram posições, o Brasil ainda é considerado um país em desenvolvimento. Em termos de saúde, educação e renda (pontos de análise), o país ainda carece de melhoria e investimentos a fim de sanar as expressões da questão social.

O Índice de Gini²⁰ – coeficiente que calcula o nível de desigualdade conforme a economia do país – mostra que o Brasil permanece como um dos países mais desiguais do

²⁰ Criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o concentração de renda em determinado grupo. Aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.

mundo. Em 2020, com a pandemia do novo coronavírus, agravou-se demasiadamente o nível de desigualdade medido pelo coeficiente de Gini (Gráfico 3):

Gráfico 3: Grau de desigualdade brasileira em 2020



Fonte: Global walth report 2021/Credit Suisse

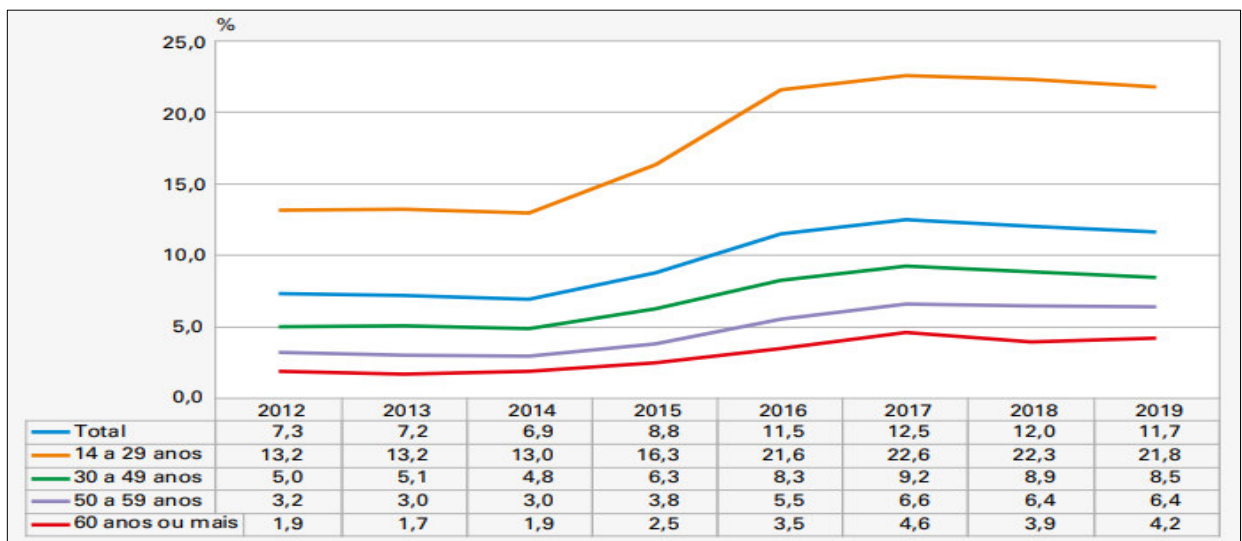
Comprova-se que no Brasil o indicador subiu de 88,2 para 89; o gráfico acima sinaliza a desigualdade elevada e, por conseguinte, a concentração de renda para uma minoria. O coeficiente Gini avalia as distâncias que separam a renda média do topo e a renda do piso mais pobre da média. Decifra-se da seguinte forma: quanto mais perto do número zero maior é a igualdade de renda entre a população; no entanto, quanto mais elevado o número (mais perto de um), maior é a desigualdade de renda entre a população. Esse indicador foi selecionado devido à capacidade de mensurar a distribuição de renda conforme a média aritmética entre o Produto Nacional Bruto (PNB) e o número de habitantes. Assim, a questão social estrutura-se pelas desigualdades econômicas desfavoráveis.

A base estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) analisa os direitos humanos e sociais com os dados de cada região brasileira que abrange a heterogeneidade da população brasileira. O IBGE avalia as condições de vida populacional – que outrora se restringia ao Produto Interno Bruto (PIB), a somatória do valor dos bens e serviços concluídos. É fundamental destacar esses elementos acrescentados de pesquisa do

IBGE, pois para considerar e investigar as expressões das questões sociais, é imprescindível observar os dados que manifestam a despromoção de direitos sociais básicos decada região brasileira.

As especificidades são diversas, o eixo trabalho destina as atividades econômicas do perfil produtivo do país. No gráfico abaixo encontrado nos dados do IBGE comprova que os jovens fazem parte do grupo mais atingido pelo desemprego. Observa-se no Gráfico 4:

Gráfico 4: Taxa de desocupação, por grupo de idade – Brasil (2012-2019)



Fonte: IBGE, 2020.

A insuficiência das oportunidades de emprego para jovens é um desafio a nível internacional (ONU, 2015). O pauperismo é identificado como uma das marcas mais acentuadas da questão social, visto que a oportunidade de trabalho tem diminuído consideravelmente. No Brasil é preciso repensar a efetividade das políticas públicas que viabilizam os jovens ao mercado de trabalho.

4.2 Mediações para as questões sociais

Para analisar as mediações voltadas para a área de conhecimento do Serviço Social, compete apontar a dimensão ontológica e reflexiva. Segundo Lukács (1995), o conceito ontológico apresenta-se em função de ser uma categoria objetiva que está presente em qualquer realidade, independente do sujeito; é a investigação da natureza da realidade e sua existência e concerne às questões associadas ao ser. E o sentido da reflexividade ou intelectividade é devido ao processo que ultrapassa o aspecto da aparência e que busca, sobretudo, a essência do objeto e seu movimento. Estes dois elementos relevantes são dignos de serem enfatizados para

compreender a base estrutural das mediações na ótica do Serviço Social com o olhar mais apurado da completude do processo social. Pontes (2000, p. 6-7) discorre:

[...] A compreensão da categoria de mediação permite um esclarecimento ontológico deste complexo processo social característico da profissão, porque nos instrumentaliza metodologicamente para vencer a força inercial que nos prende colados a imediaticidade, permitindo-nos o movimento que ascende dos fatos (abstrato) ao real mediatizado (concreto pensado).

A vertente da mediação está baseada na concepção ontológica e faz parte da prática interventiva profissional do assistente social. As demandas da questão social são emanadas da população com suas particularidades; assim, esperam-se mediações (intervenções) do profissional na conjuntura das questões sociais. Inicialmente as demandas não aparecem como realmente são, mas se apresentam camufladas e deturpadas do contexto real. Pontes (2012, p. 5) salienta que, “[...] para melhor compreender este dinâmico e movente processo de apreensão pela razão do modo de ser de um complexo na totalidade, necessário se faz compreender a tríade singular-universal-particular”.

O caráter da singularidade é identificado em situações isoladas e individuais de um grupo, família ou comunidade – uma demanda específica daquele conjunto. Quando elas são vistas e enfrentadas no âmbito da imediaticidade (modo direto), não são respondidas a fim de atingir o objetivo de transformação social. Exclui-se, então, a resolução de forma imediata, pois esse eixo não mensura os elementos precisos que levantam as demandas reais da questão social para construção das mediações.

O aspecto da universalidade consiste em entender minuciosamente a conjuntura da realidade para entender a totalidade. Pontes (2012) elenca as relações que interferem nas demandas e geram problemas na totalidade. Os setores como o Estado, mercado e a própria sociedade, legislações, política, economia e as relações de produção são elementos que intervêm no contexto universal. Os problemas se tornam comum em vários setores; desta forma, mediatizam-se pelas leis societárias e se particularizam pela dimensão histórica (PONTES, 2012). Assim, as relações universais se particularizam na singularidade do cotidiano que resultam demandas.

O aspecto da particularidade se apresenta no espaço em que o singular se universaliza e o universal se singulariza (PONTES, 2000). Observa-se que essa tríade da “singularidade-universalidade-particularidade” está relacionada de forma inseparável para analisar a questão social. O intuito é que as mediações sejam levantadas de forma analítica, crítica e eficaz com finalidade de responder às expressões das questões sociais. Antes, tais questões eram notadas de maneira isolada, reconhecidas unicamente como um problema individual ou familiar. No entanto, a construção da mediação deve se pautar na ótica apurada das dimensões do ser social (particularidades), e das peças que as desencaixam e como interferem no modo de vida da

sociedade. Destarte, para analisar as mediações para as questões sociais é essencial ressaltar como o Serviço Social olha minuciosamente o cenário de cada demanda; contudo, ele sozinho não consegue mediar tais questões – simbolicamente é como se fosse apenas um “balde de água” a ser jogado no incêndio, ou seja, as demandas são enormes e dependem de outros setores.

4.3 Intersetorialidade

A concepção da intersectorialidade é traçada, segundo Junqueira (2004), como uma nova forma de planejar, executar e controlar a prestação de serviços a fim de garantir o acesso igualitário. O que marca e determina a intersectorialidade são as formas de articulações com os amplos segmentos, o que corresponde à implantação integrada de políticas sociais. Conforme Inojosa (2001), a intersectorialidade pode ser entendida como a articulação de conhecimentos e experiências para planejar, realizar avaliações de políticas, projetos e programas com o propósito de atingir resultados. O carimbo da intersectorialidade é a articulação entre as políticas públicas e como ela se materializa na questão social:

A intersectorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social, inclusão e enfrentamento das expressões da questão social. Supõe a implementação de ações integradas que visam à superação da fragmentação da atenção às necessidades sociais da população. Para tanto, envolve a articulação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns, e deve ser o princípio norteador da construção das redes municipais. (CAVALCANTI; BATISTA; SILVA, 2013, p. 1-2).

Dessa forma, significa, sobretudo, implicações de responsabilidade estatal para execução de políticas focalizadas em territórios para gerar impactos de intervenção social, a partir da interação entre Estado e sociedade, do poder público e da própria realidade social. Ainda que o Estado detenha uma função relevante no contexto do cenário social, de forma alguma ele pode substituir a sociedade, e vice-versa. Recomenda-se conhecer a transferência das reais funções para quem e como (JUNQUEIRA, 2004). Junqueira (2004) defende a intersectorialidade como inovação da gestão na qual a população ganha espaço ativo, uma vez que os interesses coletivos devem sobrepor a individualidade política:

É nessa perspectiva que a intersectorialidade constitui um importante fator de inovação na gestão das políticas sociais. Ao invés de estabelecer parcerias isoladas por políticas, muda-se a lógica, ou seja, identificam-se os problemas sociais, integrando saberes e experiências das diversas políticas, passando a população também a desempenhar um papel ativo e criativo nesse processo. Se apenas com as organizações estatais esse trabalho era de difícil consecução, devido às suas práticas e valores, que privilegiam os interesses individuais,

com as organizações sem fins lucrativos, com uma lógica de gestão que valoriza o cliente, esse processo pode ser facilmente instaurado, dando maior eficácia à gestão das políticas sociais (JUNQUEIRA, 2004, p. 34).

O trabalho interventivo da intersetorialidade para mediar as expressões da questão social não se delimita trivialmente apenas aos projetos executados de modo setorial; o seu sentido e funcionamento está além dessa lógica, pois visa à implementação de políticas públicas na qual a população seja considerada na totalidade (JUNQUEIRA, 1998). Para Ckagnazaroff e Mota (2003), o conceito está correlacionado às profundas insatisfações pertencentes às demandas sociais:

A intersetorialidade é uma prática social que vem sendo construída com base na existência de profundas insatisfações, principalmente no que se refere à capacidade das organizações em dar resposta às demandas sociais e aos problemas complexos vivenciados pelos cidadãos. (CKAGNAZAROFF; MOTA, 2003, p. 31).

Nesta perspectiva, a intersetorialidade engloba as políticas sociais e as interfaces sociais. Assim, é necessário enfatizar as dimensões estruturais de uma região, sua infraestrutura, seu ambiente e todos os determinantes que regulam as relações entre os segmentos sociais do território com suas particularidades. Para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1997), a intersetorialidade destina-se a promover o impacto considerável nas condições de vida da população onde a exclusão social se faz presente. De outro modo, a intersetorialidade gera mobilização entre os sujeitos, setores e conhecimentos para articular políticas públicas a fim de responder efetivamente às precaridades sociais.

É exatamente dentro de territórios ou espaços de vulnerabilidade social que a intersetorialidade (políticas bem articuladas que caminham em conjunto) na questão social se corporifica. Os serviços públicos e suas funcionalidades interligam-se para dar repostas à multidimensionalidade da pobreza existencial conforme a realidade de cada território. A territorialidade e a intersetorialidade fortalecem as intervenções públicas e ampliam as perspectivas de ações integradas com diagnósticos, programas, ações com responsabilidade compartilhada (PAZ; TABOADA, 2010). Contudo, existe o histórico no Brasil de políticas sociais que foram determinadas por ações paliativas, sendo necessárias, portanto, políticas públicas que geram transformação social. A intersetorialidade aparece na alternativa de mediar os problemas possíveis de soluções na complexidade da realidade social.

O cerne da discussão acerca da intersetorialidade encontra-se no campo da política social. Na visão do Serviço Social, a política de Assistência Social²⁵ também assume na sua agenda o caráter da intersetorialidade. Trata-se de romper com os impasses da política, pois é

identificado no solo histórico que as políticas sociais brasileiras se estabeleceram como refratárias, ou seja, o complexo processo da garantia ao acesso de serviços e benefícios socioassistenciais (COUTO, 2007). É baseado no solo histórico que o Serviço Social compreende a política social e abre caminhos para uma prática interventiva pela política de Assistência Social dentro dos territórios.

Para conhecer como a política da Assistência Social se estrutura como um instrumento de intervenção social em territórios (comunidades) vulnerabilizados e que trabalha no viés da intersetorialidade, é obrigatoriamente necessário conhecer o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)²¹, que se apresenta como o atendimento e desenvolvimento na região vulnerabilizada, com práticas intersetoriais para mediações. A intersetorialidade seria o sustento que faz a política social efetivar intervenções perante as questões sociais; são redes que trabalham em conjunto. Verifica-se na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social²² (NOB/SUAS) 2012, no art. 3º, referente aos princípios organizativos contempla a intersetorialidade:

- I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;
- II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;
- III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;
- V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

No campo de conhecimento do Serviço Social, a política da Assistência Social trabalha diretamente a integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas; porém, não quer dizer que o assistente social é o personagem “salvador da pátria” que irá resolver todos

²¹ É um sistema público que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Comporta quatro tipos de gestão: da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. As responsabilidades da União passam principalmente pela formulação, apoio, articulação e coordenação de ações. Os estados, por sua vez, assumem a gestão da assistência social dentro de seu âmbito de competência, tendo suas responsabilidades definidas na Norma Operacional Básica (NOB/Suas) <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/gestao-do-suas>.

²² Disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf

os problemas demandados nos territórios. O termo mais assertivo e preciso que utilizamos é “mediar”, ou seja, uma prática profissional que intervém, que intermedeia na realidade através de competências e instrumentalidade da profissão. Guerra (2000, p. 12) declara:

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais.

Para Iamamoto (1995), é preciso discernir as possibilidades e limitações históricas da realidade social para que não seja adotada uma conduta fatalista (a postura messiânica):: acreditar que o Serviço Social é o “messias”, a profissão que conseguirá resolver todas as relações sociais. A demanda é infinita e complexa; assim, o importante a saber é o que cabe a sua competência e instrumentalidade para ocupar seu lugar profissional.

4.4 Competências do Serviço Social

O Serviço Social hoje é bastante desafiador, seja em qual for o espaço socio-ocupacional; no entanto, sabe-se que o ponto de partida para entender sua suas competências e instrumentalidade é visualizar a clareza da prática social na sua atuação de trabalho, perpassada por atividades produtivas, sociais, políticase científicas. Essa prática deve ser, conforme Guerra (2012, p. 154):

Compreendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e da sociedade como práxis – conjunto das objetivações dos homens – o que supõe a realização de atividades produtivas, sociais, políticas e científicas.

É importantíssimo conhecer anteriormente os órgãos que tornam a profissão legítima, como por exemplo, o órgão público responsável em orientar, normalizar, fiscalizar, disciplinar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil – o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) atua para que a profissão seja qualificada a fim de atender às reais demandas da questão social. Também temos o órgão acadêmico-científico conhecido como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) – responsável por coordenar e articular o projeto da formação em Serviço Social – e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso), organização máxima representativa dos estudantes junto com os

Centros Acadêmicos de Serviço Social (CASS), estudantes de Serviço Social que se organizam por meio de políticas e movimentos estudantis.

A construção de vínculos entre os órgãos da Abepss, CFESS, CRESS e a Enesso requisita que tais entidades representativas sejam sistematicamente:

[...] Capazes de abraçar, no seu interior, diferentes correntes intelectuais e políticas em disputa no âmbito profissional, sem abrir mão dos compromissos ético-políticos que dão o norte à profissão. Enfim, entidades legítimas, fruto do amplo desenvolvimento da categoria na trajetória de suas lutas e na formulação de respostas técnico-políticas às transformações societárias, contribuindo para o redimensionamento da profissão na contemporaneidade (IAMAMOTO, 1999, p.148).

As organizações representativas do Serviço Social contribuem para a política da práxis emancipatória diante das crises do projeto societário (a pauperização e o desemprego estrutural). A ação política dessas organizações constrói fatores que se empenham na manutenção da direção social do projeto profissional aliado aos interesses do trabalho (RAMOS, 2006) e promove ações e políticas para a construção do projeto democrático em defesa da classe trabalhadora, conforme as suas legislações contidas na Lei 8.662/1993. Assim, Simões (2010, p. 531-532) afirma:

A Lei n. 8.662/93 [...] resulta da iniciativa do Congresso Nacional, na condição de representante da vontade política nacional, promovendo o discernimento objetivo da profissão, relativamente às demais profissões, distinguindo suas competências e atribuições privativas e a estrutura e o funcionamento de seus órgãos institucionais. Já o Código de Ética resulta, por determinação da lei profissional, de um ato de autorregulação da categoria, por meio de seu órgão máximo de representação, o encontro CFESS/CRESS, instituindo os valores éticos que devem presidir a autonomia profissional.

A regulamentação da profissão estabelece critérios para o exercício que demarca as competências e as atribuições privativas dos assistentes sociais. No que se refere à competência da profissão, estrutura-se em três dimensões: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa. A competência ético-política trata-se de um profissional que não é “neutro”. Sobre a negação da neutralidade, Carvalho e Netto (2011, p. 61) destacam:

[...] É necessário que tenhamos uma direção e uma concepção clara de nossa prática profissional. Ela não pode ser, e nem é, neutra. Para cumprir seu papel mediador, esta prática tem que estar embasada numa visão de mundo. É esta visão de mundo que, em última instância, fornece os horizontes, a direção e as estratégias de ação [...].

É através do conhecimento acerca das relações de poder social da sociedade capitalista (estrutura econômica e social) que a prática do assistente social se estabelece, numa dinâmica entre as relações contraditórias entre o Estado e as reais demandas. O projeto ético-político profissional do Serviço Social está agregado ao projeto de transformação da sociedade. Um posicionamento crítico no agir profissional como sua fundamentação.

Portanto, as bases de sustentação da prática assumem valores ético-morais. Estes valores profissionais são encontrados sistematicamente no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93). Segundo o CFESS, o código de 1993 (última versão):

Compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente: é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade (CFESS, 2012).

O projeto ético-político do Serviço Social está associado aos valores e à política da intervenção em busca da transformação social. Embora a atuação seja um movimento contraditório entre as classes, as atividades profissionais favorecem o projeto societário. Para Netto (1999), trata-se de um valor ético comprometido com a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais:

Tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. (NETTO, 1999, p. 104-105).

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-Americano (1965- 1975) traz a perspectiva da teoria social crítica; a partir daí, inicia-se a ruptura da prática conservadora e o início da renovação da profissão. No início de 1990, a nova proposta do agir profissional já estava amadurecida; outrora, a profissão se limitava apenas como executora de políticas sociais para manter a “ordem e controle social” exigidos pela autocracia burguesa; o Serviço Social reproduzia os moldes tradicionais com o exercício profissional paliativo e caritativo e assistencialista que reforçava a autocracia burguesa. Para Netto (2005, p. 118):

Tudo indica que este componente atendia a duas necessidades distintas: a de preservar os traços subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados as estruturas organizacional - institucionais em que se inseriram tradicionalmente os assistentes sociais.

O Movimento de Reconceituação é um evento necessário a enfatizar aqui, pois é baseado nele que a competência teórico-metodológica é formulada para superar antigas práticas conservadoras da profissão. Busca-se, portanto, uma modificação no agir profissional ao considerar as demandas da sociedade. Acerca da perspectiva modernizadora, Netto (2005, p. 154) afirma:

[...] Uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64.

O Serviço Social possui posicionamento teórico-metodológico que se fundamenta na Teoria Social Crítica²³ com forte influência na Teoria Social de Marx. Para Yasbek (2009), a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, de Marilda Vilela Iamamoto (1982), inicia efetivamente a tradição marxista no diálogo com o Serviço Social. O espaço nesse trabalho não é abordar e aprofundar o complexo discurso do marxismo, mas afirmar que este faz parte do processo de incorporação teórica do Serviço Social. O conhecimento teórico-metodológico está alicerçado na teoria marxista, sendo assim, assumiu-se o método dialético de Marx. A crítica de Marx tornou-se admitida e reconhecida pela categoria, pois envolve elementos propícios para mediar os processos de análise e intervenção, segundo Prates (2012).

A discussão de Marx é voltada à defesa do homem como ser social histórico e que dispõe de habilidades para gerar produtividade. Na sua perspectiva, as relações materiais são o princípio relevante para compreender a sociedade, e que a realidade existe independente da consciência (MARX, 2013). O suporte teórico-metodológico para Iamamoto (1997) diz respeito à reconstrução da prática que possibilita aprimoramento da qualificação científica do assistente social:

[...] Um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e estabelecimento das estratégias de ação faz presumir ainda, a

²³ Segundo Behring (2008), a concepção da Teoria Social Crítica contém profundos recursos heurísticos, categorias teóricas e aportes para mergulhos analíticos mediante os fatos sócio-históricos da classe burguesa e seus movimentos de constantes transformações.

preparação no campo de investigação como eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e a uma realidade social mais ampla (IAMAMOTO, 1997, p. 164).

A reconceituação do Serviço Social levantou um debate teórico-metodológico para a categoria dos assistentes sociais. Para Netto (2005), é definida como “intenção de ruptura”, expressiva contribuição para o arcabouço teórico-metodológico na formação profissional, pois permite uma leitura crítica ao analisar e intervir no contexto social.

A terceira e última competência é a técnico-operativa do Serviço Social, conjunto de habilidades técnicas para desenvolver o profissionalismo de suas ações de dinâmica na realidade social. Conforme Guerra (2007), a dimensão técnico-operativa remete aos instrumentais pelas quais o Serviço Social é reconhecido e legitimado tendo em vista, assim, a inserção de instrumentos e técnicas específicas e exclusivas da intervenção de trabalho. Falar sobre esta competência, segundo Trindade (2001), é sobretudo compreender as articulações de instrumentos e técnicas; é a relação de conectar o elemento ontológico do processo de trabalho e os desdobramentos conforme a realidade das forças produtivas.

A dimensão técnico-operativa está voltada às táticas de operacionalização da ação que abarca valores, princípios, planejamento, objetivo e habilidades com instrumentos e técnicas de cada espaço sócio-ocupacional de trabalho. Para Santos, Souza Filho e Backx (2013), o exercício profissional contemplado pelas três dimensões (competências) servem para compreender o significado social, mas a técnico-operativa salienta como deve ser manuseada, uma vez que, é uma relação de teoria e prática:

Pensar o exercício profissional a partir dessas três dimensões coloca a possibilidade de entender o significado social da ação profissional – formativa, interventiva, investigativa. Pensá-las de modo articulado e orgânico, mas reconhecendo a particularidade de cada uma permite entender o papel da teoria como possibilidade, uma vez que leva ao conhecimento da realidade, indica caminhos, estratégias, bem como o instrumental técnico-operativo que deve ser utilizado e como deve ser manuseado. Implica, portanto, em pensar a relação que se estabelece entre teoria e prática, com as mediações necessárias para que a finalidade ideal, através da intervenção, possa se constituir em finalidade real, objetiva (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2013, p. 24).

A dimensão técnico-operativa corresponde ao instrumental operativo em Serviço Social, à somatória de ações e procedimentos de trabalho do assistente social durante o processo das particularidades organizacionais; diz respeito às ações conectadas com os indivíduos e coletivos com seus direitos sociais e as ferramentas de trabalho que são as políticas sociais.

Essa gama de conteúdos que formam as competências ético-políticas, teórico-metodológico e técnico-operativo norteiam a profissão:

As competências teórico-metodológica, técnico-operativa e éticopolítica são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe e seu próprio processo de trabalho (ABEPSS, 1997, p. 67).

É primordial que o assistente social faça uma reflexão do seu exercício profissional, de como conduz sua competência no ambiente de trabalho, aliando a técnica à contribuição na intervenção social.

4.5 Instrumentalidade do Serviço Social

A instrumentalidade é a capacidade de dar respostas profissionais com a intenção de alcançar seus objetivos de intervenções. A referência na área de conhecimento do Serviço Social para apresentar brevemente no que concerne a instrumentalidade é a clássica autora Yolanda Guerra; por conseguinte, serão citadas suas diversas contribuições para fundamentação. Para Guerra (2013), a instrumentalidade são conhecimentos e intervenções das competências técnica-profissional, procedimentos pela perspectiva ética com orientação estratégica. A referida autora trata a relevância da instrumentalidade que é vinculada à composição do ser-social, do conceito ontológico. Assim, requer uma racionalidade ontológica frente ao processo e atuação social:

[...] a instrumentalidade do Serviço Social não se limita ao desencadeamento de ações instrumentais, ao exercício de atividades imediatas, uma vez que porta possibilidades de validação vinculadas ao emergente, para o que necessita ser informada por teorias que se referenciem nos princípios ontológicos de constituição do Ser-Social, às quais subjaz um determinado grau de racionalidade que lhe permite apreender a totalidade dos processos sociais e atuar sobre eles. (GUERRA, 2005, p. 201).

A linguagem possibilita a construção que identifica o grupo social, portanto, considera-se o instrumento geral dos profissionais para comunicação e interação. Yamamoto (1995) afirma que o Serviço Social possui como recurso básico de trabalho a linguagem, e que atua entre as relações do homem e o cotidiano da vida social. Dentro das formas de comunicação, o assistente social constrói e utiliza seus instrumentos e técnicas para interferências sociais.

Para Guerra (2002), a instrumentalidade expressa a capacidade de autonomia que o profissional exerce para avaliar e analisar estratégias de intervenções, e envolve o instrumental

adequado para cada demanda. É importante evidenciar que os instrumentais estão articulados na unidade dialética, a saber, a entrevista social, o acompanhamento social, as visitas, as reuniões e outros (KOUMROUYAN; MARTINELLI, 1994). Vejamos detalhadamente as instrumentalidades de intervenção social.

A observação participante fortalece a visão direcionada, que para Cruz Neto (2004, p. 23) é o “saber para onde se olha”. O objetivo é produzir um conhecimento sobre a realidade e estabelecer uma interação com realidade social. Uma observação sem “neutralidade” diz respeito à observação e interação com a demanda do indivíduo. Nesse sentido a entrevista individual e grupal é considerada uma instrumentalidade, a comunicação direta entre o Assistente Social com o usuário. Para Silva (1995), entrevistar sobrepõe o ato de conversar; o autor afirma que a entrevista requer o conhecimento teórico-metodológico para alcançar os objetivos. Essa tarefa de conduzir o diálogo cabe ao assistente social com valores da profissão.

A dinâmica de grupo aparece como instrumento bastante utilizado na área social e usado em diferentes momentos de ação profissional. O instrumento adapta-se mediante os objetivos que o profissional pretende alcançar, como em atividades com o auxílio de jogos e brincadeiras entre os membros do grupo acompanhadas de reflexões dadas por uma temática estabelecida. A dinâmica grupal é entendida como uma estratégia e tática de intervenção profissional que torna-se um momento de descontração inicial, provoca participação na exposição de reflexões do grupo. Guerra (1997) destaca que o fazer profissional deve estar associado à teoria social que o assistente social geralmente escolhe, mas que não é aleatória:

[...] trata-se de uma escolha que requer o conhecimento dos fundamentos filosóficos e epistemológicos, da vinculação dessa teoria a um projeto de sociedade e, sobretudo, do sentido que ela possui para as forças políticas mais avançadas. E ainda o fazer a que nos referimos exige que o profissional detenha o domínio do método que lhe possa servir de guia ao conhecimento, conhecimento que lhe possibilitará estabelecer estratégias e táticas de intervenção profissional (GUERRA, 1997, p. 61-2).

A reunião de trabalho enquanto instrumentalidade de trabalho visa ao planejamento e tomada de decisões realizadas com os usuários do serviço; seja ela com a equipe multidisciplinar, com as famílias ou com representantes institucionais, a finalidade é levantar possíveis encaminhamentos sociais – assim como a utilização de atas de reunião é uma forma de arquivar discussões realizadas e sugestões apontadas e que inclui votações em consenso para tomadas de decisões. O assistente social usa desses instrumentais em sua prática devidamente como é solicitado, na perspectiva crítica dialética, como aponta Gerra (2013, p. 10):

Foi a análise crítico dialética que permitiu captar a instrumentalidade nas suas possibilidades, no seu vir a ser, ou seja, como mediação, contudo, por onde passam as teorias, os valores, princípios que determinam a escolha dos instrumentos, das técnicas, das estratégias e das táticas, contendo a possibilidade de trazer à luz tais componentes do projeto profissional.

Outra instrumentalidade que marca a profissão são as mobilizações em comunidades. A prática de intervenção social é identificada maciçamente em comunidades vulnerabilizadas. Souza (2004, p. 68) define comunidade como:

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns.

Trabalhar com mobilizações comunitárias é levar em consideração o contexto socioeconômico, político e cultural do território, e desenvolver projetos no viés ético-político – como defende o Serviço Social que busca meios de mobilizar e envolver as famílias. É necessário que o assistente social faça o mapeamento e conheça a região, seus líderes comunitários, agentes políticos, instituições parceiras, associação e organizações que determinam relações de poder na comunidade; deve se apropriar das reais e emergenciais demandas da comunidade, a fim de mediar atendimento qualificado.

O diário de campo é o instrumento que funciona para identificar as limitações e possibilidades de trabalho; notas que sistematizam suas atividades e apontamentos sobre o cotidiano profissional. À medida que seu trabalho se desenvolve, com o diário de campo pode ser verificado avanços ou retrocessos, aperfeiçoamento na garantia de direitos para a população e intervenções executadas, e serve como processo de análise da prática interventiva do Serviço Social. O livro de registro também é considerado um instrumento de prática profissional, pois contém registros de atividades realizadas, ligações, demandas pendentes, realizações de atendimento e outros detalhes do cotidiano profissional. Assim, o profissional estará em total acesso para que também toda equipe multiprofissional acompanhe e contribua na intervenção desenvolvida. O diário de campo usado para detalhar atividades externas ou o livro de registro das instituições são considerados instrumentos que revelam o compromisso com a capacidade técnica, intelectual e política do assistente social, como declara Guerra (2010, p. 22):

É isso que, a meu ver, a sociedade espera de um assistente social: compromisso com a sua competência técnica, intelectual e política, compromisso com a eficácia de suas ações profissionais e com a qualidade das mesmas, compromisso com sua qualificação e finalmente com valores universais e humano-genéricos (GUERRA, 2010, p. 22).

A visita domiciliar refere-se ao instrumento de acesso direto às condições de vida dos usuários; consiste na aproximação da instituição com a realidade de uma determinada família por meio do assistente social. As casas das famílias são um espaço particular, daí o profissional não se apresenta como autoritário ou fiscalizador: ele usa de sua competência teórica para analisar o contexto social e histórico no contexto socioeconômico. O assistente social rompe com o senso comum da constatação da singularidade, porém, conecta a universalidade. A bagagem teórica-metodológica acompanha esta atividade profissional para analisar as características singulares e interpretações da universalidade:

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. (GUERRA, 2014, p. 2).

O instrumento da visita institucional são visitas diversas em órgãos públicos; visitas nas quais o usuário mantém algum vínculo, e que visa conhecer determinado trabalho da política desenvolvida ou a ser desenvolvida, realiza uma avaliação sobre qualidade dos serviços e demais demandas de acompanhamento. Daí a necessidade acerca do conhecimento teórico e técnico sobre políticas sociais ofertadas. No entanto, durante a especificidade, cada demanda torna-se muito mais detalhada e vasta do que qualquer tipo de delimitação. Tais visitas permitem a compreensão e condução das políticas sociais enquanto estratégia para as crises de capital e legitimidade do Estado. Guerra (2013) problematiza essa questão quando focaliza a visão sócio-histórica:

Foi com base nesta configuração da profissão que foi possível apreender a instrumentalidade do Serviço Social como sua condição sócio-histórica, condição de possibilidade de sua existência que atende necessidades das duas classes fundamentais que se confrontam no mundo burguês, mas não o faz de maneira harmônica nem equilibrada, posto que reforçar interesses de um ou outro lado depende das condições dadas pela correlação de forças estabelecidas no momento. (GUERRA, 2013, p. 09).

O relatório social é um instrumento que expõe informações do contexto social durante determinada visita ou atendimento; é o relato de dados coletados e intervenções executadas mediante a demanda, um instrumento de particularidade sistêmica do assistente social no campo de trabalho. Para Guerra (2000), a instrumentalidade do trabalho nesse cenário se baseia na proporção do caso; daí o assistente social se apresenta com o nível da peculiaridade operatória. Este instrumental-operativo oferece respostas profissionais de competências requeridas; prática que leva à legitimidade da profissão.

É importante frisar que não há como classificar (limitar) os relatórios sociais devido

aos encadeamentos de eventualidades. Portanto, não significa qualquer mero relatório, mas um relatório social que detalha especificamente as manifestações da vida social e suas diversidades. A instrumentalidade do relatório social exprime também, em certos casos (depende do espaço sócio ocupacional), o procedimento de perícia social, produto de intervenção no trabalho. Conforme Miotto (2001), esta área é assumida pelo profissional de reinserção social que possua qualificação, competência teórico-metodológica, compromisso ético-político e especialidade técnica da ação perícia social. Para a referida autora, esta instrumentalidade é conceituada como:

[...] Um processo através do qual um especialista [...] realiza o exame de situações sociais com a finalidade de emitir um parecer sobre a mesma. [...] o parecer nada mais é que a opinião técnica sobre uma determinada situação social emitida por um assistente social ou por uma equipa de assistentes sociais. (MIOTTO, 2001, p. 146).

O parecer social se apresenta como uma avaliação teórica e técnica alinhado aos dados coletados; não se restringe apenas a informações integradas, mas dá a importância da efetiva avaliação e posicionamento sobre elas. Segundo Miotto (2001), o eixo central da especificidade deste parecer é o teor da solicitação, ou seja, o objetivo e a orientação de cada demanda que focam resoluções de problemas no próprio parecer social. O assistente social se coloca fundamentado na perspectiva teórica social crítica de análise, assim, é exigido o posicionamento político definido voltado ao Código de Ética Profissional.

Por sua vez, a produção do conhecimento a partir da reflexão crítica compreende a singularidade e a universalidade do fenômeno social estudado pelo assistente social. Nesse sentido, identifica-se a particularidade dos fenômenos para levantar alternativas que primam por transformação social; também são discutidas hipóteses que visam a possíveis consequências da questão verificada e sugestões de novas ações interventivas.

A instrumentalidade do assistente social é aqui citada sucintamente com o objetivo de apresentar a maioria dos instrumentos e técnicas de intervenção frente às questões sociais. É competência do assistente social utilizar ferramentas alinhadas ao acabouço teórico-metodológico, ao projeto ético-político com aplicação do instrumental técnico-operativo analítico e reflexivo, para não cair em armadilhas da prática conservadora e tecnicista. Criticamente, Guerra (2002) afirma que a instrumentalidade é a manutenção e reprodução da ordem burguesa para controlar a classe trabalhadora. Cabe ressaltar que a instrumentalidade não é estática: ela responde à demanda a partir da particularidade social. Propõe-se o aperfeiçoamento da intervenção nas ações face à realidade com o desenvolvimento na utilidade

social, como salienta Guerra (2002, p. 157):

Se é correto que o valor do trabalho do Assistente Social reside na sua utilidade social, que é medida em termos de respostas concretas que venham produzir uma alteração imediata na realidade empírica [...], o seu resultado final, o produto do seu trabalho passa a ser o fator determinante da forma de realizá-lo.

Entender a instrumentalidade do Serviço Social é verificar as possibilidades de ferramentas para intervenções da questão social e tecer novos caminhos para práticas inovadoras. Percebe-se que a trajetória de construção histórica do Serviço Social se estabeleceu com marca de rupturas. Assim, o caminho a trilhar ainda é desafiador quando se trata da tecnologia, pois considera-se um instrumental que auxilia e proporciona mediações no espaço sócio ocupacional, sobretudo, em comunidades com vulnerabilidades sociais.

Dessa forma, é possível percorrer para o levantamento de possibilidades do Serviço Social na abordagem de metodologias para a promoção das TS, com as competências e instrumentalidades do Serviço Social em harmonia, com a finalidade de dialogar como novas maneiras e estratégias para mediar as relações sociais que demandam intervenções significativas e que tenham a informática como instrumento. Por exemplo, Faleiros (1996, p. 32) faz as seguintes observações:

À trabalhadora social cabe conhecer tanto a manipulação da técnica como de seus pressupostos para intervir na dinâmica das relações sociais, como um dos atores [...], numa perspectiva estratégica. Essa intervenção, hoje, não descarta a multimídia como instrumento de informação, de animação e de criação, facilitando, mesmo, a realização de assembleias, reuniões, intercâmbios. O domínio da técnica informática é condição para o exercício da profissão nos quadros burocráticos, nos organismos populares e na esfera privada, e numa dinâmica de fortalecimento dos grupos subalternos.

Indiscutivelmente, o Serviço Social não deixa de utilizar ferramentas para mediar as relações sociais, e a tecnologia se torna necessária para auxiliar durante o processo. É essencial a abertura para essa interlocução entre o Serviço Social e a tecnologia, pois este fenômeno está permeado em todo e qualquer lugar e seria uma nova porta de ações a serem executadas em favor das questões sociais. Segundo Vieira Pinto (2005), que trás uma abordagem da amplitude tecnológica, a tecnologia está relacionada ao desenvolvimento recorrente das forças produtivas, assim, podem ser compreendidas como um estado de desenvolvimento do trabalho social. O senso comum diz que a máquina, ou a própria tecnologia trabalha para o homem, porém, o trabalho só pode ser realizado eminentemente pelo homem. Desta forma, ressalta Veloso (2011, p. 40-41):

A análise da tecnologia não começa por ela, mas sim pelo seu antecedente, o homem que a cria. Faz-se necessário uma perspectiva histórica que parta da constituição do próprio ser humano, que veja no aparecimento do primeiro utensílio ou dispositivo ao qual se possa dar o nome de máquina uma manifestação do processo evolutivo do ser humano. A utilidade desses dispositivos reside exatamente em poupar homens e mulheres da realização de esforços ou em conseguir o que os movimentos do corpo desarmado não conseguiam realizar. Conceber a tecnologia como manifestação do processo de “hominização”, significa priorizar na análise o curso desse processo, que constitui as bases da possibilidade de criação da tecnologia e de construção das máquinas em geral. Este raciocínio é válido para toda a série de inovação tecnológica, desde o mais simples utensílio, um machado de pedra ou um tronco que permitisse o primeiro ensaio de navegação até os dispositivos eletrônicos mais sutis e complexos da atualidade.

As máquinas (instrumentos mecânicos e eletrônicos) não detêm essa competência, no entanto, elas servem de instrumentos aplicados pelo legítimo trabalhador; elas, isoladamente, não produzem, pois não possuem a racionalidade humana, sua serventia se dá no contexto da instrumentalidade para a melhoria da prática profissional. Veloso (2011), assistente social e doutor em Serviço Social, discorre em sua obra *Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho* o ponto crucial sobre a presença da tecnologia nessa questão da instrumentalidade:

Tecnologia não é apenas instrumento, ferramenta ou equipamento tangível. Ela pode constituir-se por elementos intangíveis, como procedimentos, métodos, técnicas, etc. Desta forma, ao falarmos em tecnologia, isso não significa necessariamente, que estamos falando sobre informática ou sobre TI, embora a tendência, nos dias atuais, seja a de confundir tais termos, ou ainda, tomá-los como sinônimos. (VELOSO, 2011, p. 34).

O referido autor é pioneiro nesse estudo que mergulha no diálogo contextualizado entre as duas linhas de conhecimento (Serviço Social e Tecnologia da Informação), e enfatiza que a tecnologia está subordinada aos princípios e valores presentes no Projeto Ético-Político construído no percurso das últimas décadas. No artigo *As potencialidades contraditórias das Tecnologias da Informação*, Veloso (2011) aponta para um caráter contraditório marcado pela desigualdade social com uma participação da TI, mas que há novas alternativas para construir e conduzir. Afirma, portanto, que é um processo de luta acompanhado por distintas novas modalidades democráticas e diferenciadas, com o enfoque da utilização social da tecnologia com interesses da população. O autor cita a “apropriação” crítica dos devidos recursos tecnológicos com experiências de resistência e luta social. Daqui em diante daremos alguns passos ousados para possibilidades e cabíveis metodologias inovadoras de intervenção para a transformação social.

5 METODOLOGIAS INOVADORAS DE INTERVENÇÃO

As metodologias inovadoras de intervenção consistem em romper com a maneira normalmente comum de responder às demandas sociais, ou seja, a descontinuidade com relação às específicas soluções, em lugar de oferecer novas respostas aos problemas sociais – o que contribui expressivamente para os avanços nas comunidades vulnerabilizadas e diversas organizações em geral, a partir da incorporação de novas iniciativas, novas conceituações, novos serviços e, conseqüentemente, novas práticas profissionais desafiadoras de intervenção.

Essas inovações estão alicerçadas na cooperação entre atores comunitários, parcerias com empresas e políticas públicas regionais ou nacionais. A elaboração de múltiplas estratégias inovadoras na conjuntura social gira em torno da autonomia e acarreta a transformação social com tecnologias adaptáveis ao contexto e demandas do território. Uma intervenção efetiva que promove emancipação requer a adequação às novas possibilidades de metodologias. É preciso decifrar a sociedade contemporânea que visa ao bem comum e abandonar a postura egocêntrica, como citam Anastácio, Cruz Filho e Marins (2018, p. 31):

Na sociedade contemporânea, o campo do empreendedorismo social e da inovação social surge como um dos mecanismos que direcionam esforços para gerar o bem comum, por meio de soluções que possibilitem atuação solidária entre os humanos e, destes, para com a natureza. Dessa forma, constituindo-se em um campo que busca contribuir para que a sociedade migre de uma postura em que predomina o egocentrismo baseado na competição, na ambição e no individualismo, para uma postura ecossistêmica, em que o coletivo de seres seja contemplado de forma integrada e sistêmica.

Um exemplo de atuação relevante é o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS): criado em 1999, é reconhecido como organização da sociedade civil com interesse público (OSCIP)²⁴ e referência de suporte técnico no investimento social no Brasil. O IDIS se empenha no trabalho em conjunto aos indivíduos, famílias, empresas e organizações da sociedade civil, com o objetivo de transformar a realidade local para reduzir as desigualdades sociais do país. O Instituto focaliza suas ações no campo comunitário, assim, visa ao desenvolvimento com recursos de agentes financiadores:

Um processo por meio do qual uma comunidade torna-se protagonista de seu próprio desenvolvimento ocorre por meio dos capitais humano e social, atendendo as seguintes premissas: mobilização comunitária, construção

²⁴ Refere-se a uma qualificação outorgada pelo Ministério da Justiça (MJ), Lei Federal nº 9.790/99 e Decreto Federal nº 3.100/99. Entidades vinculadas com organizações privadas para atuarem na utilidade social sem fins lucrativos, entidades do Terceiro Setor.

coletiva do conhecimento, criação e manutenção de espaços de participação, valorização dos talentos e recursos locais, articulação intersetorial e respeito ao tempo e às capacidades da sociedade (IDIS, 2010).

Aqui cabe enfatizar sobre a capacidade interventiva das ações através de parcerias (intersectorialidade), pois ao observar essa dinâmica, comprova-se a potência colaborativa na utilização de novas metodologias. Isso significa ousadamente para o Serviço Social incluso no discurso do neoliberalismo²⁵ um vasto campo de possibilidades para práticas profissionais interventivas. A lógica da tecnologia está acessível como ferramenta dentro deste cenário inevitável: embora a criticidade do Serviço Social seja latente no sentido de não vestir a camisa neoliberal, ainda sim é um terreno de novas perspectivas para a contribuição social. O trabalho colaborativo para uma compreensão compartilhada, conforme Hill (1997, p. 49):

A colaboração estimula o trabalho em conjunto gerando benefícios no sentido de produzir um produto muito maior que a soma de suas partes. Durante o processo os colaboradores desenvolvem uma compreensão compartilhada muito mais profunda do que seria se tivessem trabalhando sozinhos ou contribuídos com uma pequena parte do produto final.

Uma relação palpável da dicotomia entre o capitalismo e a superação das desigualdades encontradas na sociedade contemporânea é esta estrutura global em que o Serviço Social se encontra, e não há como negar. Assim, este trabalho provoca e aguça o espaço de discussão para gerar novos conhecimentos que envolvam metodologias inovadoras de intervenção, sem demonizar esse fenômeno natural que está imbricado na sociedade. Para que isso seja minimamente possível, é necessário o entendimento da cooperação dentro desse contexto; isso não significa retrocesso da profissão, mas abordagens de possibilidades e estratégias frente a essa dicotomia. Em outras palavras, Basso e Sant'anna (2019, p. 270) afirmam:

A cooperação é uma estratégia adotada pelas sociedades visando à sobrevivência dos indivíduos, grupos e famílias e se apresenta como uma resposta ao aprofundamento do capitalismo e superação das desigualdades produzidas, posto que permite inclusão social de populações vulneráveis. A dinâmica de uma cooperativa requer a participação e o controle social dos associados desde sua conformação passando pela gestão, resolução de problemas, respostas aos riscos e gestão de mudanças.

Dessa forma, a TS destina-se como método de construção social que possibilita

²⁵ O neoliberalismo foi estabelecido como modelo econômico na década de 1970, substituindo o modelo keynesiano. Sua marca principal é a defesa de maior autonomia do cidadão nos setores político e econômico para que haja menor intervenção do Estado

alternativas para a efetivação de processos inovadores sociais às populações vulneráveis – uma vez que se trata de proposta viável de inovações interventivas de inclusão para comunidades em vulnerabilidade social e suas necessidades. Para Weiss (2009 p. 165), o Brasil hoje vivência “a proveitosa experiência de apostar em TSs como ferramentas inovadoras para gerar inclusão social [...]”. A seguir, serão apresentadas metodologias inovadoras de intervenção, tendo em vista que iniciaremos abordagens revolucionárias e criativas para romper com os muros do tradicionalismo.

5.1 Teoria U possibilidades de intervenção

Faz-se necessário indicar o autor Claus Otto Scharmer (2019), doutor em Economia e Negócios pela Universidade de Witten–Herdecke na Alemanha, professor da Sloan School of Management (Escola de Administração Sloan) e do Massachusetts Institute of Technology (Instituto de Tecnologia em Massachusetts). Fundador do Presencing Institut (Instituto Presença), Scharmer desenvolveu a Teoria U, metodologia com uma nova ótica para o desenvolvimento de projetos organizacionais e lideranças. Essa metodologia enfatiza a relevância inicial de trabalhar a consciência e o contato no ambiente com atenção, pois quando isso não ocorre, torna-se um impedimento para colocar em prática o processo da teoria.

O movimento do processo U é acessar conscientemente o ponto cego e aprender a se conectar com o nosso autêntico eu – o que propicia valiosas histórias e experiências que englobam exercícios e práticas com líderes e organizações a desbloquearem sua consciência e se conectarem com futuras possibilidades. Dessa forma, essa teoria se move através da expressão “aprender com o futuro à medida que ele emerge”; logo, é uma metodologia que perpassa pela consciência.

A Teoria U apresenta pontos significativos que constituem o viés da inovação e construção metodológica de crescimento na organização. Segundo Leão (2014), essa teoria busca um formato administrativo para modificações na liderança em meio ao processo de inovação do conhecimento social. Essa metodologia exclui qualquer gestão individualizada, e não há espaço para títulos formais e posições, pois todos caminham em conjunto para as mudanças sociais. Scharmer (2010) aponta três métodos no campo da concepção dessa teoria: a fenomenologia, na qual o ponto de vista da consciência deve ser individual; o diálogo, em que o campo da interlocução deve ser mantido; e a pesquisa-ação, na qual os modelos institucionais e estruturais devem estar em movimento. O autor salienta o modo de abordagem para uma mudança: é “olhar para aquilo de mais comum e visível, para depois reagir frente as

necessidades da mudança” (SCHARMER, 2010, p. 39).

Para Tinti (2014), a Teoria U acompanha um conglomerado de teorias, ferramentas e práticas que auxiliam empreendedores, organizações e comunidades. A autora afirma que esse método confronta os problemas atuais ao levantar ações inovadoras e conscientes no processo de aprendizagem; também serve para aumentar a produtividade e implementar mudanças e, acima de tudo, auxilia as pessoas a se transformarem de forma positiva dentro das organizações, sejam elas escolas, governos, empresas, ONGs e outros espaços. Para exemplificar essa metodologia aqui no Brasil, encontramos a empresa Natura; Otto Scharmer teve participação direta na condução desse processo de modificações na organização interna da empresa. No site do Presencing Institute são citadas outras organizações brasileiras (Fundação Getúlio Vargas e Fundação Dom Cabral) que aplicam os princípios da teoria em salas de aula e pesquisas.

Outro exemplo é a Base Colaborativa, uma associação sem fins lucrativos que trabalha desde 2011 em São Paulo, e que conecta pessoas, organizações e sociedade com a revolução da inovação social, a partir de projetos sociais e um braço de educação que desenvolve líderes para enfrentar os grandes desafios da humanidade. A Base é uma comunidade viva de agentes de transformação que se conectam em um solo colaborativo, que se capacitam e que se desenvolvem por meio de conteúdos e experiências, e que se engajam em seus propósitos, levando o impacto social por meio de projetos para intervir no contexto das problemáticas sociais.

Os procedimentos da Base são inovadores, pois aplicam a metodologia da Teoria U, uma vez que percebem os problemas de forma sistêmica, para responder resoluções da questão social. Trata-se de um espaço para lideranças entrar no processo de desenvolvimento de um novo mundo e que abre espaço para a formação de rodas criativas onde todos tenham a oportunidade de construir juntos soluções inovadoras. A Base tem se revelado como *hub* (cubo) para replicar a metodologia, além de conduzir empresas e aplicação no próprio cotidiano de vida do homem – o que proporciona uma formação para lideranças com a utilização de novas ferramentas de inovação para quebrar paradigmas antigos e auxiliar a criação de resoluções sistêmicas. Desta forma observe abaixo que reflete o funcionamento e eficácia da Teoria U:

Figura 2: Teoria U



Fonte: <https://hazeshift.com.br/teoria-u/>.

A partir desta ilustração da vogal U, Scharmer defende seu método para formação de etapas a serem desenvolvidas. A primeira etapa (*suspende*) significa interromper os padrões de julgamentos construídos em si. A segunda (*direcionar*) trata-se de voltar a atenção para o processo, auxiliando os liderados a compreenderem suas próprias ações. A terceira (*deixar ir*) é se desfazer do velho formato e iniciar a conexão com as intenções estabelecidas. A descida da vogal (*conectar-se*) quer dizer se conectar com a fonte mais profunda do seu eu e sua vontade. A quarta (*deixar vir*) trata-se da intenção de uma nova percepção do futuro com o novo direcionamento, a visão do modo exterior ao interior. A quinta (*decretar a lei*) é a ação do novo em prática, quando a forma interior transforma a ação exterior. E a sexta (*incorporar*) é desejada transformação do novo em ações, ou aquilo que chamamos de transformação social. A subida do U representa a cristalização da nova forma de analisar, novos objetivos e novas ideias. Scharmer também acrescenta que durante o decurso é essencial ter a cabeça aberta para suspender e direcionar o coração, para deixar ir e se conectar e ter a vontade aberta para deixar vir, decretar a lei e incorporar. Assim, os grupos serão mais atentos, presentes e conscientes, e as práticas passadas não limitarão suas atividades.

Dessa forma, notam-se as possibilidades de projeções das ações inovadoras que visam a uma nova consciência, pois o método viabiliza reflexões e proporciona o resultado eficaz. Conforme Pereira (2016), a Teoria U é uma tecnologia que gera transformação social da desconstrução para a reconstrução de uma nova realidade, que constrói conhecimentos que

elevam a percepção da sociedade com inovações nos processos. Desse modo, esta abordagem se estabelece como forma inovadora de intervenção para servir de base no funcionamento dos projetos e organizações com diversos fins, sobretudo a causa social.

5.2 Design Thinking

O Design Thinking ou Pensamento do Design diz respeito ao padrão metodológico que visa solucionar problemáticas de forma prática e criativa, em que todos (público alvo e a equipe de trabalho) estão envolvidos. O conceito de Design Thinking pode ser interpretado como o “modo de pensar de um designer” e foi criado pelo professor Robert H. McKim na década de 1970, na obra *Experiences in Visual Thinking*. McKim é docente do departamento de Engenharia da Universidade Stanford, e impulsionou o pensamento de forma visual alicerçado em três principais elementos: ver, imaginar e desenhar; um processo interativo que exige métodos de discernir diversas temáticas para resolução de problemas. Para cada problema diferenciado, uma proposta diferenciada e a capacidade de moldar planos de ação conforme cada especificidade apresentada.

O professor Rolf Faste (designer), diretor do Programa de Design da Stanford, começou a trabalhar na solução de problemas com uma percepção nas necessidades e difundiu ainda mais a metodologia Design Thinking e promoveu cursos para desenvolver as habilidades inovadoras dos estudantes. Através do mapeamento das necessidades humanas, Faste analisava e mostrava a influência da mente e do corpo na criatividade. O enquadramento do termo *design* é dar ênfase na estratégia criativa, conforme o International Council of Societies of Industrial Design – ICSID (Conselho Internacional das Sociedades de Desenho Industrial) define:

O Design é uma atividade criativa cujo alvo seja estabelecer as qualidades multidisciplinares dos objetos, dos processos, dos serviços e dos seus sistemas em ciclos de vida inteiros. Conseqüentemente, o design é o fator central da humanização inovativa das tecnologias e o fator crucial da troca cultural e econômica. (ICSID, 2006).

Trata-se de uma proposta metodológica multifuncional e possível de ser aplicada nas distintas áreas de conhecimento. Observe abaixo o procedimento metodológico estrutural do Design Thinking (FIG. 3).

Figura 3: Design Thinking



Fonte: <https://medium.com/aela/o-que-%C3%A9-design-thinking-e-como-aplicar-e830d3bbb7e3>.

Vejam os passos de aplicação da metodologia inovadora. O primeiro passo é *empatizar*: capacidade do homem de se colocar no lugar do outro; nesse sentido, a equipe de trabalho deve levar em consideração o que o usuário pensa, faz, sente e quais as demandas a serem solucionadas, e o melhor meio para chegar a esse objetivo é se colocar no lugar deles. O segundo passo é *definir*: com a identificação dos problemas, segundo as informações coletadas, é relevante traçar os pontos de desconforto (dor) para buscar possibilidades de otimizar e inovar. O terceiro procedimento é *idealizar*: o momento da interação com a equipe quando todos têm espaço e voz para propor ideias e soluções; sugere-se requisitar todos os profissionais para diversificar as projeções e o ideal é que todos tenham total liberdade de expor opiniões, pois qualquer sugestão pode ser preciosa. O quarto passo é *prototipar*: momento de averiguar as sugestões da aplicação com a criação de representação real, e dessa forma será analisado o que é viável ou não; aqui são examinadas as alternativas de soluções e seus possíveis impactos; nesse processo flexível, as alterações podem ser feitas em conjunto com o ponto de vista da equipe de trabalho. O quinto passo é *testar*: considerar, sobretudo, a resolução do problema; o protótipo está concluído, porém, antes de expor o projeto, o teste deve ser realizado no intuito de aprimoração. O sexto e último passo é *implementar*: é hora de materializar do trabalho criativo e interventivo; a inovação se efetiva na execução da visão e transformação das problemáticas demandas.

Sabe-se que o campo organizacional é marcado fortemente pela competitividade e pela dinâmica da concorrência entre as organizações do século XXI. Como Manzini (2008) afirma, o desafio é que organizações venham romper com as predisposições dominantes para gerar soluções inovadoras de impacto positivo na sociedade na promoção de mudanças que beneficie o coletivo. Esta metodologia inovadora de intervenção propõe uma análise de inovação social com a base estratégica no Design Thinking. Para Cipolla (2012), a inovação social pode ser desenvolvida em apropriadas condições por meio do design, quando as inovações sociais podem ser ampliadas e integradas com diversos programas para gerar mudanças sustentáveis.

Para Prim (2017), o Design Thinking expande-se pelo processo colaborativo que envolve diversos atores e conexão em redes que apresentam soluções para atender necessidades sociais. A Escola de Design Thinking (2017) afirma que com o Design Thinking é possível desenvolver negócios, projetos e políticas feitos por pessoas e para as pessoas, criando soluções que respondam às necessidades sociais. Assim, torna-se possível criar sistemas em que todos ganham na cadeia de produção, caracterizando uma inovação social.

A proposta do Design Thinking traz em si a perspectiva humanista e aproximação às questões sociais; o seu olhar está centrado na realidade da sociedade, e arquiteta inovações de forma criativa, flexível e centrado no ser humano; uma racionalidade modernista que percorre etapas para assim deliberar estratégias aos problemas apresentados, e com a qual a questão social não fica de fora. Essa linha de trabalho pode ser um grande potencial para o auxílio do Serviço Social na resolução dos impasses da questão social; torna-se, portanto, uma metodologia inovadora de intervenção.

5.3 A OSC “Avante” e a Tecnologia Social

A Avante atua desde 1991, mas foi em 1996 que a instituição se organizou como uma ONG em forma de associação e posteriormente se tornou Organização da Sociedade Civil (OSC). O motivo da escolha para destacar a Avante neste trabalho, é pela existência da equipe multidisciplinar que conhece e aplica TS frente as demandas comunitárias. A instituição nasceu do sonho de um grupo de profissionais liderados por Maria Thereza Marcílio e Ana Luiza Buratto para contribuir na construção social. Maria Thereza Marcilio (presidente) é pedagoga formada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e mestra em Educação pela Harvard Graduate School of Education; por sua vez Ana Luiza Buratto (vice- presidente) é psicóloga formada pela UFBA, mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica de Salvador (UCSal).

A missão da Avante é contribuir para a formação do cidadão, pela educação e pelo desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e ao fortalecimento da sociedade civil. Seu público alvo são coordenadores

pedagógicos, professores, gestores e equipe técnica da secretaria para executar projetos sociais voltados a crianças, adolescentes e adultos de comunidades vulneráveis espalhadas pelo Brasil. A Avante trabalha com processos formativos, pois considera os sujeitos capazes de aprender, construir significados, atuar de forma crítica e colaborar no contexto social. A OSC recebeu um questionário e alguns membros da equipe de trabalho tiveram participação, conforme a especificidade de algumas perguntas, tais como “Em relação aos princípios, (conceitos e fundamentos) como funciona na prática?”.

Acreditamos que o saber é instrumento fundamental para o desenvolvimento do indivíduo como ser autônomo e competente, e para o desenvolvimento do grupo como espaço de transformação e crescimento. Acreditamos que a construção do saber se dá coletivamente na confrontação e integração dos opostos e das contradições da realidade, tendo como resultados aprendizagens, mudanças e o exercício da cidadania ativa. Acreditamos que uma nação se constrói com uma educação de qualidade para todos (crianças, jovens e adultos). Buscamos permanentemente a qualidade do trabalho realizado com competência, consciência crítica, autonomia e espírito de inovação.

A responsabilidade social como um dever de todos (pessoas e instituições), traduzida em ações que contribuam para a integração, o acesso aos bens sociais e culturais, a qualificação pessoal e profissional, o exercício e a defesa dos direitos e a construção da cidadania, afirma membra da equipe. Continua sua resposta com a afirmação: “As ações desenvolvidas pela Avante também são guiadas por conceitos e fundamentos que embasam o trabalho que realizamos nas comunidades onde atuamos, em prol da promoção e defesa de direitos, especialmente de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias”.

Desta forma, destaca seis pilares. A *Formação*: o aprender é uma condição genuinamente humana que se efetiva na mediação com diferentes elementos da cultura e na relação com outros sujeitos. O conceito de formação está ligado à aprendizagem contínua, requer tempo, multiplicidade de experiências e respeito aos saberes já construídos.

A *Mobilização Social*: um importante instrumento de fortalecimento da cidadania ativa e de construção de uma sociedade democrática. É um processo em que pessoas e grupos são convocados a se unir em torno de objetivos comuns; deve resultar sempre de uma escolha ética, em que razão e emoção estão envolvidas, e pressupõe envolvimento efetivo e engajamento na luta pela causa defendida; também implica compartilhamento de responsabilidades na construção de caminhos para o alcance dos resultados esperados, além de vontade e disposição para vencer desafios e barreiras em prol dos objetivos pretendidos.

O *Direito à Educação*: faz parte dos direitos humanos fundamentais. Em nosso País está assegurado pela Constituição Federal, no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Também é garantida a partir de princípios estabelecidos pelo artigo 206, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola com qualidade.

O *Direito à Cultura*: o acesso à cultura é direito universal, reafirmado pela Constituição Brasileira no seu artigo 215. Todos os cidadãos, portanto, devem estar conscientes da diversidade cultural e todos os grupos sociais devem ter suas culturas reconhecidas.

O *Direito ao Trabalho*: o trabalho é um dos mais importantes direitos humanos assegurados na Declaração Universal. O primado do trabalho, como base da ordem social – e como objetivo de bem-estar e justiça social – está inscrito expressamente na Constituição Brasileira (art. 193). O trabalho – sabe-se – é condição de superação da pobreza e da desigualdade.

O *Direito à Participação Cidadã*: a Constituição Brasileira – artigo 1º, inciso II – destaca a cidadania como um dos seus principais fundamentos, reconhecendo a participação cidadã como instrumento fundamental da ordem social. A Avante acredita que a construção de uma sociedade justa e solidária se faz com o engajamento de todos os cidadãos nas questões públicas e sociais, sem o qual não se torna possível qualquer ação transformadora. O fomento ao exercício da cidadania e ao fortalecimento do controle social sobre a formulação e execução das políticas públicas é, pois, um caminho a ser trilhado com vistas à construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e democrática – responde a profissional da equipe.

Na sequência da pergunta “Quais comunidades já foram contempladas?”, a profissional respondeu: “Considerando 2019, o último ano que fizemos relatório institucional que alimentou o site, temos 6 estados e 13 municípios do Brasil e na Bahia já atuamos em muitos municípios”. Quando perguntado “Atualmente alguma comunidade está sendo beneficiada?”, a profissional responde: “Sim, na Ocupação Quilombo Paraíso em Periperi, assentamento dos Sem Teto, MST, de crianças, adolescentes e a comunidade do entorno. Comunidade muito vulnerável, de baixa renda, em geral, desempregados ou ligados a trabalhos informais e sem serviços públicos disponíveis”.

Para a questão “Qual a estimativa do quantitativo total de famílias beneficiadas com os projetos?”, a profissional da Avante responde: “Beneficiamos 76 144 crianças e adolescentes e 15 633 famílias, 4 788 professores e profissionais da educação, 277 Gestores públicos e agentes das Secretarias sociais”. Ao ser questionado sobre como a organização é mantida e se existem parceiros que apoiam a organização, ela responde: “A Avante é uma OSC que é

mantida por parcerias e doações. Os parceiros são o Banco Itaú Social, Vale, Conanda, Unicef, Natura, Instituto C&A, Prefeituras Municipais, Secretarias Estaduais e Municipais e outros”.

No que diz respeito às linhas de projetos elaboradas para aplicar nas comunidades, a profissional responde:

Para cumprir a sua missão, a Avante atua em duas linhas desenvolvendo ações que contribuem para a formação cidadã e garantia de direitos de acordo com o seu papel na sociedade. Cada linha desenvolve ações com vistas ao empoderamento e autonomia a partir de um diálogo direto com a comunidade, de forma a valorizar sua identidade e seu espaço de convivência, e proporcionar a troca de experiências entre as diferentes realidades comunitárias. Por meio dessas linhas, a Avante desenvolve suas tecnologias sociais e interfere na transformação da realidade, gerando impactos. Formar educadores e profissionais da educação é o foco da Linha de Formação de Educadores e Tecnologias Educacionais. Com metodologias e ideias inovadoras e consolidadas, a Avante é pioneira no desenvolvimento de metodologias de formação continuada, na produção e disseminação de conhecimentos na área. Atuamos na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos de formação, assim como na sistematização de experiências, elaboração de publicações, realização de pesquisas, desenvolvimento de tecnologias educacionais, bem como ações de apoio a órgãos governamentais e à implantação de políticas públicas.

Sobre o que significa a TS para a Avante, a profissional respondeu: “A Avante considera como tecnologias sociais a forma de seu ‘faz’, suas descobertas e experiências exitosas que resultaram em pontos ou impactos positivos para mudanças, garantindo um diferencial nos públicos alvos trabalhados nos projetos institucionais”. Seguindo o raciocínio, ela diz:

Compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. Tecnologia Social é o que a Avante oferece de diferencial em métodos e técnicas de trabalho, descobertas no seu fazer social e que provocou um impacto positivo no grupo alvo ou na comunidade dos seus projetos.

Aqui são apresentadas as TS planejadas e desenvolvidas pela Avante. A primeira é *Trocando em Miúdos*, uma tecnologia que não lida com família, nem com crianças e adolescentes e suas necessidades diretamente. Como parte das ações formativas que realiza, a Avante promove viagens de estudo e intercâmbio de experiências profissionais, pois acredita que esta é uma potente estratégia de aprendizagem e formação. Além da programação acadêmica, ligada à área pedagógica, que acontece em universidades ou organizações formadoras consideradas expoentes na área, são realizadas visitas a escolas e atividades culturais, fundamentais para a ampliação do repertório do grupo.

Por sua vez, a *Formação continuada de educadores* é uma tecnologia é utilizada em projetos de formação de profissionais que trabalham em diferentes áreas e linguagens da Educação Básica em projetos sobre o tema da inclusão e do desenvolvimento moral, atuando na melhoria das relações interpessoais e redução da vulnerabilidade social de crianças e jovens. Também tem a *Formação de educadores para redução da vulnerabilidade social, relacional e afetiva na infância*, proposta que surge de uma preocupação relacionada às situações de alta vulnerabilidade socioafetiva na infância. A finalidade é incidir na redução dessa vulnerabilidade social, relacional e afetiva a partir de ações formativas junto aos profissionais da educação, grupos de crianças e seus familiares. O foco é a aprendizagem ligada aos relacionamentos interpessoais, compreendendo a importância do campo das artes e da cultura como elemento facilitador deste processo.

Outra TS é a *Elaboração de propostas pedagógicas /currículos*, elaboração participativa de documentos curriculares para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. O trabalho é realizado a partir de um diagnóstico e análise minuciosa dos documentos já existentes e da organização de grupos de trabalho, oficinas e seminários, mediados por especialistas para a viabilizar um alinhamento e sistematização desse patrimônio.

Também tem o *Mapeamento e diagnóstico de Políticas Públicas e Serviços Municipais*, que coloca à disposição dos cidadãos um conjunto qualificado de informações sobre o município. Síntese da tecnologia: Primeiro, *pesquisa de dados* visando a uma breve caracterização da realidade municipal – localização do município, área, limites, população, urbana e rural, histórico sucinto, indicadores econômicos e sociais, peculiaridades regionais e locais, se houver. Segundo, *levantamento e análise* de políticas públicas, equipamentos existentes no município e suas localizações, capazes de atender a necessidades de proteção e educação do público alvo (rede pública e privada). Terceiro, *pesquisa de campo*, em particular junto a órgãos e entidades ligadas às áreas de educação, saúde, assistência social, visando ao aprofundamento das informações. Quarto, *elaboração e impressão do Mapa* e quinto, *desenvolvimento de estratégias* de distribuição e divulgação do mapa no município, a fim de facilitar e garantir sua consulta e utilização efetiva pelos setores interessados.

Outra TS citada é o *Fomento e criação de grupos produtivos*, com a metodologia de fomento e apoio a empreendimentos de economia solidária compostos por mulheres em área urbana apoiado em três etapas: gerencial, relacional e comercial. Além de disponibilizar um formato próprio de construção de Festivais e Feiras para a comercialização dos artigos produzidos pelos empreendimentos como forma de sustentabilidade para o escoamento da produção.

A *Família Cidadã* é uma metodologia de trabalho com famílias, comprometida com a perspectiva emancipatória, incentivo a autonomia e o protagonismo na superação de suas dificuldades. O trabalho privilegia quatro dimensões: subjetiva, cognitiva, sociocultural e política, na busca por assegurar uma formação teórico-vivencial. Prevê a formação de reeditores sociais, especialmente entre agentes públicos das áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, bem como lideranças comunitárias.

A *Formação de mediadores de leitura* tem como objetivo aperfeiçoar ações de incentivo à leitura realizadas por educadores, professores, bibliotecários e estudantes. A formação acontece em dois eixos: a relação pessoal do mediador com a leitura; e sua formação técnica. O primeiro eixo visa fomentar ou fortalecer o gosto pela leitura entre os mediadores, por meio de ações de fomento à leitura e ampliação cultural. A formação técnica instrumentaliza o mediador a planejar e realizar ações diversificadas de fomento à leitura para diferentes faixas etárias e a participar de espaços de representação política, por meio de conhecimentos sobre mediação, espaço de leitura, acervo, gestão e incidência em políticas públicas.

Outra TS é o *Balcão Psicossocial*, um espaço de acolhimento, informação e encaminhamento psicossocial acrescentado. Neste é feito atendimento comunitário, com vistas ao acolhimento das crianças adolescentes, famílias e da comunidade de suas demandas sociais, psíquicas e biológicas. Dessa forma, favorece o acesso a diversos tipos de serviços como saúde, educação, inserção profissional, cultura e lazer, por meio da consolidação de parcerias com a rede de serviços e atendimentos disponíveis na cidade. É oferecido, ainda, o fortalecimento e auxílio na construção de projeto de vida por meio de atividades de grupo.

E a última TS descrita foi *Escola, família e comunidade*, uma tecnologia para a articulação e integração família, escola e comunidade; tem como pressuposto que essa relação envolve a qualidade da educação, participação social de todos, a aprendizagem de crianças e adolescentes sendo afetada pela participação da família no cotidiano escolar. Os conceitos fundantes da tecnologia são a mobilização, a participação social e a gestão democrática da escola.

Em continuidade às perguntas, questionou-se como foi a experiência com a execução desses projetos da TS, ao que foi respondido: “Todas as experiências dos projetos desenvolvidos pela Avante foram exitosas e com resultados positivos e boa avaliação dos financiadores, instituições envolvidas e públicos”.

No que diz respeito à contribuição da TS para a Avante, a profissional respondeu:

Contribuíram para a finalidade da organização. As tecnologias e os projetos sociais desenvolvidos pela Avante que promovam a mobilização social para o

desenvolvimento de políticas públicas, a melhoria e a qualidade da educação, o trabalho e articulação em rede na defesa dos direitos sociais dos cidadãos das crianças, e dos adolescentes, promovam a equidade, combatam as desigualdades sociais, o trabalho infantil e o trabalho escravo, em suma, a equidade em todos os seus aspectos, bandeiras defendidas em nos projetos desenvolvidos.

A OSC Avante possui um conceito amplo da TS que vai para além de máquinas. Nota-se que a intenção da Teoria U e Design Thinking estão aliadas em função das soluções de problemas, e com a Avante não é diferente. Entende-se, portanto, que para cada realidade, uma adequação do determinado contexto. É necessário, portanto, se permitir conhecer, dialogar, analisar criticamente, mas também experimentar novas possibilidades através da TS na prática do Serviço Social. Isso significa intervir na questão social da contemporaneidade, significa saber fazer a leitura crítica que está carregada de oportunidades para uma atuação inovadora do assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do grande desafio de investigar a configuração da Tecnologia Social, diversos questionamentos brotaram dando início ao percurso de estudos sistematizados. É sabido que a tecnologia se instalou nas relações sociais e digitais, isto é, se estabeleceu de tal modo que a vida do homem está atada a ela. Essa realidade é o cenário da sociedade que caminha em função de um melhor desenvolvimento no estilo de vida. Pensando nisto, mergulhou-se na história desde as revoluções industriais para analisar criticamente seus efeitos no corpo social. Identificou-se o marco conceitual e análico para um posicionamento assertivo de suas fundamentações teóricas, tal como apontar suas tipologias e rede. Esse trajeto foi demasiadamente necessário para a absorção desta categoria de estudo.

Após essa busca a fim de estruturar teoricamente e apresentar a TS, a compreensão sobre as reverberações da tecnologia na esfera social foi detalhadamente pontuada. Com a presença das inovações para a vida social na cibercultura e a extensão do ciberespaço, facilitou-se a troca de informações e conhecimentos, da mesma maneira que projetou-se a inclusão para pessoas com deficiências. A perspectiva dos procedimentos técnicos e sociais gera o espaço cibernético e acentua as transformações sociais nos setores da atividade humana. Também nos deparamos com a inteligência coletiva, um processo de compartilhamento que acontece geralmente pela internet e produz a construção social, uma relação entre a tecnologia, virtualidade e cultura (LÉVY, 1999).

O impacto provocado pela tecnologia na vida do homem é expressado pela interatividade, pela participação ativa das pessoas nos processos de informações. O movimento social na década de 1970 foi representado por jovens californianos e causou, historicamente, forte impacto em bairros e comunidades. Conforme Levy (1999), a tecnologia não é uma simples evolução; daí a expressão “devir tecnológico”, em razão de ser entendido como um fenômeno não constante: não se sabe quando e como vai surgir, apenas que algum projeto irá se revelar.

Ao fazer a relação entre o Serviço Social e a TS, é necessário, antes de mais nada, saber interpretar o contexto da questão social. Houve a preocupação de averiguar os indicadores, tais como IPM, IDH, Índice Gini e a fonte estatística do IBGE. Determinar as mediações profissionais emitidas do Serviço Social compete apontar a dimensão ontológica associada ao caráter da singularidade, particularidade e universalidade. Sabe-se que tais mediações estão atreladas à influência da intersectorialidade.

O projeto ético-político do Serviço Social está associado aos valores e a política da intervenção em busca da transformação social. Embora a atuação seja um movimento

contraditório entre as classes, as atividades profissionais favorecem o projeto societário. O aspecto teórico-metodológico que se fundamenta na Teoria Social Crítica, com forte influência na Teoria Social de Marx, funciona como aprimoramento teórico científico do assistente social. E o aspecto técnico-operativo, por sua vez, está voltado às táticas de operacionalização da ação que abarca valores, princípios, planejamento, objetivo e habilidades com instrumentos e técnicas de cada espaço sócio-ocupacional de trabalho – inclusive a instrumentalidade do Serviço Social faz parte da competência técnica. Veloso (2011) toca o ponto crucial sobre a presença da tecnologia enquanto instrumentalidade: afirma que a tecnologia está subordinada aos princípios e valores presentes no projeto ético-político construído no percurso das últimas décadas. Por sua vez, as metodologias inovadoras de intervenção são destinadas a métodos de construção social, que possibilita alternativas para a efetivação de processos inovadores as populações vulneráveis.

A TS é uma proposta viável de inovação interventiva de inclusão para comunidades em vulnerabilidade social e suas necessidades. Como recomendação de inovações, a Teoria U e suas possibilidades enfatizam inicialmente o trabalho na consciência e o contato com o ambiente. A Base Colaborativa aplica esse método, sendo engajada com projetos de impacto social frente às demandas; seus procedimentos são inovadores, pois percebem os problemas para responder às resoluções da questão social. O Design Thinking é outro método que expandiu-se pelo processo colaborativo, e envolve atores e conexões em redes que apresentam soluções para atender necessidades sociais.

A OSC AVANTE ganhou principal destaque neste trabalho, pois para melhor compreensão da TS e seu funcionamento, foi aplicado um questionário semiestruturado a fim de captar maior clareza da execução desta ferramenta. À medida que esta dissertação foi criando forma, da mesma maneira o e-book foi surgindo. Sem sombra de dúvidas, foi um trabalho dobrado, porém fundamental para adquirir experiência com essa temática no universo acadêmico e propor possibilidades para categoria de trabalho do Serviço Social. Embora este fenômeno seja relativamente novo, o objetivo foi expor fundamentações teóricas, experiências e aplicações de TS. Tratam-se de pontos fundamentais para sustentar o campo científico, a execução na gestão de órgãos públicos, a possibilidade de empreendedorismo e protagonismo, assim como uma infinidade de ações criativas e resolutivas estruturais.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. In: Cadernos ABESS, São Paulo: Cortez, n. 7 1997.
- ALMEIDA, P. R. **O Brasil e a nanotecnologia: rumo à quarta revolução industrial**. 2005. **Espaço Acadêmico**, Maringá, a. VI, n. 52, set. 2005.
- ANASTÁCIO, Mari Regina; CRUZ FILHO Paulo R.A. e MARINS, James (Org). **Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018.
- BAVA, S. C. Tecnologias Sociais e Políticas Públicas. *In: Tecnologias Sociais, uma estratégia para o desenvolvimento*. Brasília, 2004, p. 103-116.
- BASSO, D.; SANT'ANNA, A. de. Um estudo sobre a aderência do Project Management for Development Professionals (PMD pro) a projetos cooperativos de agricultura familiar. **Orbis Latina**, Foz de Iguaçu, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/1554>. Acesso em: 28 dez. 2020.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e a perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BERG, M.; HUDSON, P. Rehabilitating the industrial revolution 1. **The Economic History Review**, v. 45, n. 1, p. 24-50, 1992.
- BONILHA, M. C.; SACHUK, M. I. Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da Vila Rural Esperança. *Cad. EBAPE.BR [online]*. v. 9, n.2, p. 412-437, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000200011>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, 2004.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CKAGNAZAROFF, Ivan Beck; MOTA, Normaston Rodrigues. Considerações sobre a relação entre descentralização e intersetorialidade como estratégias de modernização de prefeituras municipais. **Revista E & G Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 23-41, dez. 2003. Disponível em: www.spell.org.br/documentos/download/36443. Acesso em: 14 set. 2015.
- CAVALCANTI, Patrícia Barreto; BATISTA; Kátia Gerlânia Soares; SILVA, Leandro Roque. A estratégia da intersetorialidade como mecanismo de articulação nas ações de saúde e assistência social no município de Cajazeiras-PB. SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIAS. **Anais...** Porto Alegre, v. 1, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/9.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.
- CIPOLLA, C. Design, Inovação Social e Sustentabilidade. In: MORAES, D. et al (Org.).

Coleção Cadernos de Estudos Avançados em Design: Inovação. Barbacena: EdUEMG. Disponível em: http://www.tcdesign.uemg.br/pdf/Design_Inovacao.pdf. Acesso em: 29 maio 2017.

CARVALHO, M. C. B. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social.** In; NETTO, J. P. Cotidiano: conhecimento e crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, CFESS. **Código de ética profissional do/a assistente social/Lei 8662/93 de regulamentação da profissão.** 10.ed. atual. Brasília: CFESS, 2012. CFAS.

CONCEIÇÃO, C. S. **Da revolução industrial à revolução da informação: uma análise evolucionária da industrialização da América Latina.** 2012. 209f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70004>. Acesso em: 13 mar. 2020.

COUTO, B. R. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 200.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In MINAYO, M. . de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

DAGNINO, R.; GOMES, E. Sistema de inovação social para prefeituras. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA INOVAÇÃO. **Anais...** São Paulo, 2000.

DAGNINO, R. P. Tecnologia Social e seus Desafios. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. *et al.* (Ed.). **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 187-209.

DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade.** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DAGNINO, R. **Tecnologia social: Contribuições conceituais e metodológicas.** Campina Grande: EDUEPB, 2012.

DAGNINO, R. **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas.** Paraíba: EDUEPB, 2014. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7hbdt>. Acesso em: 20 dez. 2020.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE JÚNIOR, A. E. *et al.* (Ed.). **Tecnologia social. Uma estratégia para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 15-64.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos.** Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

DIAS, R. B. Tecnologias sociais e políticas públicas: lições de experiências internacionais ligadas à água. **Inclusão Social**, v. 4, n. 2, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1656>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DIAS, R. B.; NOVAES, H. T. Contribuições da economia da inovação para a reflexão acerca da tecnologia social. *In*: DAGNINO, R. (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

FALEIROS, V. P. Serviço Social: questões presentes para o futuro. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996.

FEENBERG, A. **Critical Theory of Technology**. New York and Oxford, Oxford University Press, 1991.

FEENBERG, A. **Teoria Crítica da tecnologia: um panorama**. 2005. Texto originalmente publicado em *Taylor-Made BioTechnologies*, v. 1, n. 1, abr./mai., 2005. Disponível em: http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg/feenberg_luci.htm. Acesso em: 13 jan. 2011.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2. ed. São Caetano do Sul, São Paulo, Yendis Editora, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. 2002. [Apostila].

GAIA, P. A quarta revolução industrial e as tendências tecnológicas no segmento de equipamentos, máquinas e acessórios industriais. **O Papel: revista mensal de tecnologia em celulose e papel**, v. 77, n. 5, p. 21-25, 2016.

GOLDEMBERG, J. Tecnologia apropriada. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, 1978.

GUERRA, Y. Ontologia social e formação profissional. **Cadernos do Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista-NEAM**, n. 1, São Paulo, 1997.

GUERRA, Y. A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GUERRA, Y. As dimensões da prática profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Libertas – Revista do Serviço Social**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, Juiz de Fora, 2005, p. 09-21.

GUERRA, Y. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 91, ano XXVIII, São Paulo, 2007.

GUERRA, Y. Serviço Social: dilemas da precarização e estratégias de enfrentamento. *In*: **Crise Contemporânea e Serviço Social**. Gilmaisa Costa, Rosa Predes e Reivan Souza (Org.), Maceió: EDUFAL, 2010.

HERRERA, A. **Transferencia de tecnología y tecnologías apropiadas**. Unicamp: Campinas, 1983.

HILLS, M. **Intranet como groupware**. São Paulo: Berkeley Brasil, 1997.

HOBSBAWM, E. **The Age of Revolution: Europe 1789 - 1848**. Weidenfeld & Nicolson Ltda. 2010.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1998.

ICSID. **Internacional Concil of Societies of Industrial Design**. Disponível em <http://www.icsid.org/static.php?sivu=3>. Acesso em: 10 out. 2020.

IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. Disponível em: <http://www.idis.org.br/>. Acesso em: 10 out. 2020.

Its – Instituto de Tecnologia Social. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: LASSANCE JUNIOR, A. E. et al. (Ed.). **Tecnologia social**. Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 117-34.

INOJOSA, R. M. A. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. **Cadernos Fundap**, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

ITU. **ICT facts and figures**. 2016. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITUD/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2016.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

JENSEN, K. B. **Media Convergence: the three degrees of network, mass, and interpersonal communication**. New York: Routledge, 2010.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersectorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004.

JUNQUEIRA L.A. Descentralização e intersectorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, nov./dez.1998, p. 11-22.

JUNQUEIRA L.A.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. **Descentralização e intersectorialidade: na gestão pública municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza**.

Caracas: UNESCO/CLAD, 1997. Série Concurso de Ensayos CLAD.

KOUMROUYAN, E.; MARTINELLI, M. L. **Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. Serviço Social e Sociedade**, n. 45, Ano XV, ago. 1994.

LEÃO, João Artur Avelino. **Inovação Científica para o Desenvolvimento Institucional: Estudo de Caso Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC**. 2014. 125f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2014. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/498>. Acesso em: 10 abr. 2021.

LEMOS, A. **Cibercultura**. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MANZINI, E. **Design para a Inovação Social e Sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais**. Rio de Janeiro: E- papers, 2008.

MIOTO, R. C. T. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 67, p.145-158, 2001.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1. Brasília:CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Revista Temporalis**, n. 3, Brasília, 2001.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

NOBLE, D. **America by design**. Alfred A. Knopf. New York, 1979.

PEREIRA, S. Soluções inovadoras e colaborativas para problemas complexos através da Teoria U. **Caderno de Inovação FGV/EAESP - Fórum de Inovação**, 2016. Disponível em: <http://inovforum.fgv.br/wp-content/uploads/caderno22.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PINTO, Á. V. **O Conceito da Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.1v.

PONTES, Reinaldo Nobre. A mediação como categoria central da intervenção profissional do assistente social. **Revista Conexão Gerais**, n. 2, ano 1. Belo Horizonte, 2012.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

ROCHA, M. C. S.; FARFUS, D. (Org.). **Inovações Sociais**. Curitiba: SES/SENAI/IEL/UNINDUS, 2007.

RAMOS, S. R. **A mediação da organização política na (re)construção do projeto profissional: o protagonismo do Conselho Federal de Serviço Social**. 2005. Tese (Doutorado)

– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

RUTKOWSKI, J. Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social? *In: LIANZA, S.; ADDOR, F. Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

SANTOS, C. M.; SOUZA FILHO, R.; BACKX, S. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. *In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Orgs). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 2. ed. Juiz de Fora: UFJF, 2013. p. 21-44.

SCHUMACHER, E. F. **A guide for the perplexed**. New York: Harper and Rows, 1977.

SCHARMER, Claus Otto. **Teoria U: como liderar pela percepção e realização do futuro emergente**. trad. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social** . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de serviço social; v. 3)

SOUZA, M. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004

SPOSATI, A. **Vida Urbana e Gestão da Pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

TAVARES, M. C.; METRI, M. A geoeconomia do império e as mutações do capital: os dois ciclos de expansão econômica dos Estados Unidos no final do século XX. **Brazil. J. Polit. Econ.**, São Paulo, v. 40, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3043>. Acesso em: 10 abr. 2021.

TENÓRIO, F. G. **Responsabilidade Social Empresarial: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

TINTI, D. L. Teoria U e programação neolinguística: acessando o poder de presenciar. *In: Revista Global Manager*. v. 14, n. 1, 2014.

TORRES, A. Community memory, por uma informática libertária. **Cibermundi, História, Tecnologia e Sociedade**, 2011. Disponível em: <https://cibermundi.wordpress.com/2011/07/30/community-memory-por-uma-informatica-libertaria/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre Demandas Sociais e Projetos Profissionais. *In: Revista Temporalis*, ano 2, n.4, jul/dez, 2001.

VELOSO, Renato. **Serviço social, tecnologia da informação e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2011.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1v.

VIGNOLI, J. R. Vulnerabilidad Demográfica en América Latina: qué hay de nuevo? *In: SEMINARIO VULNERABILIDAD. Anais...* CEPAL, Santiago de Chile, 2001.

YASBEK, M. C. O significado sócio-histórico da profissão. *In: Serviço Social: direitos e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

WEISS, Z. Tecnologia Social: os desafios de uma abordagem holística. *In: OTERLOO, A. et al. Tecnologias Sociais: caminhos para a sustentabilidade.* Brasília: s.n., 2009.

APÊNDICE - Questionário



**Universidade Federal do Maranhão Pró-Reitoria de
Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade
Mestrado Interdisciplinar**

Tema da pesquisa: Tecnologias Sociais para a formação cidadã das famílias: um estudo sobre as ações interventivas ofertadas pela OSC Avante – Salvador Bahia

Mestranda: Keila Helena Garcez Abreu (Assistente Social)

Orientador: Prof. Dr. João Batista Bottentuit Junior

Sabemos que esta organização acredita na estratégia de aprendizagem e formação, assim como a programação acadêmica, que acontece em universidades ou organizações formadoras. A metodologia de trabalho com famílias na perspectiva emancipatória, incentivo a autonomia e o protagonismo na superação de suas dificuldades, é um dos elementos que gerou interesse da nossa pesquisa.

Relate um pouco da organização, sua estrutura, porte, número de pessoas envolvidas e principais projetos em desenvolvimento.

- O objetivo da entrevista é obter o máximo de informações atuais no contato direto, na fonte a ser pesquisada. Sabemos que existem dados no site, todavia, como esse trabalho será publicado, ele passara pelo critério ético.
- Solicitamos, por gentileza, o retorno das respostas de maneira bem fundamentadas, no intuito de efetivar nossa pesquisa, para colaborar com o universo acadêmico presente e futuro no estudo das Tecnologias Sociais (temática investigada), e assim fazer a divulgação do importante trabalho desenvolvido pela OSC Avante.
- Solicitamos o nome completo, formação e função do responsável pelo preenchimento das perguntas desta entrevista.
- Caso tenha algum dado sigiloso ou que prefiram não ser divulgado, estaremos abertos para qualquer pedido e combinados, contanto que não fuja do funcionamento, dados reais e atuais da organização.

- Estaremos dispostos para possíveis esclarecimentos e diálogos acerca do artigo científico antes de ser publicado.

QUESTIONÁRIO

1. Qual a origem e fundação da OSC Avante?
2. Onde está atualmente localizado? (Bairro, Cidade, Estado)
3. Por quem é formada a equipe técnica (formação de cada componente)?
4. Horário de funcionamento?
5. Qual a missão desta organização?
6. Público-alvo (faixa etária)?
7. Que linha de projetos buscam elaborar para aplicar nas comunidades?
8. Quais comunidades que já foram contempladas?
9. Atualmente alguma comunidade está sendo beneficiada?
10. Estimativa do quantitativo total de famílias beneficiadas com os projetos?
11. Quantitativo total assessorias e respectivas instituições?
12. Quais as maiores barreiras encontradas frente ao trabalho social?
13. Como essa organização é mantida? Existem parceiros que apoiam essa organização?
Quais?
14. Sobre os princípios, (conceitos e fundamentos) – Formação, mobilização social, direito a educação, cultura, trabalho e participação cidadã como funciona na prática?
Exemplifique:
15. Como conheceram as Tecnologias Sociais?
16. O que é Tecnologia Social para a Avante?
17. Quais Tecnologias Sociais foram planejadas e desenvolvidas para responder as necessidades das famílias em comunidades?
18. Como foi a experiência com a execução desses projetos (Tecnologia Social)?
19. Quais os resultados das famílias na utilização da Tecnologia Social?
20. Em que a Tecnologia Social contribuiu na funcionalidade da OSCIP Avante?

ANEXO – Ebook

An aerial, high-angle photograph of a favela. The top half shows a dense cluster of small, rectangular wooden shacks with corrugated metal roofs. Below this is a large, open, reddish-brown dirt area, possibly a sports field or a common area, with some faint white markings. The bottom half shows more shacks, some with colorful fabric or tarps hanging from them. The overall scene is one of a densely populated, informal settlement.

E-BOOK

**TECNOLOGIA SOCIAL:
UMA CONEXÃO ENTRE A TECNOLOGIA E O
SERVIÇO SOCIAL**

KEILA HELENA



KEILA HELENA

E-BOOK

TECNOLOGIA SOCIAL:
UMA CONEXÃO ENTRE A TECNOLOGIA E
O SERVIÇO SOCIAL



APRESENTAÇÃO

Este e-book carrega um material objetivo e preciso sobre a central temática “Tecnologia Social” (TS), baseia-se na construção de estudos delimitados para efetivas intervenções sociais no contexto comunitário. Sobretudo, expõe a compreensão de como a área do Serviço Social pode está relacionada com a TS. Seria um mecanismo ideológico desenvolvimentista ou um procedimento interventivo para responder as expressões das questões sociais? Embora este fenômeno seja relativamente novo, visamos expor neste e-book fundamentações teóricas e experiências de aplicações. Trata-se de pilares fundamentais para sustentar o campo científico, execução na gestão de órgãos públicos, possibilidade de empreendedorismo e protagonismo, assim como, uma infinidade de ações criativas e resolutivas estruturais.

NESTE E-BOOK VOCÊ ENCONTRA

Aqui você terá acesso a uma coleção de conteúdos selecionados e sistematizados para o conhecimento tendencial dos últimos tempos. Encontrará metodologias de trabalhos interventivos e uma abordagem humanitária dinâmica que visa a transformação social. Este livro em formato digital obtém inúmeras ilustrações, recomendações literárias e variados links para ampliar e proporcionar a captação do conhecimento prático e aplicável. Frente as várias tentativas de mudanças no contexto comunitário, a Tecnologia Social surge para abrir novos caminhos imprescindíveis conforme as demandas territoriais. Dessarte, te convido a mergulhar nesta atrativa área de conhecimento que interage com tantas outras, sobretudo o Serviço Social.



SOBRE A AUTORA

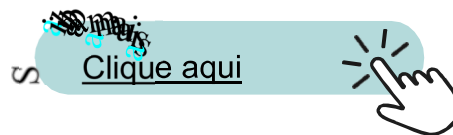


Keila Helena Garcez Abreu, assistente social. Mestranda em Cultura e Sociedade (UFMA), especializações em Política e Gestão de Esporte e Lazer (UFMA), Projetos Sociais (Faculdade Metropolitana) e graduada em Serviço Social (Faculdade Pitágoras). Experiências na docência e estágio supervisionado de Serviço Social. Trabalha há seis anos na política da Assistência Social no atendimento das comunidades vulnerabilizadas, sendo assim, desencadeou o interesse em trabalhar com Tecnologias Sociais na proposta de intervenções inovadoras.

TECNOLOGIAS

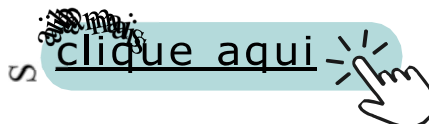
Tecnologia Apropriada:

Originada na Índia por Mahatma Gandhi no final do século XIX, visava a consciência política. Defesa da autodeterminação e renovação da indústria nativa hindu e pautada em aspectos econômicos e sociais para atender os territórios mais pobres.

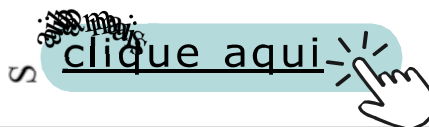


Tecnologia Intermediária:

fundador Schumacher (1977), tecnologia de custo baixo, em pequena escala e de forma mais simples para alcançar os países pobres. Composta de três eixos: execução e implantação de programas de assistência e desenvolvimento focalizados em áreas rurais.

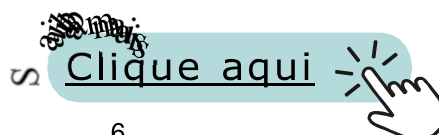


Criou o "Intermediate Technology Development Group" (Grupo de Desenvolvimento de Tecnologia Intermediária)



Tecnologia Social:

O clássico autor brasileiro Dagnino (2011) compreende como produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis e desenvolvidas na interação com a comunidade através de efetivas soluções para transformação social.



CONCEITO

Clássicos autores da Tecnologia Social :

Dagnino (2011):
ferramentas
construídas por
técnicas e/ou
metodologias que
sejam executadas com
o foco na transformação
social comunitária, o
que difere da
tecnologia
convencional.

Bava (2004):
é o desenvolvimento
local com métodos ou
técnicas voltadas as
necessidades sociais,
estão articuladas aos
programas investidos
nas comunidades como
forma de proporcionar
melhorias.

Tenório (2004):
é o discurso ideológico
capitalista para manter
boa posição pública por
trás de boas ações,
onde o sistema de
mobilizações em prol
do desenvolvimento
trabalha em favor da
preservação do seu
status quo.

CONCEITO

Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Sala mais

Clique Aqui



É uma proposta inovadora de desenvolvimento, com abordagem construtivista na participação coletiva aliado ao saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico.

Quatro dimensões conceituais:

1

Conhecimento, ciência, tecnologia. Tem como ponto de partida os problemas sociais e introduz ou gera inovação nas comunidades.

2

Participação, cidadania e democracia. Adota a metodologia participativa nos processos de trabalho e impulsiona sua disseminação e reaplicação.

3

Educação. Realiza um processo pedagógico que desenvolve o diálogo entre saberes populares e científicos. A TS é apropriada pelas comunidades, que ganham autonomia.

4

Relevância social. Eficaz na solução de problemas sociais, sustentabilidade ambiental e provoca a transformação social.

CONCEITO

Segundo o Instituto de Tecnologia Social



É um instrumento que agrega informações e conhecimentos para a transformação da realidade. Pode ser identificada como ponte de acesso das necessidades sociais com a proposta de soluções.



“Conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida”

Saiba mais

[Clique aqui](#)



Sistema de Análise de Tecnologias Sociais (SATECS): procedimento metodológico on-line para diagnosticar, acompanhar, monitorar o desenvolvimento das TSs.

Saiba mais

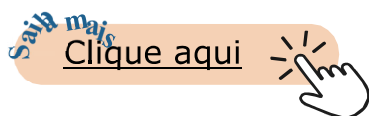
[Clique aqui](#)



LEGISLAÇÃO

Política Nacional de Tecnologia Social

- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 111, DE 2011



- PROJETO DE LEI 3329/2015 - ENTENDA A PROPOSTA (aprovado na câmara dos deputados em agosto de 2017, aguarda sanção presidencial)

- ✓ Institui a Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS) que define tecnologias sociais como técnicas, procedimentos, metodologias e processos, produtos, dispositivos, equipamentos, serviços e inovações sociais organizacionais e de gestão.
- ✓ Ações desenvolvidas ou aplicadas em interação com a população e que promovem inclusão social e melhoria das condições de vida da população.
- ✓ Indica os objetivos da PNTS, tais como integrar as tecnologias sociais com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e contribuir para a interação entre as esferas do saber acadêmico e do saber popular.
- ✓ Determina a inclusão das atividades de TSs em várias políticas e projetos, nas áreas de saúde, energia, meio ambiente, educação e entre outras. Faculta à União e aos entes públicos dotados de personalidade jurídica a celebração de convênios para obtenção de recursos para apoiar e fortalecer a PNTS.

PL 3329/2015

EMENTA

Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

ENTENDA A PROPOSTA

Em análise na Câmara, projeto (PL 3329/15) do Senado Federal cria a Política Nacional de Tecnologia Social. A proposta define as tecnologias sociais como a união entre saber popular e conhecimentos científicos e tecnológicos, que devem atender a requisitos de simplicidade, baixo custo (...)

AUTOR

Senado Federal - Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

SITUAÇÃO

No Senado Federal

CAMINHO DA PROPOSTA

Não há tramitação no Senado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

 Início

 CCTCI

 CCJC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

 Aprovada com alterações em 19/09/2017

Redação Final

Parecer do Relator, Dep. Thiago Peixoto (PSD-GO), pela constitucionalidade, com emenda, juridicidade e técnica legislativa deste e pela inconstitucionalidade da Emenda da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Ver menos

Chegou à comissão em: 13/09/2017

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Não há tramitação na Presidência da República

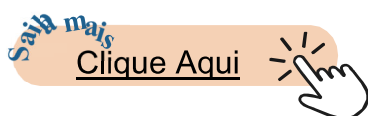
Saia mais

[Clique Aqui](#)



MOVIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE TECNOLOGIA SOCIAL

Agência Senado (2019)



A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou o projeto de lei que institui a Política Nacional de Tecnologia Social (PNTS). A proposta (PLS 111/2011) segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Defendida como técnicas ou metodologias reaplicáveis a serem executadas em comunidades com ações unificadas do saber popular e organização social através de conhecimentos científicos e tecnológicos.



Para desenvolvimento de TSs destinados a política estão os programas transversais entre os órgãos públicos, extensão universitária com os fundos setoriais de ciência, tecnologia e inovação e a liberação de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

CAMPOS DIVERSOS

Conforme as quatro dimensões pautadas no MCTI, identifica-se a amplitude para intervenções no campo da Tecnologia Social:



Renda



Alimentação



Cultura



Educação



Trabalho



Saúde



Energia



Habitação



Saneamento básico



Meio ambiente



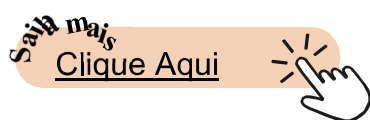
Recursos hídricos

Igualdade de raça e gênero e dentre outras.



REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL

Relatório de 6 anos da RTS (2011)



A Rede de Tecnologia Social (RTS) é o principal conjunto de organização com a missão de reunir, organizar, articular e integrar diversas instituições para contribuir na promoção do desenvolvimento mediante a difusão e reaplicação.



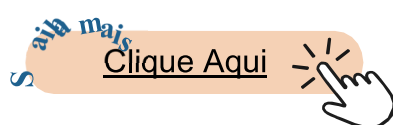
Corporação democrática de soluções tecnológicas para a inclusão social. Procedimentos de interação com as comunidades em virtude da transformação social.



É constituída por instituições públicas e privadas voltadas à reaplicação, à difusão, ao desenvolvimento, monitoramento e à avaliação de TSs.

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA RTS

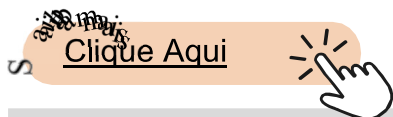
Comitê Coordenador da RTS (participação de instituições)



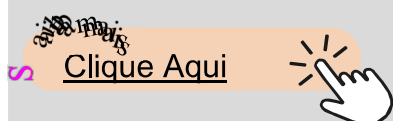
- ✓ Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
- ✓ Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)
- ✓ Caixa Econômica Federal (Caixa)
- ✓ Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)
- ✓ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)
- ✓ Fundação Banco do Brasil Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- ✓ Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- ✓ Ministério da Integração Nacional (MI)
- ✓ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- ✓ Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- ✓ Petrobras Rede Cerrado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

APLICAÇÕES DE TS

Fundação Banco do Brasil



- Para a Fundação Banco do Brasil, o que é Tecnologia social?



- O processo se inicia com a apresentação de propostas em função de editais em chamadas públicas ou ações específicas da Fundação BB em parceria com as agências do Banco do Brasil.
- Apoia projetos sociais voltados ao desenvolvimento sustentável, à inclusão socioprodutiva e à reaplicação de TS em todo território brasileiro.
- Ações de transformação socioambiental norteadas pela:

Ética e integridade

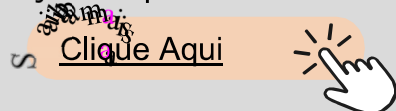
Sensibilidade social com respeito à diversidade

Empoderamento social para sustentabilidade

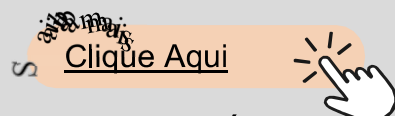
Eficiência e inovação para inclusão

Algumas experiências transformadoras de TSs:

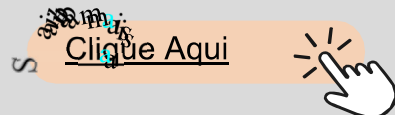
- Adaptação as pessoas com deficiência (2017)



- Saber coletivo na reprodução do conhecimento (2017)

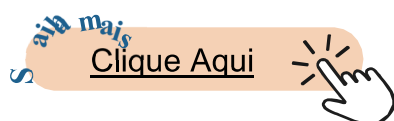


- Ferramenta construída as quebradeiras de coco babaçu (2021)



APLICAÇÕES DE TS

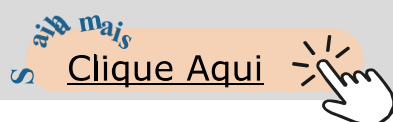
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)



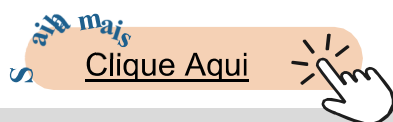
Possibilidades da construção de negócios para transformar comunidades.

Ferramentas desenvolvidas a partir do conhecimento popular e de problemas locais, baseadas na criatividade e disponibilidade de recursos do território.

A Cartilha de TS do Sebrae detalha as experiências de como funciona na prática.



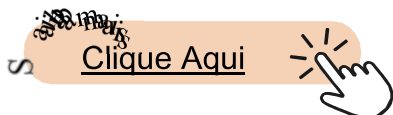
Três padrões de uso da tecnologia para a solução de problemas sociais (2021):



1. TECNOLOGIA DE USO
2. TECNOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO
 - 2.1 inovações incrementadas
 - 2.2 inovações disruptivas
3. TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

APLICAÇÕES DE TS

Instituto Tecnologia Social Brasil



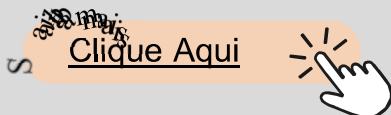
Instituído em 2001 frente aos desafios da sociedade brasileira atual para construir um novo modelo de desenvolvimento capaz de fazer o elo entre a ciência, tecnologia, inovação e inclusão social.



Traça caminhos que direcionam soluções as demandas da população e gera a produção de conhecimento a nível nacional.



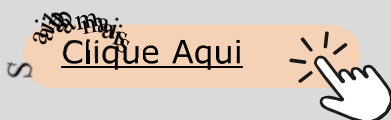
Possui um Portfólio (2018) que publica algumas necessidades com suas respectivas soluções.



Algumas experiências transformadoras de TSs:



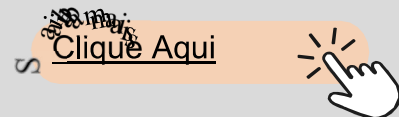
Fab Lab Livre SP, a Rede Pública de laboratórios promove aprendizado, criatividade e inovação.



Emprego Apoiado (EA), inclusão social da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho.



Relatório de atividades 2019



INSTITUTO TECNOLOGIA SOCIAL BRASIL

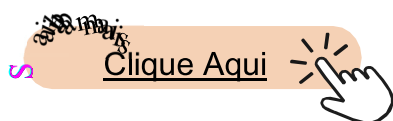
CADERNOS



Estes são os primeiros materiais desenvolvidos pela Instituição para promover as Tecnologias Sociais.

INSTITUTO TECNOLOGIA SOCIAL BRASIL


CADERNOS



O Instituto desenvolveu uma variedade de materiais com emáticas específicas para o aprofundamento das Tecnologias Sociais em diversas modalidades.

APLICAÇÕES DE TS

Universidade Federal Fluminense (UFF)

 [Clique Aqui](#)




O setor de Inovação e Tecnologias Sociais da Universidade é a responsável por fomentar iniciativas em várias áreas de TSs criadas por estudantes, docentes e técnicos administrativos em conjunto com os públicos interessados.



Reúne experiências de tecnologia social e/ou inovações para o desenvolvimento social no âmbito de projetos de ensino, pesquisa, extensão e/ou inovação.




* Algumas experiências transformadoras de TSs:
Catálogo Tecnologias Sociais (2019)

 [Clique Aqui](#)



Estudante da UFF ganha prêmio na área de Tecnologia Social (2021)

 [Clique Aqui](#)

TECNOLOGIA NA ESFERA SOCIAL

- É necessário observar os recursos, compreender a técnica, investimento na pesquisa e trabalho para a evolução de cada sociedade por meio da tecnologia. Pinto (2005).
- Analisar e executar metodologias inovadoras construídas socialmente para que os beneficiados, setores políticos e privados participem no formato e no conteúdo. Dias e Novaes (2009).
- Colaboração significativa com a sociedade, pois a operação humana terá o acesso às técnicas (materiais e intelectuais), onde os sistemas sociotécnicos estão presentes. Lévy (1999).
- A interatividade enquanto a forma que o homem (usuário) utiliza frequentemente as máquinas nos quais os meios de comunicação se fazem presentes. Jensen (2010).
- A influência dos ambientes digitais proporcionam interação e integração do indivíduo na comunicação que geram novas formas de relações. Helena (2021)

COMPUTADORES PARA O POVO

Movimento social formado por jovens hackers californianos na década de 70, com o viés ideológico da cibercultura.



Discurso inovador:

- 1.Formatos de interconexão
- 2.Comunidades virtuais
- 3.Inteligência coletiva
- 4.Interesses congruentes



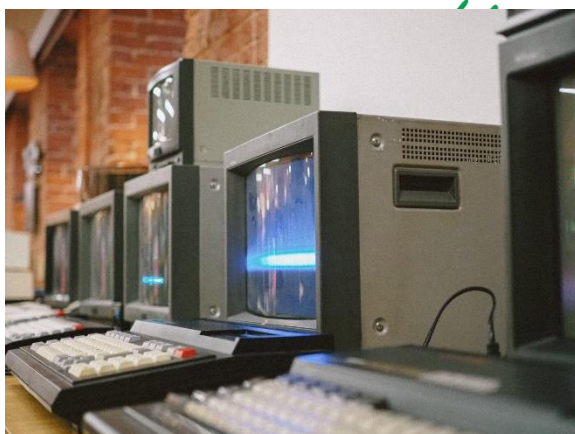
Observaram a composição de microprocessadores na construção de microcomputadores e produziram os primeiros computadores pessoais .



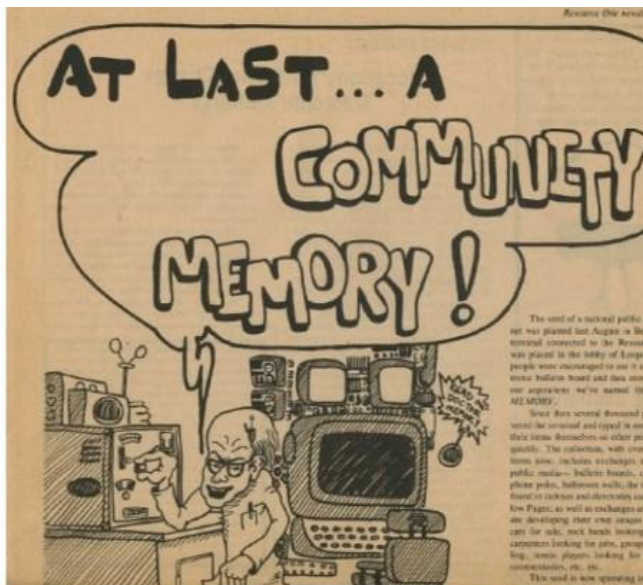
Exploravam seus conhecimentos técnicos em virtude do conceito que tinham sobre a liberdade da informação e dos homens, assim a informática não deveria ser uma ferramenta de controle e inclusão.



No final dos anos 80, o crescimento da comunicação através da informática foi inaugurada entrando a Internet em cena que gerou o universo informacional.



"COMPUTERS FOR THE PEOPLE"



5 [Clique Aqui](#)

SERVIÇO SOCIAL E TECNOLOGIA



Antes de tudo é necessário saber interpretar o contexto da Questão Social e seus marcos históricos que reflete as desigualdades sociais.

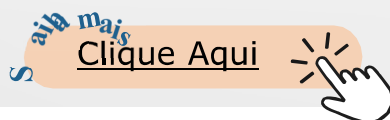


Manifestações da Questão Social é expandida pelo o avanço industrial:

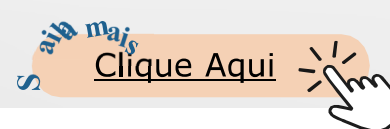
1. Desemprego
2. Pobreza
3. Violência
4. Direitos violados



Vulnerabilidade Social

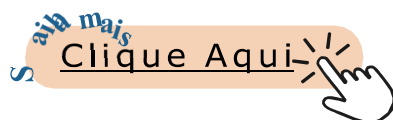


Mediações do Serviço Social



É fundamentada no sentido ontológico no complexo processo social que instrumentaliza metodologicamente. Inicialmente, a relação do Serviço Social com a Tecnologia é perceber e compreender alternativas de ambas categorias para intervir as segundo demandas da questão social. Identificar os aspectos da singularidade, particularidade e universalidade.

INTERSETORIALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL



Nova forma de planejar, executar e controlar a prestação de serviços a fim de garantir o acesso igualitário. Junqueira (2004)



Articulação de conhecimentos e experiências para planejar, realizar avaliações de políticas, projetos e programas a fim de atingir resultados. Inojosa (2001)



Inovação da gestão onde a população ganha espaço ativo, isso porque os interesses coletivos devem sobrepor a individualidade política. Junqueira (2004)



O gerne da intersectorialidade encontra-se no campo da política social. Verifica-se na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) 2012 no art. 3º referente aos princípios organizativos que contempla a intersectorialidade.

Conforme Souza (2004) o obstáculo para o Serviço Social é problematizar trazendo para o debate as categorias da globalização, em termos de políticas públicas e sociais. É necessário considerar os desdobramentos que desaguam no processo formativo do Assistente Social do futuro e sua prática profissional atropelada por novas exigências.

COMPETÊNCIAS DO SERVIÇO SOCIAL

- » PROJETO ÉTICO-POLÍTICO do Serviço Social está associado aos valores e a política da intervenção em busca da transformação social. Embora a atuação seja um movimento contraditório entre as classes, as atividades profissionais favorecem o projeto societário.
- » TEÓRICO-METODOLÓGICO que fundamenta-se na Teoria Social Crítica com forte influência na Teoria Social de Marx, aprimoramento teórico científico do assistente social.
- » TÉCNICO-OPERATIVO está voltado as táticas de operacionalização da ação que abarca valores, princípios, planejamento, objetivo e habilidades com instrumentos e técnicas de cada espaço sócio-ocupacional de trabalho.

INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL



A instrumentalidade é a capacidade de dar respostas profissionais com a intenção de alcançar seus objetivos de intervenções. Para Guerra (2013) a instrumentalidade são conhecimentos e intervenções das competências técnica-profissional, procedimentos pela perspectiva ética com orientação estratégica.



Segundo Vieira Pinto (2005) que traz uma abordagem da amplitude tecnológica. A tecnologia está relacionada com o desenvolvimento recorrente as forças produtivas, assim, podem ser compreendidas como desenvolvimento do trabalho social.



Veloso (2011), discorre em sua obra "Serviço Social, Tecnologia da Informação e Trabalho" toca um ponto crucial sobre a presença da tecnologia enquanto instrumentalidade. Afirma que a tecnologia está subordinada aos princípios e valores presentes no Projeto Ético-Político construído no percurso das últimas décadas.

METODOLOGIAS INOVADORAS DE INTERVENÇÃO



As metodologias inovadoras de intervenção consistem em romper com a maneira normalmente comum de responder as demandas sociais, ou seja, a descontinuidade com relação às específicas soluções, em lugar de oferecer novas respostas aos problemas sociais. Contribui expressivamente para os avanços nas comunidades vulnerabilizadas e diversas organizações em geral. A partir da incorporação de novas iniciativas, novas conceituações, novos serviços, conseqüentemente, novas práticas profissionais desafiadoras de intervenção.



Estas inovações estão alicerçadas na cooperação entre atores comunitários, parcerias com empresas e políticas públicas regionais ou nacionais. A elaboração de múltiplas estratégias inovadoras na conjuntura social gira em torno da autonomia, acarreta a transformação social com tecnologias adaptáveis ao contexto e demandas do território.

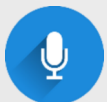


Destina-se como método de construção social que possibilita alternativas para a efetivação de processos inovadores sociais as populações vulneráveis. A TS é uma proposta viável de inovações interventivas de inclusão para comunidades e suas necessidades.

ESQUEMA DO MÉTODO – TEORIA U

Utilização da metodologia

[Clique Aqui](#)



PODCAST – O QUE É A TEORIA U E COMO PODE DAR UM NOVO SENTIDO AOS PROJETOS DE LIDERANÇA.

[Clique Aqui](#)



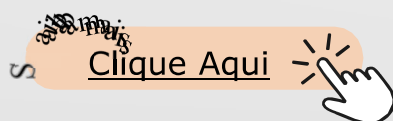
TEORIA U EM 5 MINUTOS

[Clique Aqui](#)

PARA APROFUNDAR O ASSUNTO ASSISTA O VÍDEO




Otto Scharmer preside o programa MIT IDEAS para inovação intersectorial. Integra o Conselho Consultivo de Aprendizagem da ONU para a Agenda 2030. Discute e defende a necessidade de transformar os padrões tóxicos reproduzidos por todos nós.




APLICAÇÃO DA TEORIA U – BASE COLABORATIVA

Utilização da metodologia

[Clique Aqui](#) 




Teoria U - com Rafael Maretti e Ligia Carnicelli

[Clique Aqui](#) 

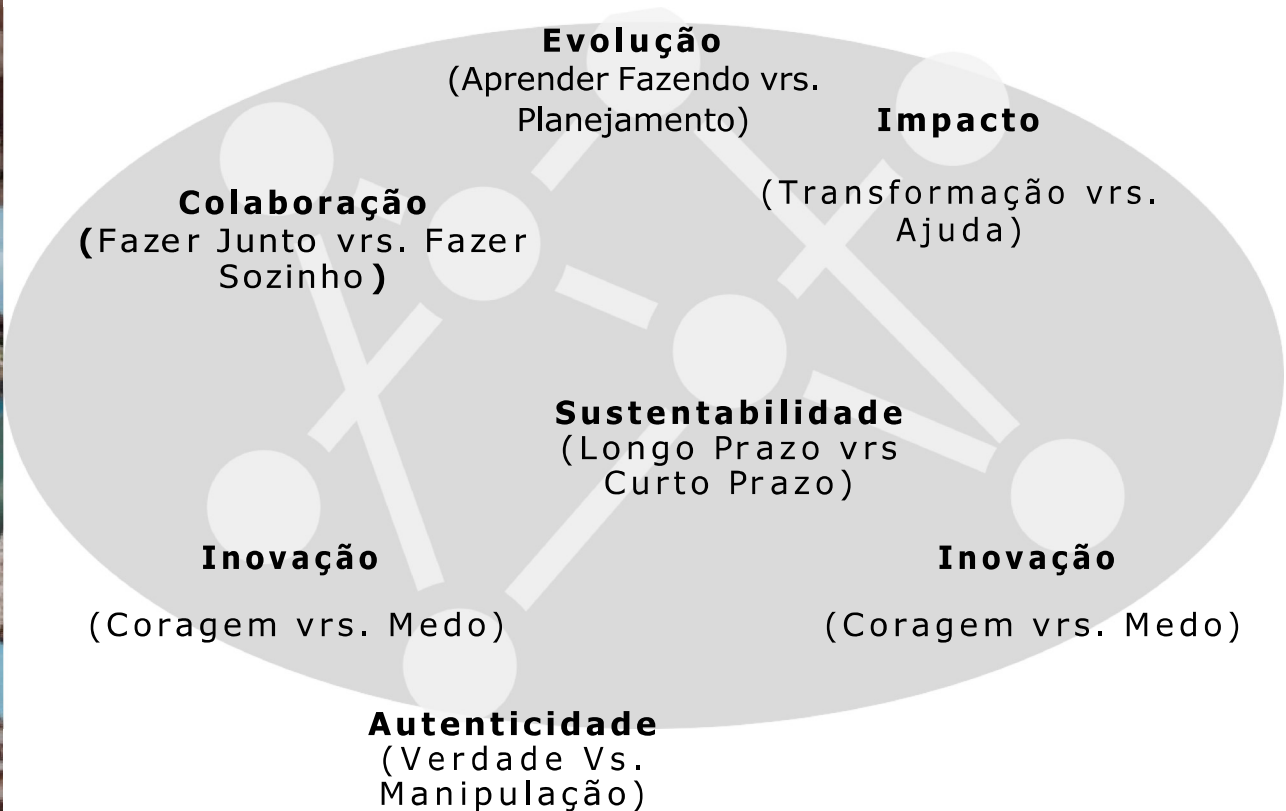
A Base Colaborativa que trabalha desde 2011 em São Paulo, é uma associação sem fins lucrativos que conecta pessoas, organizações e sociedade com a revolução da inovação social. Possuem projetos sociais e um braço de educação que desenvolve líderes para enfrentar os grandes desafios da humanidade. A Base é uma comunidade viva de agentes de transformação que se conectam em um solo colaborativo, se capacitam e se desenvolvem por meio de conteúdos e experiências. Engajam-se em seus propósitos levando o impacto social por meio de projetos para intervir no contexto das problemáticas sociais. Seus procedimentos são inovadores, pois aplicam a metodologia da Teoria U, percebem os para responder resoluções da questão social.

Base2Be - Base Colaborativa

[Clique Aqui](#) 

PRINCÍPIOS – BASE COLABORATIVA

[Clique Aqui](#)




Base2Be - Base Colaborativa

[Clique Aqui](#)

BASE COLABORATIVA

PROJETOS

Clique Aqui 



DESIGN THINKING (PENSAMENTO DO DESIGN)

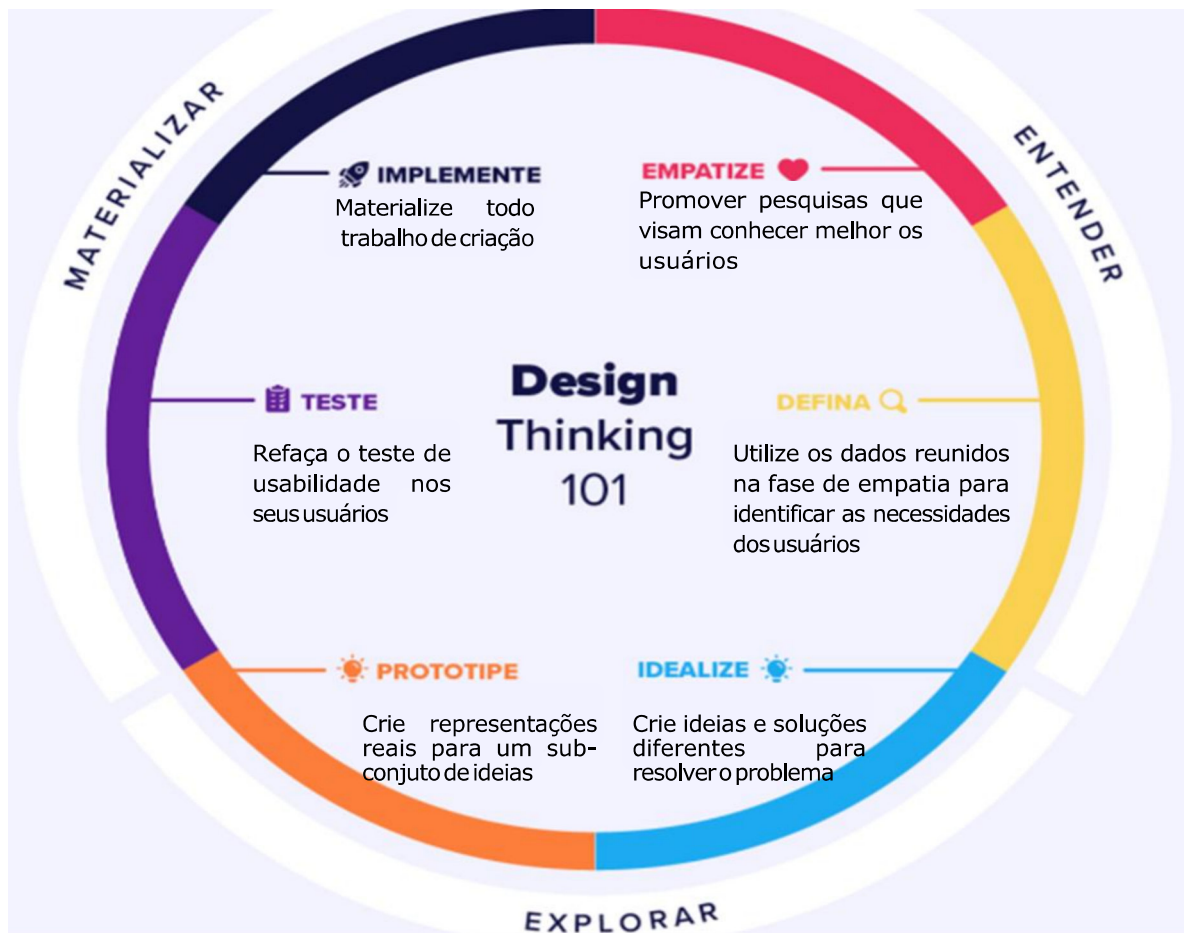
Refere-se ao padrão metodológico que visa solucionar problemáticas de forma prática e criativa onde todos (público alvo e a equipe de trabalho) estão envolvidos. O conceito de design thinking pode ser interpretado como o “modo de pensar de um designer”.

O professor Rolf Faste (designer) e diretor do Programa de Design da Stanford começou a trabalhar na solução de problemas com uma percepção nas necessidades e difundiu ainda mais a metodologia Design Thinking, promoveu cursos para desenvolver as habilidades inovadoras dos estudantes.

Para Prim (2017), o Design Thinking expande-se pelo processo colaborativo que envolve diversos atores e conexão em redes que apresentam soluções para atender necessidades sociais.

DESIGN THINKING (PENSAMENTO DO DESIGN)

[Clique Aqui](#)



[Clique Aqui](#)

O QUE É DESIGN THINKING?

[Clique Aqui](#)

**Design Thinking em 7 passos
[Uma abordagem Empática]**

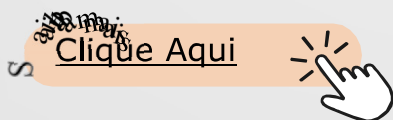
[Clique Aqui](#)

APLICAÇÃO DO MÉTODO DESIGN THINKING - SEBRAE



**TRÊS PRINCIPAIS ELEMENTOS: VER, IMAGINAR E
DESENHAR.**

Processo criativo do Design Thinking e sua utilidade para criar soluções nos grandes e pequenos negócios e também no seu dia a dia.



OSC AVANTE


[Clique Aqui](#)





TRÊS PRINCIPAIS ELEMENTOS: VER, IMAGINAR E DESENHAR.


A Avante atua desde 1991 em Salvador- Bahia, mas foi em 1996 que a instituição se organizou como uma ONG em forma de associação e posteriormente tornou-se OSC (Organização da Sociedade Civil). A missão é contribuir para a formação do cidadão, pela educação e o desenvolvimento de tecnologias de intervenção social, visando à garantia dos direitos sociais básicos e o fortalecimento da sociedade civil. Seu público alvo são coordenadores pedagógicos, professores, gestores e equipe técnica da secretaria para executar projetos sociais voltados a criança, adolescentes e adultos em comunidades vulneráveis espalhadas pelo Brasil. Trabalha com seis pilares, a Formação, Mobilização Social, Direito à Educação, Direito à Cultura, Direito ao Trabalho e Direito à Participação Cidadã.

TECNOLOGIA SOCIAL- OSC AVANTE

Clique Aqui 


Formação continuada de educadores 


Formação de educadores para
redução da vulnerabilidade social,
relacional e afetiva na infância 


Fomento e criação de grupos
produtivos 


Balcão Psicossocial 


Trocando em Miúdos 

Mapeamento e diagnóstico de
Políticas Públicas e Serviços
Municipais 

Família Cidadã 

Elaboração de propostas
pedagógicas /currículos 

Formação de mediadores de
leitura 

Escola, família e comunidade 

OSC AVANTE PROJETO: BALCÃO PSICOSSOCIAL

TS E SERVIÇO SOCIAL

Balcão, é um termo utilizado de forma simbólica para designar a Tecnologia Social. Esse projeto é uma demonstração da TS desenvolvida pela Avante no viés da Educação e Mobilização Social. Consiste no atendimento às demandas sociais contidas nas comunidades (população com baixa renda).

Desenvolve-se em duas fases:

1. Mapeamento na comunidade;
2. Apoio e acesso aos diversos serviços como: saúde, educação, inserção profissional, cultura e lazer.

Seu funcionamento inclui parcerias com as redes de serviços e atendimentos disponíveis na cidade.



OSC AVANTE PROJETO: BALCÃO PSICOSSOCIAL



TS E SERVIÇO SOCIAL

Trata-se da proposta dialógica com traços prioritários na comunidade (população de baixa renda) onde será mapeada. A saúde mental tende a ficar em último plano, no entanto, quando não tratada pode influenciar negativamente outras áreas da vida e o bem estar geral. Nesse sentido, a assistente social trabalha na identificação das principais necessidades do território (familiares e comunidade). Sabe-se que tais necessidades são as manifestações da questão social. Para a execução deste expressivo projeto, o Serviço Social está inserido para a captação do real contexto na comunidade e trabalha qualificadamente no formato interventivo através da equipe multidisciplinar. Foi formado os Grupos Operativos (Pichon-Rivière) no processo de desenvolvimento da TS, o que impactou consideravelmente na realidade do público atendido, no Calabar.



OSC AVANTE PROJETO: BALCÃO PSICOSSOCIAL

O projeto Balcão em Calabar realizou grandes conquistas tanto para os jovens quanto para a comunidade. No total, foram 71 plantões do Balcão entre 2008 e 2009, beneficiados 350 jovens que passaram pelo atendimento psicossocial. Foram captadas 904 vagas no mercado de trabalho e 771 encaminhamentos para seleção de trabalho e cursos profissionalizantes. Como fruto destes encaminhamentos, 106 jovens foram inseridos no mercado de trabalho. O projeto promoveu algumas ações para atender as demandas da comunidade, como também dar uma visibilidade maior às ações e parcerias, a exemplo da Feira de Saúde, Passeios culturais, cinema e teatro abertos à comunidade e oficinas temáticas.



OSC AVANTE PROJETO: BALCÃO PSICOSSOCIAL

TS E SERVIÇO SOCIAL

No Consórcio Social da Juventude foi realizada a ação voltada para o primeiro emprego. Ganhou certa notoriedade, pois seguiu o Programa Nacional do Ministério do Trabalho e Emprego, que atualmente é Ministério do Trabalho e Previdência Social. A Avante foi reconhecida como a entidade âncora para atender a demanda em Salvador e Região Metropolitana. Coordenou uma rede composta de 54 organizações da sociedade civil para o atendimento do público na faixa etária de 16 a 24 anos. Espaço cultural e formativo chamado Estação da Juventude para atender meninos e meninas com o desafio da inserção no mercado de trabalho. Tornou-se um ambiente de aprendizagem sobre temas transversais de conflitos naturais da adolescência como: sexualidade, uso de drogas e exposição à violência. Portanto, ficou conhecido como Balcão da Juventude.

Através do Balcão que os jovens se inscreveram para participar de dois outros focos da ação: orientação para projeto de vida e grupos de jovens.

Além de apoio psicossocial, ofereceu a identificação e fomento de espaços destinados à ampliação cultural e lazer. O objetivo foi oferecer assistência técnica à realização de atividades que estimulam a convivência familiar e comunitária entre os indivíduos residentes no Cobre, Pau da Lima e Ribeira, em Salvador; e Mangabeira, no Município de Feira de Santana.

OSC AVANTE PROJETO: BALCÃO PSICOSSOCIAL

TS E SERVIÇO SOCIAL

Os parceiros CODER (Companhia de Desenvolvimento Urbano - Bahia) e SEDUC (Secretaria da Educação - Bahia) já possuíam assistentes sociais que realizaram a primeira etapa de mapeamento, o diagnóstico socioterritorial. É necessário o conhecimento da proteção social às famílias em situação de vulnerabilidade e a compreensão a partir das particularidades de cada território e atendimento. São questões culturais construídas entre as relações familiares e comunitárias.

Após o mapeamento, a análise interpretativa do assistente social contribui para a elaboração do planejamento para possíveis alternativas de intervenção.


A Avante entrou com a segunda etapa da Tecnologia Social com os grupos operativos.




Os grupos socioeducativos; de convivência; de desenvolvimento/ reflexão e atividades lúdico-desportivas; de lazer; oficinas de trabalhos manuais, oficina de contação de histórias e dentre outros. Adolescentes, crianças, mulheres e lideranças da comunidade foram impactados.

OSC AVANTE


Depoimento da líder comunitária

[Clique Aqui](#) 



[Clique Aqui](#) 



[Clique Aqui](#) 

OSC AVANTE PARCERIAS COM PREMIAÇÕES



Guia de Tecnologias Educacionais do Ministério da Educação (MEC) – metodologia de Formação de Formadores / Paralapraca consagrada na Edição de 2015 do Guia.



Prêmio Itaú/UNICEF – Menção Honrosa – Projeto Todos pela Educação no Município – Irecê, Bahia. 1999.



Prêmio Banco Mundial de Cidadania – Projeto Voz Mulher – Encontro Nordeste de Experiências Sociais Inovadoras – Recife, Pernambuco. 2005
Prêmio Prazer em Ler/Instituto C&A – Voluntários- Categoria Inovação. 2008
Destaque pelo Plano Nacional do Livro e Leitura/Biblioteca Nacional/MINC. 2008.



Menção Honrosa do Instituto Parcerias pelo Projeto Grãos: Cultivando em parceria para colher autonomia- Recife, Pernambuco. 2008

A OSC Avante possui um conceito amplo da TS que vai para além de máquinas. Nota-se que, as intenções da Teoria U e Desing Thinking estão aliadas em função das resoluções de problemas, a Avante não é diferente. Entende-se portanto, que para cada realidade, uma adequação do determinado contexto. É necessário portanto, se permitir conhecer, dialogar, analisar criticamente, mas também experimentar novas possibilidades através da TS na prática do Serviço Social. Isso significa intervir na questão social da contemporaneidade, isso significa saberfazer a leitura crítica que está carregada de oportunidades para uma atuação inovadora do assistente social.

PENSANDO TECNOLOGIAS SOCIAIS

A metodologia propõe inicialmente analisar as questões recorrentes e emergentes do contexto social em comunidades, para posteriormente decidir a forma mais apropriada de aplicação. Não existe “receitas de bolo” para designar a utilização da TS, observa-se a imensidão de ferramentas para a intervenção social.



Mas, por onde começar?

Tenha uma equipe multiprofissional que esteja disposta a trabalhar com inovações e criações para intervir na esfera social de vulnerabilidades expressas em comunidades. Apresente a capacidade de romper com práticas monótonas, ou seja, ouse conhecer mecanismos de suporte durante o processo e experimente novos meios de obter resultados significativos de resoluções.



Onde fazer?

As TSs são desenvolvidas e aplicadas por setores públicos, privados e organizações não-governamentais, alcança múltiplas áreas de conhecimentos. O importante é focalizar a transformação social em conjunto para a demanda comunitária. O território alvo sempre será a comunidade vulnerabilizada com a sua respectiva complexidade. A visão é gerar impacto social e desenvolvimento de comunidades.



Com quem posso contar?

A intersectorialidade é o caminho que visa um trabalho interventivo em redes. Está relacionado com ações e articulação em redes. As parcerias como as organizações públicas e privadas entram neste cenário, a proposta é que todos caminhem na intenção e acordo para responder as demandas da questão social.



Que técnicas utilizar?

O conceito de técnicas para a TS é diversificado. Mas antes de apontar para qualquer procedimento tecnicista, é essencial enfatizar que no processo os envolvidos (profissionais) devem se valer da humanidade. Aproximação de vivências com o outro, sair da sua caixa para entrar na caixa das necessidades de outros. Após a experiência relacional, é necessário a análise sobre a instrumentalidade específica a ser aplicada.



Por que a TS é indispensável no contexto social?

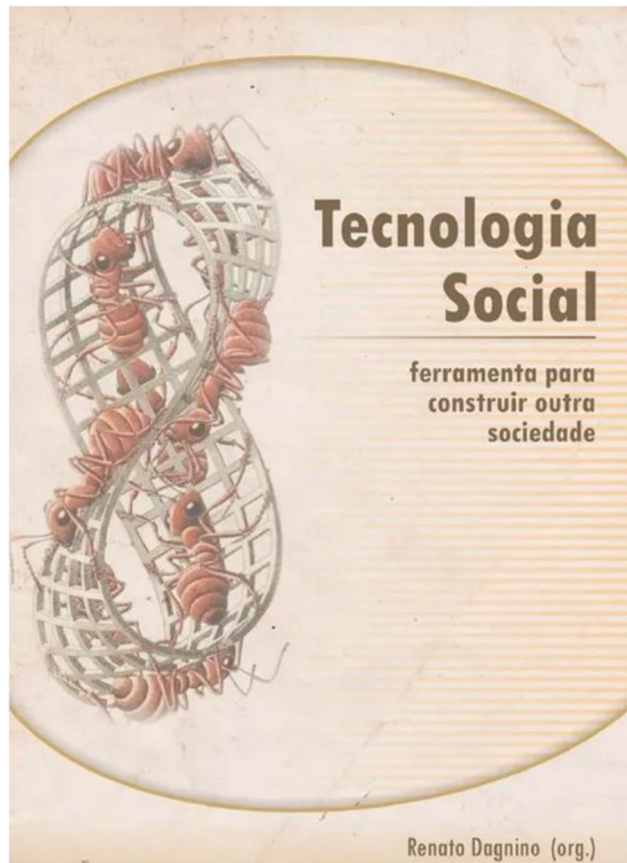
Ela é uma ferramenta inovadora e criativa que intervém em meio as vulnerabilidades sociais, torna-se possibilidade oportuna para responder as demandas latentes da questão social. Cada TS é pensada, criada e desenvolvida na finalidade de interagir com o indivíduo, famílias e conseqüentemente a comunidade designada.




Quando investir em TSs?

Sempre haverá momento, pois as demandas da questão social são crescentes, no entanto, irei trazer o que Scharmer defende na Teoria U, invista quando estiver com a cabeça aberta, o coração aberto e a vontade aberta. A partir daí, que o investimento em TSs pode ser feito, dado que são metodologias para a transformação social.

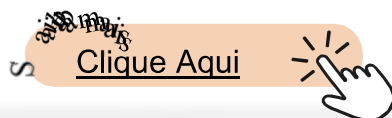
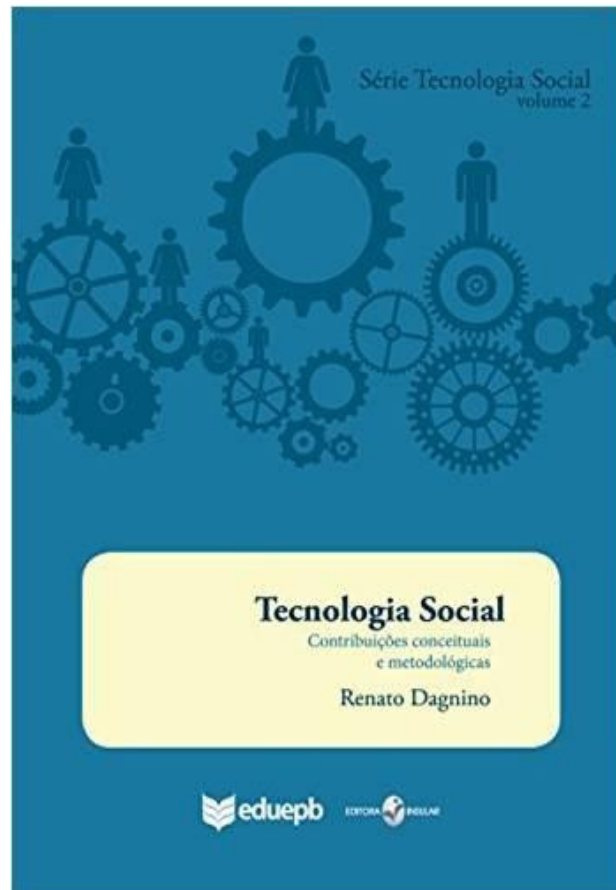
INDICAÇÃO DE LEITURA



[Clique Aqui](#) 

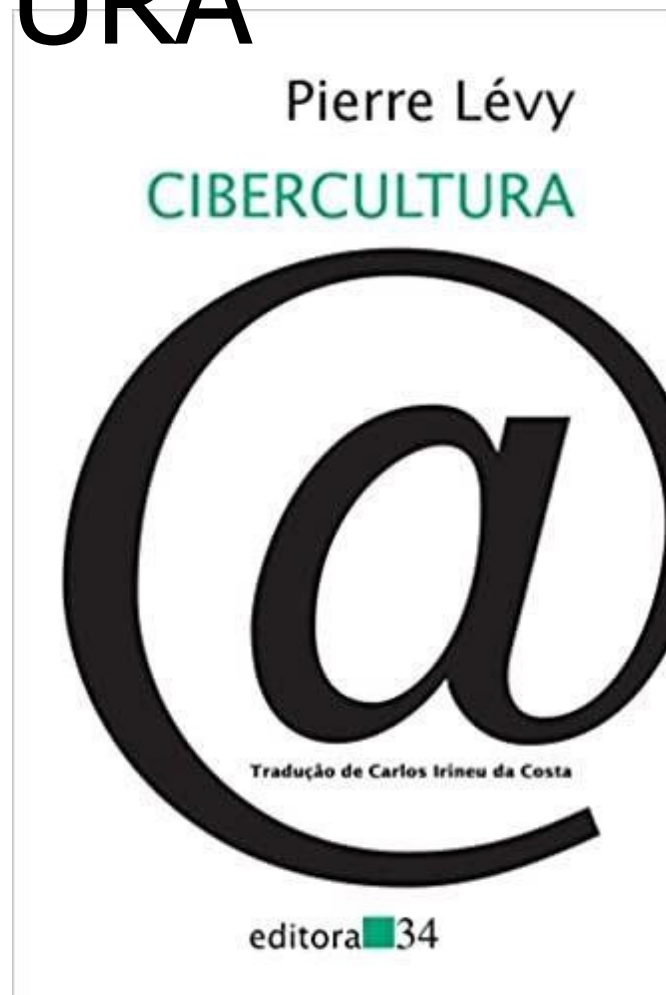
Renato Peixoto Dagnino (2010) engenheiro, estudou Ciências Humanas e Economia no Chile e no Brasil, onde fez o doutorado. Pós-doutorado na Universidade de Sussex, na Inglaterra. Nesta coletânea o autor resgata questionamento Ghandiano à tecnologia produzida pelas e para as empresas privadas, combina-o com a crítica realizada ao movimento da tecnologia apropriada e com as contribuições mais recentes dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia. Discorre sobre a construção de uma alternativa para os excluídos latino-americano às dificuldades impostas pela crise do capitalismo mundial. Nele contém elementos para a concepção de um marco analítico-conceitual para o desenvolvimento conjunto e solidário de Tecnologia Social.

INDICAÇÃO DE LEITURA



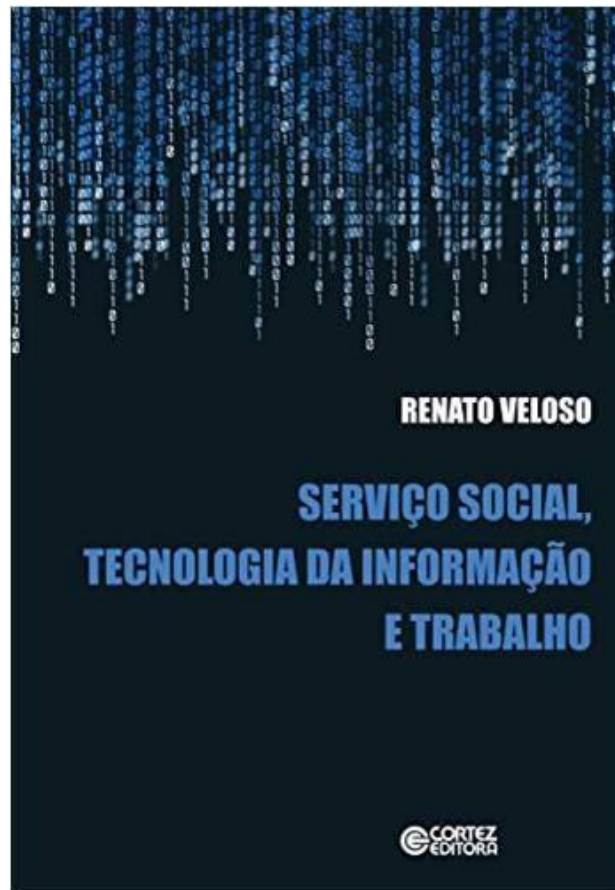
Renato Peixoto Dagnino (2014) Este livro trata-se do segundo volume da série Tecnologia Social, tema que despertou professores, estudantes, gestores públicos e participantes de movimentos sociais. Sua ótica perpassa por uma sociedade mais justa, igualitária e ambientalmente sustentável aliada a comunidade de pesquisa que hegemoniza as políticas cognitivas Aborda a questão dos trabalhadores da informalidade para a Economia Solidária. Segundo o autor, o livro visa somar-se ao trabalho dos latino-americanos que estão construindo a plataforma cognitiva de lançamento da Tecnologia Social com nova proposta societária da Economia Solidária.

INDICAÇÃO DE LEITURA



Pierre Lévy (1999) filósofo, sociólogo e pesquisador em ciência da informação e da comunicação. Estuda o impacto da Internet na sociedade, as humanidades digitais e o virtual. Leciona no Departamento de Hiperfídia da Universidade em Paris. Esta obra retrata a conceituação da cibercultura. Levanta o questionamento de quais são suas implicações no campo da educação, do trabalho, da política e dos direitos. Questões suscitadas pela Internet e pelas novas tecnologias de forma clara e acessível aos não especialistas.

INDICAÇÃO DE LEITURA



CURSO: Serviço Social e Tecnologia da Informação
(Renato Veloso)

[Clique Aqui](#)

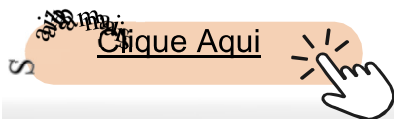


Renato dos Santos Veloso (2011), assistente social, mestre e doutor, abre o pioneiro debate sobre a relevância da Tecnologia da Informação (TI) no trabalho dos assistentes sociais. Levanta a defesa de possibilidades em benefício da cidadania e do cumprimento de Projeto Ético-Político da profissão. É compreendida como resultado do desenvolvimento das forças produtivas, sendo expressão do processo coletivo de trabalho. O conhecimento e informação são fatores que marcam capitalismo, porém pouco ou nada serviram ao processo de raciocínio crítico e criativo. Nesse sentido a obra contribui consideravelmente para a instrumentalidade em reconhecer possíveis aplicações da TI no Serviço do Social.

INDICAÇÃO DE LEITURA

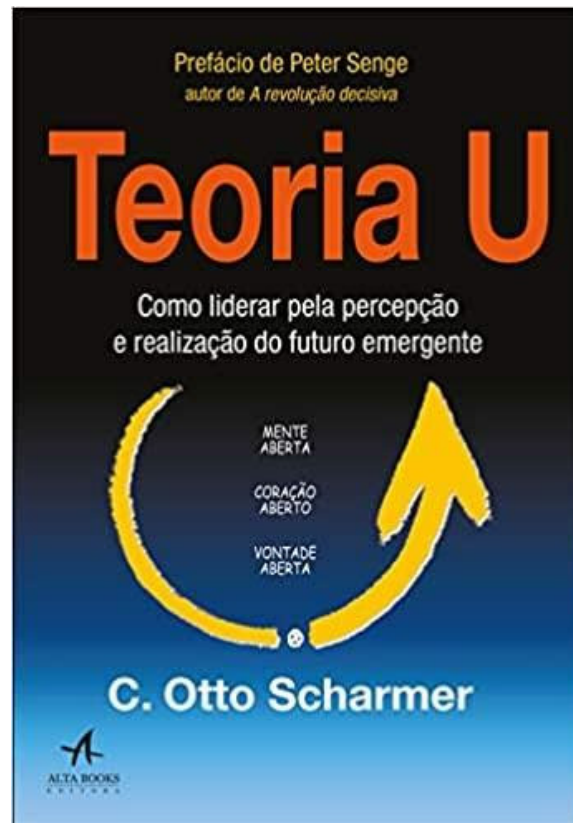


Trecho da palestra "A Instrumentalidade do Serviço Social"
Yolanda Guerra



Yolanda Aparecida Demetrio Guerra (2013), assistente social, mestre e doutora, a autora questiona a visão hegemônica da instrumentalidade como referida aos instrumentos operativos. Compreende que instrumentalidade do Serviço Social não está limitada as ações instrumentais, no entanto está vinculado aos princípios ontológicos de constituição do ser social. Está de baixo do determinado grau de racionalidade que permite apreender a totalidade dos processos sociais e atuar sobre eles, GUERRA (2013). Indiscutivelmente, o Serviço Social sempre utilizará ferramentas paramediar as relações sociais. Acrescento, a tecnologia torna-se necessária para auxiliar durante esse processo.

INDICAÇÃO DE LEITURA



Saiba mais

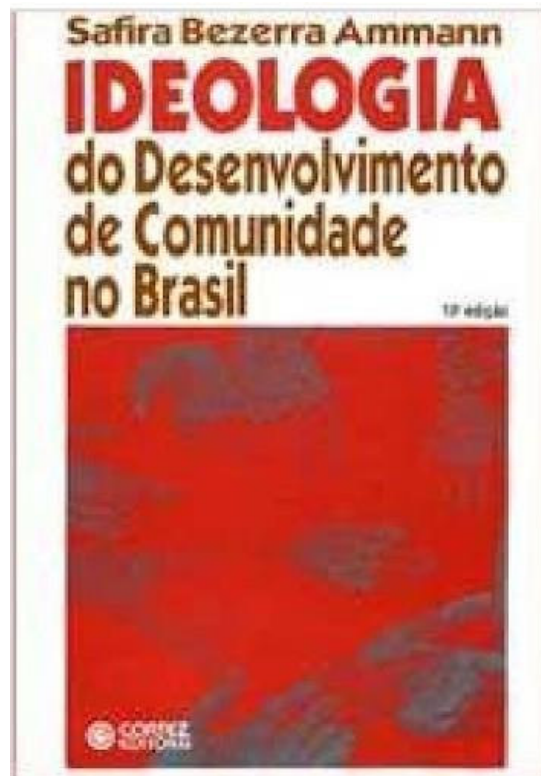
[Clique Aqui](#)



Otto Scharmer explica a Teoria U

Claus Otto Scharmer (2019), doutor em Economia e Negócios pela Universidade de Witten–Herdecke na Alemanha, professor da Sloan School of Management do Massachusetts Institute of Technology. Neste livro convida a todos discernir o mundo a partir de uma nova ótica com a presença de elementos para o desenvolvimento com a liderança revolucionária. Nesse contexto, é fundamental a consciência e contato com o lugar interior onde a atenção e intenção se originam, quando isso não ocorre torna-se um impedimento, ponto cego. Ao passar pelo processo do U de Scharmer, acessamos conscientemente o ponto cego e aprendemos a nos conectar ao nosso autêntico eu. A Teoria U propicia valiosas diversidades de histórias e experiências, abarcam exercícios e práticas com líderes e organizações a desbloquear sua consciência e se conectar com futuras possibilidades, tal como obter a capacidade de realizar.

INDICAÇÃO DE LEITURA



Saiba mais

[Clique Aqui](#)



Safira Bezerra Ammann (2009) graduada em Serviço Social, especialista em Política do desenvolvimento, mestrado em Sociologia, doutorado em Serviço Social e pós-doutorado pela Boston University. A obra apresenta o complexo balanço global da evolução do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, sob o impulso dos EUA, da ONU, da Igreja Católica e dos particularismos das classes dominantes. Balanço este que aparece em momento oportuno. No último quartel do século XX, sob a pressão da vanguarda do proletariado, do movimento sindical e da insatisfação popular. Trabalhadores sociais desenvolvem práticas inovadoras, engajando-se em movimentos populares. Estamos em face das exigências históricas da instauração de uma ordem social democrática.



Tudo que é NOVO causa aversão no primeiro momento, ainda mais quando nos deparamos com os ESTIGMAS CULTURAIS construídos em nossa HISTÓRIA. A recomendação é iniciar a SENSIBILIDADE para ingressar ao processo da RUPTURA com os mecanismos ineficientes que não conseguem responder as expressões da QUESTÃO SOCIAL. Abrir-se para CONHECER os possíveis delineamentos CRIATIVOS que interagem de forma dinâmica com a COMUNIDADE vulnerabilizada. DIALOGAR com os órgãos e atores dos territórios a fim de desenvolver o trabalho INTERSETORIAL. Situar-se que a TECNOLOGIASOCIAL é uma ferramenta interventiva e INOVADORA que está entremeada com diversas áreas PROFISSIONAIS, especialmente o SERVIÇO SOCIAL que move-se em direção as demandas emergenciais dos indivíduos, FAMÍLIAS e comunidade.

